



**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2013**

**PORTUGAL CAPITAL VENTURES**  
Growing.Global

## Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
<b>PARTE I - A Portugal Ventures</b>	
1. Perfil Corporativo.....	6
2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento.....	8
3. Estrutura Organizativa.....	9
4. Cumprimento das Orientações Legais.....	18
<b>PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2014</b>	
1. Breve Análise Setorial.....	28
2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures.....	30
3. Fundos de Capital de Risco sob Administração da Portugal Ventures.....	38
4. Atividades das Áreas de Negócio.....	46
5. Evolução Financeira / Análise às Contas.....	54
6. Proposta de Aplicação de Resultados.....	58
7. Factos Subsequentes.....	58
8. Perspetivas para 2014.....	58
9. Outra Informação Relevante.....	62
10. Agradecimentos.....	63
<b>PARTE III - Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>64</b>
<b>PARTE IV - Relatórios, Certificações e Pareceres.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO I - Grelha do Relatório do Governo Societário 2013</b>	
<b>ANEXO II - Informação da Carteira</b>	

## Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2013 ficou marcado pelo aprofundamento do projeto de consolidação do setor de capital de risco público, de acordo com as orientações expressas na Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2011.

No plano externo, a Portugal Ventures conduziu a sua atividade em 4 vertentes fundamentais. Em primeiro lugar, desenvolvendo uma atuação proativa para aumentar o *deal-flow* e visando a identificação de projetos de investimento com critérios de qualidade e gestão de risco crescentemente seletivos, sobretudo catalisadores da valorização económica do conhecimento de base científica e tecnológica e globalmente competitivos. Em segundo lugar, promovendo um melhor e mais eficaz acompanhamento das empresas participadas como fator crítico da valorização do investimento. Em terceiro lugar, reforçando a rede global de parcerias e aconselhamento estratégico internacional, como fator decisivo para a criação de valor e globalização de *Start-Ups* de base tecnológica. Por último, estimulando o investimento sindicado para partilha de risco e dinamização da atividade privada de capital de risco com participação nacional e, sobretudo, internacional.

O desenvolvimento e consolidação dos 4 pilares estruturantes do Programa de Ignição, iniciado em 2012, marcou decisivamente a intervenção da Portugal Ventures no ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica, sobretudo pela dinamização da participação do sistema científico e tecnológico na criação de projetos empresariais para a valorização económica do conhecimento. O primeiro destes pilares, a rede nacional de parcerias *Ignition Partners Network*, conta já com a adesão de 40 entidades empenhadas na formação e capacitação de empreendedores para a liderança de projetos empresariais com potencial de participação na economia global do conhecimento. A *Call for Entrepreneurship*, segundo pilar do Programa de Ignição, ao longo das suas primeiras 5 edições, dinamizou a participação de mais de 1000 empreendedores na preparação de projetos empresariais, dos quais 412 formalizaram a sua apresentação para avaliação. Concretizaram-se 20 projetos de investimento ao longo de 2013 (e 7 adicionais já no início de 2014), correspondentes a um total de investimento dos fundos sob gestão da Portugal Ventures de cerca de 11 milhões de euros. No âmbito do terceiro pilar, *Acceleration and Innovation Hubs in the World*, proporcionou-se o apoio em Silicon Valley de 7 empresas e 13 empreendedores e, já no início de 2014, lançou-se o segundo centro de aceleração da Portugal Ventures em Boston. Finalmente, no âmbito do quarto pilar do Programa de Ignição, formalizou-se a constituição da rede de capital *Ignition Capital Network*, que conta já com a adesão de 13 *Business Angels* que, durante 2013, co-sindicaram com a Portugal Ventures 7 projetos de investimento com um valor de participação de 1,5 milhões de euros.

No plano interno, aprofundou-se o vasto programa de reestruturação interna iniciado em 2012. Das áreas que foram objeto de intervenção prioritária em 2013, e que envolveram quase todos os colaboradores da empresa, merecem particular destaque (i) a continuação do esforço para otimização dos custos de estrutura, (ii) o lançamento do projeto NAVIGATOR que constituirá o sistema de informação integrado para apoio a todas as atividades operacionais da Sociedade, (iii) a concretização do projeto de harmonização de políticas e procedimentos para gestão de recursos humanos, (iv) a definição de um programa estratégico de desinvestimento que visa promover a rotação da carteira de participadas e a geração de novos recursos de capital para investimento e (v) o início de um programa de reestruturação e racionalização da carteira de fundos sob gestão que conduziu já à extinção de 5 fundos (Portugal Ventures II, Portugal Ventures III, Portugal Ventures 2, TIEC, Global) por incorporação noutros fundos existentes.

No final de 2013, a Portugal Ventures tem sob sua gestão (no seu balanço e no dos Fundos que gere) um valor

global de participações de 137 milhões de euros, resultante de um investimento total líquido acumulado de 310 milhões de euros. Durante o exercício, concretizaram-se operações de investimento em 48 empresas, das quais 25 empresas participadas foram objeto de reforços de investimento e 23 novas empresas foram objeto do primeiro investimento pela Portugal Ventures. O total de investimento realizado ascendeu a 30,4 milhões de euros, dos quais 5,9 milhões de euros foram concretizados na área de *Private Equity* e 23,7 milhões de euros na área de *Venture Capital*. A área de *Tourism, Hospitality and Leisure*, que mantém uma especificidade própria e enfoque operacional no seio da Sociedade, absorveu 0,8 milhões de euros de investimento.

O desinvestimento concretizado em 2013 ascendeu a 18,6 milhões de euros (a preço de venda), num total de 41 operações. Na área de *Tourism, Hospitality and Leisure* realizaram-se 4 operações de desinvestimento no valor de 0,7 milhões de euros. A área de *Private Equity* concretizou 7 desinvestimentos no montante de 4,6 milhões de euros, enquanto que a área de *Venture Capital* concretizou 17 desinvestimentos no valor de 13,3 milhões de euros.

O investimento líquido em capital social (diferença entre o montante total de aquisições e de alienações a preço de venda), situou-se em cerca de 10,6 milhões de euros negativos. A rotação anual da carteira de investimento – calculada através do quociente entre o somatório das operações de aquisição e de alienação em capital social efetuadas ao longo do período em análise e o valor sob gestão no período precedente (31/12/2012) – foi de 11,7%.

O Resultado Líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2013 foi de 1,9 milhões de euros, que compara favoravelmente com o valor negativo de 2,0 milhões de euros registado em 2012. Globalmente, o movimento positivo ocorrido na carteira de ativos de capital de risco reflete a melhoria relativa da conjuntura atual na situação económica e financeira das empresas participadas.

Do ponto de vista do desempenho económico, realça-se que os gastos de estrutura e funcionamento da Sociedade (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), apresentaram um desvio favorável de 368 mil euros face ao orçamento e de 222 mil euros face ao período homólogo de 2012, o que reflete uma gestão eficiente e criteriosa e, sobretudo, a poupança de recursos (humanos e materiais) que resultou do projeto de fusão.

Perspetiva-se 2014 como um ano de atividade da Portugal Ventures na prossecução plena dos seus objetivos. Em primeiro lugar, continuando uma atuação fortemente proativa para aumentar o *deal-flow*, visando a identificação de projetos de investimento com critérios de qualidade e gestão de risco crescentemente seletivos. Em segundo lugar, continuando o esforço significativo para reforçar a qualidade e eficácia de acompanhamento das empresas participadas como fator crítico da valorização do investimento. Em terceiro lugar, reforçando a rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o fluxo *outbound* de *start-ups* de base tecnológica. Por último, promover o investimento sindicado com base no desenvolvimento de modelos de partilha de risco e co-financiamento com entidades privadas e, desta forma, dinamizar a atividade privada de capital de risco com participação nacional e, sobretudo, internacional.

A terminar, uma palavra de agradecimento aos restantes Órgãos Sociais da Portugal Ventures, em particular ao Conselho Geral e de Supervisão, pelo apoio e valiosa colaboração prestada durante o exercício de 2013 e a todos os colaboradores da Portugal Ventures pelo esforço empenhado e dedicado para a prossecução da nossa missão.

O Conselho de Administração

## PARTE I - A Portugal Ventures

### 1. Perfil Corporativo

Missão e Valores.....	6
Orientações e Objetivos de Política Pública.....	6
Estrutura Acionista.....	6
Órgãos Sociais.....	7

### 2. Áreas de Investimento

Áreas de Investimento.....	8
Objetivos da Política de Investimento.....	8

### 3. Estrutura Organizativa

#### 3.1 Assessoria ao Conselho de Administração

Operações Externas.....	9
Fusões e Aquisições.....	11

#### 3.2 Áreas de Negócio

<i>Private Equity</i> .....	11
<i>Venture Capital</i> .....	12
<i>Tourism, Hospitality &amp; Leisure</i> .....	15

#### 3.3 Unidades de Estrutura

Operações e Sistemas de Informação.....	15
Unidade Jurídica.....	16
Comunicação e Parcerias.....	16
Área Financeira e de Recursos Humanos.....	17

### 4. Cumprimento das Orientações Legais (nos termos do DL n.º 300/2007 de 23 de agosto)..... 18

da  
R  
JA

## PARTE I - A Portugal Ventures

### 1. Perfil Corporativo

#### Missão e Valores

A Portugal Ventures tem como missão promover o empreendedorismo e investir de modo proativo em empresas em todas as fases de desenvolvimento, apostando no seu crescimento, competitividade e capacidade de globalização. A Portugal Ventures foca a sua política de investimento nas empresas inovadoras e de base científica e tecnológica, no setor do turismo e também em projetos de internacionalização de empresas dos setores mais tradicionais da economia nacional.

A prossecução da sua missão assenta nos seguintes valores corporativos:

- *Accountability*
- Responsabilidade
- Excelência
- Independência
- Isenção
- Transparência
- Ambição
- Preseverança

#### Orientações e Objetivos de Política Pública

A Portugal Ventures foi criada em 15 de junho de 2012, por concentração das três sociedades de capital de risco com capitais maioritariamente públicos previamente existentes (InovCapital, AICEP Capital Global e Turismo Capital), refletindo uma nova visão e estratégia da intervenção pública em capital de risco de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2011.

A reforma do setor do capital de risco público, plasmada nessa RCM, teve os seguintes objetivos:

- Clarificação dos objetivos estratégicos e concentração de meios para o investimento público;
- Dinamização da atividade privada de *Venture Capital* e *Private Equity*, com participação nacional e internacional;
- Impulso ao desenvolvimento do empreendedorismo nacional e à valorização económica do conhecimento de base científica e tecnológica;
- Criação de uma nova realidade empresarial de elevado potencial exportador, globalmente competitiva e posicionada nas cadeias de valor internacionais;
- Criação de fatores de impacto económico com base sustentável e duradoura;
- Racionalização e significativa redução de custos operacionais.

#### Estrutura Acionista

O capital social da Sociedade é de € 40.412.650,00 (quarenta milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e cinquenta euros) representado por 8.082.530 (oito milhões, oitenta e duas mil, quinhentos e trinta) ações de valor nominal de 5 euros cada uma, distribuídas de acordo com a seguinte estrutura acionista:

Figura 1: Estrutura acionista da Portugal Capital Ventures S.A.

Acionista	Valor Nominal	%
IAPMEI -Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	17.192.995 €	42,54
AICEP, E.P.E.	7.843.240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4.174.810 €	10,33
Turismo Portugal, I.P.	3.080.575 €	7,62
Banco Comercial Português, S.A.	2.534.930 €	6,27
Banco BPI, S.A.	2.503.205 €	6,19
Banco Espírito Santo, S.A.	1.527.595 €	3,78
Banco Santander Totta, S.A.	1.009.935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	504.965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.	12.625 €	0,03
Citibank International PLC, Sucursal em Portugal	12.625 €	0,03
Banco Efisa, S.A.	5.050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5.050 €	0,01
Banco BIC, S.A.	5.050 €	0,01
<b>Total</b>	<b>40.412.650 €</b>	<b>100,00</b>

## Órgãos Sociais

O modelo de Governo e atuais Membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures (Assembleia Geral, Conselho Geral e de Supervisão, Conselho de Administração Executivo, Revisor Oficial de Contas e Sociedade de Auditores) foram eleitos para o triénio de 2012 a 2014, em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 15 de junho de 2012:

### Mesa da Assembleia Geral:

*Presidente:* Dr. Alberto Amorim Pereira

*Vice-Presidente:* Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro

*Secretária:* Dra. Sofia Ferreira da Costa

### Conselho Geral e de Supervisão:

*Presidente:* **IAPMEI, I.P. – Agência para a Competitividade e Inovação** representada pelo seu Presidente, Dr. Luís Filipe dos Santos Costa

*Vogal:* **Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.**, representada pelo seu Presidente, Dr. Pedro Trigo de Moraes de Albuquerque Reis

*Vogal:* **Turismo de Portugal, I.P.** representado pelo seu Presidente, Dr. João Cotrim Figueiredo

Nota: Durante o ano de 2013 o Turismo de Portugal foi representado pelo Dr. Frederico de Freitas Costa que apresentou a sua renúncia em 30 de setembro tendo sido substituído pela Dra. Teresa Monteiro. Em 18 de dezembro o Turismo de Portugal indicou para substituição da Dra Teresa Monteiro, o Dr. João Cotrim de Figueiredo, atual Presidente do Turismo de Portugal.

*Vogal:* **Direção Geral do Tesouro e Finanças** representada pela Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo

*Vogal:* **Banco Comercial Português, S.A.** representado por Dr. Miguel Maya Dias Pinheiro

*Vogal:* **Banco Espírito Santo, S.A.** representado por Dr. Marco Paulo Salvado Neves

*Vogal:* **Banco Português de Investimento, S.A.** representado por Dra. Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

**Vogal: PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.** representada por Eng.º Carlos de Castro

Nota: Durante o ano de 2013, a PME Investimentos foi representada pelo Dr. João Correia de Matos que apresentou a sua renúncia em 30 de abril, tendo sido substituído na mesma data pelo Eng.º Carlos de Castro.

**Vogal: Caixa Geral de Depósitos, S.A.** representada por Dr. José Carlos Athaíde dos Remédios Furtado

#### **Conselho de Administração Executivo:**

*Presidente:* Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca

*Vice-Presidente:* Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes

*Vogal:* Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes

#### **Revisor Oficial de Contas**

*Efetivo:* António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães

*Suplente:* Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão

#### **Sociedade de Auditores**

BDO & Associados, SROC, Lda.

## **2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento**

### **Áreas de Investimento**

Durante o ano de 2013, a Portugal Ventures desenvolveu a sua atividade de investimento nas áreas de *Venture Capital* e *Private Equity*.

Os investimentos de *Venture Capital* têm por objetivo central a promoção e valorização dos projetos de base tecnológica, desde a sua nascença (*Seed Innovation*) até à maturidade (*Scale-up*).

Os investimentos de *Private Equity* orientam a sua intervenção para indústrias mais maduras, no tecido económico e empresarial mais tradicional, de bens e serviços transacionáveis, incluindo os projetos de desenvolvimento da oferta turística nacional. Estes investimentos têm privilegiado operações de reorganização empresarial, consolidação setorial e processos de internacionalização.

### **Objetivos da Política de investimento**

A Portugal Ventures tem como principal objetivo o fortalecimento de uma indústria eficaz e eficiente de capital de risco que contribua para desenvolvimento de empresas competitivas e inseridas em cadeias internacionais, levando Portugal ao mundo e trazendo o mundo a Portugal.

Neste contexto, a política de investimentos da Portugal Ventures é orientada por dois objetivos estratégicos fundamentais, o da rentabilidade dos capitais investidos - garantindo a sustentabilidade do *funding* no médio e longo prazo - e o da indução de atividade empreendedora - que permita criar um ecossistema mais resiliente para o futuro, tanto do lado da procura de capital, como do lado da oferta.

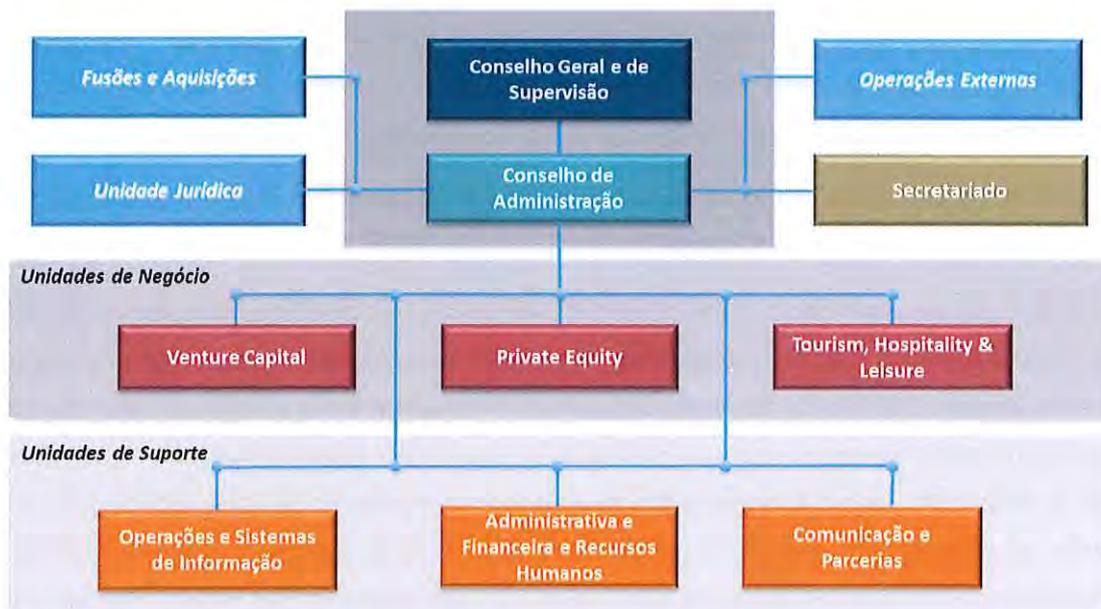
Figura 2: Objetivos da política de investimentos da Portugal Capital Ventures S.A.

Objetivo	Detalhe	Principais ações
<b>Rentabilidade/ Sustentabilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rentabilidade dos projetos</li> <li>• Rentabilidade dos fundos e dos participantes</li> <li>• Sustentabilidade da alimentação de liquidez no médio e longo prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captação proativa de projetos</li> <li>• Aposta em projetos vencedores com base em critérios claros de qualidade e potencial de geração de valor</li> <li>• Acompanhamento proativo de participadas</li> <li>• Proatividade e contratualização do <i>exit</i></li> </ul>
<b>Indutor/Catalisador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento estrangeiro</li> <li>• Empreendedorismo tecnológico</li> <li>• Valorização recursos</li> <li>• Valorização de conhecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de rede</li> <li>• Agregação de melhores práticas</li> <li>• Fertilização cruzada</li> <li>• Liderança do ecossistema</li> <li>• Abertura ao exterior (levar projetos para fora e trazer <i>know-how</i> e capital)</li> <li>• Aumentar número de projetos para potenciar o aparecimento de projetos com qualidade</li> </ul>

### 3. Estrutura Organizativa

A Portugal Ventures tem a estrutura organizativa, representada abaixo, com o objetivo de corresponder à dinâmica de desenvolvimento da sociedade, dos fundos sob gestão e das suas participadas e responder de forma eficaz aos desafios da sua atividade, designadamente a gestão operacional dos fundos, a gestão das participadas e a promoção do desinvestimento.

Figura 3: Organograma da Portugal Ventures



#### 3.1 Assessoria ao Conselho de Administração

##### Operações Externas

O acompanhamento proativo das participadas, num quadro geral de boas práticas internacionais, resulta do objetivo assumido pela Portugal Ventures de contribuir para o desenvolvimento do empreendedorismo nacional e para a criação de uma nova realidade empresarial de elevado potencial exportador e globalmente competitiva nas cadeias

de valor internacionais das indústrias onde as suas participadas operam.

A Assessoria de Operações Externas pretende responder a este desafio, tendo como objetivo um melhor e mais eficaz acompanhamento das participadas, através de melhorias na qualidade da informação de reporte e de uma maior proximidade ao trabalho dos representantes nomeados pela Portugal Ventures nos órgãos sociais das participadas (mas que não têm um vínculo laboral com esta sociedade), por forma a permitir uma intervenção mais rápida e eficaz. Desta forma, esta área organizacional assume a responsabilidade pela coordenação da rede de Administradores Externos, de forma transversal a todas as Unidades de Negócio, constituindo-se como o ponto de contacto privilegiado dessa rede com a Portugal Ventures.

Logo após a constituição desta Assessoria do Conselho de Administração, no início de 2013, procedeu-se a uma adequação do acompanhamento à situação concreta das participadas e foram efetuados os ajustamentos decorrentes desta ponderação. Neste âmbito, a carteira de Administradores Externos foi otimizada, com benefício significativo para o orçamento da Portugal Ventures.

Em colaboração com as várias Unidades de Negócio procedeu-se a uma redefinição da função de Administrador Externo, de acordo com os objetivos fixados, que conduziu a uma reapreciação do correspondente perfil para o cargo.

Foi revisto o enquadramento contratual para a função em causa, não só no relacionamento específico entre a Portugal Ventures e o Administrador Externo, mas de uma forma geral em tudo o que determina os contornos da atuação deste, como sejam os acordos parassociais, regulamentos de funcionamento dos conselhos de administração e documentos de nomeação.

Foram desenhados e implementados modelos para reporte sistemático de informação, de forma a garantir o conhecimento da situação das participadas, antecipar a sua evolução e permitir a consequente decisão em tempo útil. Foi mantido um contacto regular com os Administradores Externos de forma a assegurar o necessário alinhamento na ação. Este objetivo, conjugado com o de desenvolvimento destes colaboradores, levou a que fossem convidados a participar na ação de formação "*Best Practices on VC*" promovida pela Portugal Ventures.

Consequentemente, e como instrumento de melhoria contínua, foi desenhado e implementado o modelo de avaliação de desempenho dos Administradores Externos.

Adicionalmente, e como complemento à sua missão principal, a Assessoria de Operações Externas esteve envolvida, ao longo do ano de 2013, no desenho de um mecanismo de co-investimento capaz de atrair investimento adicional, nacional e internacional. Com efeito, faz parte da missão da Portugal Ventures a dinamização da atividade de capital de risco com participação privada, nacional e internacional, como fator determinante para a capitalização do tecido empresarial e, sobretudo, para o fortalecimento do ecossistema Português de base tecnológica. A realização de investimentos em parceria com operadores privados de capital de risco, nacionais e internacionais, é um elemento crítico para este efeito, dados os benefícios decorrentes do processo de sindicância, pela alavancagem da capacidade de investimento da Portugal Ventures e pelo conhecimento, experiência empresarial e rede de contactos que estes parceiros podem facultar às empresas.

Espera-se durante o ano de 2014, com a subsequente apreciação em Assembleia de Participantes dos Fundos poder vir a implementar este mecanismo.

## Fusões e Aquisições

No segundo semestre de 2013, e tendo em conta a maturidade da carteira de participações e a política de investimentos definida, a Portugal Ventures criou esta área de Assessoria ao Conselho de Administração, responsável pela definição e operacionalização de estratégias de desinvestimento orientadas á otimização do valor investido.

No último trimestre do ano foi elaborado um Plano Estratégico de Desinvestimento de participadas, o qual inclui as participadas que obedecem a determinados critérios, tendo em conta os objetivos de otimização anteriormente referidos.

Assim, à carteira de Participadas da Portugal Ventures e Fundos sob gestão (com exceção das que se encontram inativas ou em processo de dissolução e liquidação), foram aplicados os seguintes critérios:

- Critério 1: maturidade superior a 10 anos (limite legal estabelecido no D.L. 375/2007, de 8 de novembro, que aprova o regime jurídico do capital de risco);
- Critério 2: maturidade superior a 6 e inferior a 10 anos;
- Critério 3: valorização nula do capital/equity ( $EV < 50\%$  dívida financeira líquida).

Da aplicação dos referidos critérios resultou a identificação de um conjunto de 59 participadas, ao qual foram adicionadas mais 4 para as quais foram identificadas oportunidades de alienação no curto prazo. Para um número significativo de participadas (32), foram identificadas e implementadas ações tendentes ao desinvestimento, tendo como referência os contratos celebrados com a participada e com os restantes acionistas e co-investidores.

## 3.2 Áreas de Negócio

### *Private Equity*

A intervenção da Unidade de Negócio de *Private Equity* incide fundamentalmente nos setores tradicionais da economia, com o objetivo de promover as exportações ou de substituir as importações, com potencial de impacto no PIB nacional, nas seguintes tipologias de investimento;

- Em empresas com sólida posição de mercado e/ou elevado potencial de crescimento nos mercados globais;
- Em projetos de expansão e/ou de melhoria de competitividade que associem modelos de negócio sustentáveis e equipas de gestão competentes e motivadas.

No âmbito de processos de reestruturação empresarial, a unidade de *Private Equity* privilegia intervenções diretas em empresas com o objetivo de promover o seu crescimento e consolidação sustentável, apoiando a implementação das mudanças necessárias ao nível estratégico, operacional e financeiro e envolvendo promotores e equipas de gestão orientadas para os resultados.

No âmbito da consolidação setorial, preconiza-se uma participação em projetos ou iniciativas de concentração de empresas dentro do mesmo setor com vista ao aumento de sinergias e obtenção de economias de escala. Entende-se que a atuação neste âmbito deverá ser realizada preferencialmente através de modelos de promoção da partilha de risco e cofinanciamento com entidades privadas, em operações em setores 'tradicionais' que, pelas suas características ou exigências de maior investimento, não tenham sido alvo da atenção do mercado mas que beneficiem de fatores competitivos, considerável potencial de exportação (ou substituição de importações) e de criação de riqueza nacional.

Por último, mantém-se a atenção em operações de internacionalização e de reforço do acesso a mercados internacionais em setores relevantes do nosso tecido industrial, com especial enfoque em empresas individuais.

A equipa da unidade de *Private Equity* foi, durante o ano de 2013, composta por 4 colaboradores da Portugal Ventures, contando ainda com a colaboração da equipa do FACCE (Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas) da PME Investimentos, cuja gestão operacional lhe esteve atribuída durante o ano de 2013. Desta forma, e no final do ano de 2013, dois colaboradores da PME Investimentos estavam alocados a esta Área de Negócio, onde também eram geridas operacionalmente as 22 participações daquele Fundo.

### ***Venture Capital***

A unidade de negócio de *Venture Capital* tem como vocação promover e dinamizar a criação de empresas de base tecnológica emergentes no ecossistema nacional de empreendedorismo qualificado, tendo quatro linhas principais de atuação:

- Investimento de capital em empresas de base tecnológica ao longo do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial, desde as fases de *Pre-Seed* e *Seed* até às fases de *Early Stage* e *Scale-up*. O investimento tem por objetivo a geração de negócios globais com elevado potencial de crescimento, predominantemente dos setores de *TICE & Web* (tecnologias de informação, comunicações, eletrónica, conceitos web e mobile), *Life Sciences* (biotecnologia, farmacêutica, cuidados de saúde e dispositivos médicos) e *Endogenous Resources & New Materials* (floresta e agroindústria, eficiência energética, energia limpa, economia do mar e turismo; nanotecnologias);
- Alinhamento do investimento com os principais desafios mundiais e mercados globais, como as alterações climáticas, o aumento da esperança média de vida, a concorrência global das economias emergentes, a necessidade de maior eficiência energética, a utilização mais racional dos recursos naturais, o aumento do tempo disponível para lazer, o reforço da conectividade, a exigência de maior conveniência no acesso à informação e o aumento do nível educacional;
- Intervenção no *gap* estrutural da pirâmide de investimento para permitir a captação de talento e de capital privado, nacional e internacional, indispensáveis ao crescimento à escala global das empresas inovadoras de base tecnológica portuguesas;
- Fomento da dinamização e capacitação das competências de empreendedorismo nacional, contribuindo para o reforço do ecossistema empresarial português e melhorando a interligação entre empresários, centros de investigação e desenvolvimento (I&D), incubadoras e aceleradoras, peritos setoriais e investidores de capital de risco que favoreça a valorização económica do conhecimento científico e tecnológico para a transformação estrutural e maior competitividade da economia nacional.

Correspondendo a estas linhas de atuação, a Portugal Ventures definiu o Programa de Ignição em outubro de 2012, que assenta em quatro pilares fundamentais: o ***Ignition Partners Network***, a ***Call For Entrepreneurship***, os ***Acceleration & Innovation Hubs in the World*** e a ***Ignition Capital Network***.

#### ***Ignition Partners Network (IPN)***

Atualmente já com 40 parceiros, a *Ignition Partners Network* é uma rede aberta e cooperativa de centros tecnológicos, aceleradoras e incubadoras de base tecnológica nacionais visando a dinamização do *deal flow*, nacional e internacional, sob a liderança da Portugal Ventures. Como proposta de valor da rede para os promotores, estes

podem beneficiar do apoio e colaboração do parceiro escolhido para a preparação e qualificação do seu projeto para investimento de capital de risco.

Durante 2013, os parceiros da IPN foram responsáveis pelo apoio a 116 empresas de base tecnológica que se apresentaram à *Call For Entrepreneurship*.

Figura 4: Principais membros da *Ignition Partners Network* da Portugal Ventures



### **Call For Entrepreneurship**

Desenvolvida e implementada como ponto de acesso ao Programa de Ignição, a *Call For Entrepreneurship* é uma iniciativa dinâmica e contínua, realizada periodicamente (quatro vezes por ano) e que tem o duplo objetivo de aumentar significativamente o *deal flow* de projetos empresariais emergentes de base tecnológica e promover uma maior e melhor qualificação do investimento. Nesta lógica de chamadas de periodicidade trimestral, o processamento ágil e rápido de decisão e execução de investimentos evolui ao longo de três meses através de três etapas principais: (i) a pré-triagem de todos os projetos apresentados, (ii) a avaliação por um painel de especialistas, nacionais e internacionais, e, por fim, (iii) a decisão de investimento e a contratualização.

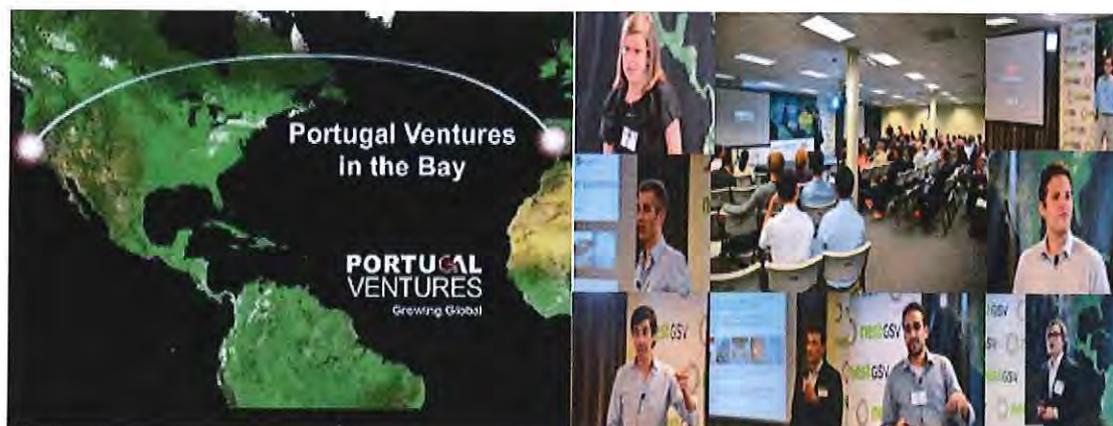
Figura 5: Logotipo da *Call For Entrepreneurship*



### **Acceleration & Innovation Hubs in the World**

Através desta iniciativa da Portugal Ventures os projetos investidos, bem como os parceiros da rede da Portugal Ventures, poderão aceder a incubação e aceleração em centros internacionais de inovação. Em 2013, abrimos o primeiro centro nos EUA, na área de São Francisco, Califórnia (*Portugal Ventures Accelerator in the Bay*) tendo sido aberto, já no início de 2014, o segundo centro em Boston, Massachussets. Com disponibilidade de espaço físico partilhado e de apoio local, as empresas e os seus promotores poderão beneficiar do aconselhamento por especialistas internacionais e do acesso a rede de contactos relevantes, colocar à prova e adaptar conceitos e modelos de negócio, promover o desenvolvimento de negócios e aceder a diversas parcerias estratégicas e de capital.

Figura 6: Inauguração do PV Accelerator in the Bay em novembro de 2013



### Ignition Capital Network

A *Ignition Capital Network* é uma iniciativa implementada em 2013 sob liderança da Portugal Ventures. Esta rede, aberta a todos os interessados, conta já com 13 elementos. Esta iniciativa pretende, assim, catalisar a intervenção de potenciais investidores que complementem a oferta de capital dos fundos geridos pela Portugal Ventures, promovendo o acesso dessas entidades a projetos de base tecnológica em *Seed Stage* a investimento de capital de risco, agilizar e sistematizar a qualificação do *deal flow* através da participação no processo de avaliação de projetos da *Call for Entrepreneurship*, continuar o esforço de ligação do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica e fomentar e disseminar as melhores práticas de intervenção, referenciadas internacionalmente, e com elevados e crescentes padrões de exigência. O esforço cooperativo contribuirá para a dinamização do investimento privado nacional em projetos de base tecnológica, promovendo a crescente participação de *Business Angels* e a sindicância de investimentos com outros fundos de capital de risco.

Figura 7: Principais membros da *Ignition Capital Network*

A equipa da unidade de *Venture Capital* é composta por 8 colaboradores, atualmente com a responsabilidade de acompanhamento de 63 empresas. Durante 2013 foram realizados 7 co-investimentos com *Ignition Capital Network* no total de 3,6 M€ de capital de *Business Angels* que alavancaram o capital público investido pela Portugal Ventures.

## **Tourism, Hospitality & Leisure**

A Portugal Ventures, através da Unidade de Negócio de *Tourism, Hospitality & Leisure*, prossegue uma estratégia de atuação num dos mais relevantes setores da economia nacional, enfocada na dinamização da criação de produtos turísticos complementares à oferta de unidades de alojamento que, em grande parte do território nacional, atingiu um estágio de maturidade que permite satisfazer a procura existente. Neste sentido, privilegiou-se a análise de projetos com o seguinte enquadramento:

- Criação de empresas de animação turística que permitam a captação de novos segmentos de mercado, contribuam para o aumento da estada média no país e do consumo médio por visitante, e exponenciem a comercialização dos produtos turísticos, com especial destaque para as exportações;
- Investimentos em projetos de base tecnológica que, por um lado, contribuam para a afirmação do setor do turismo nacional como uma referência global e, por outro, apresentem um elevado potencial de internacionalização da tecnologia desenvolvida.

No decorrer do ano transato, saíram dois colaboradores seniores e foi contratado um elemento estagiário. À data de 31 de dezembro de 2013, a unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* era composta por 3 colaboradores e, tinha sob sua responsabilidade a gestão de 28 empresas participadas.

### **3.3 Unidades de Suporte**

#### **Operações e Sistemas de Informação**

Assume especial relevância na atividade da Portugal Ventures a gestão de Fundos de Capital de Risco como instrumentos para a realização de investimento. É da competência da Unidade de Operações e Sistemas de Informação garantir o cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias dos Fundos geridos pela empresa, atenta as especificidades e regulamentos de cada um, bem como garantir a disponibilização dos instrumentos fundamentais de trabalho (nomeadamente ao nível dos Sistemas de Informação) às restantes áreas de suporte e de negócio da empresa.

No ano de 2013, grande parte da atividade no domínio das Operações foi centrada no objetivo de reorganização da carteira de Fundos e monitorização da atividade e desempenho dos vários Fundos de Capital de Risco sob gestão. Foi ainda desenvolvido um esforço de acompanhamento e recuperação das dívidas resultantes de alienações com pagamentos a prazo de empresas participadas. Neste domínio, foi possível efetuar a fusão de Fundos reduzindo em cinco o número de fundos sob gestão, passando dos 25 iniciais para 20, reforçando a capacidade de investimento dos Fundos incorporantes e permitindo uma maior racionalização do esforço desta área para a gestão da carteira de Fundos.

No domínio de Sistemas de Informação, esta Unidade tem como prioridades (i) a otimização do fluxo de informação, com a conseqüente redução de custos operacionais e administrativos e aumentos de produtividade em toda a organização, (ii) uma maior integridade e veracidade da informação de gestão e de suporte à decisão e (iii) a melhoria da segurança de acesso à informação.

Tendo presentes as prioridades acima definidas, no ano de 2013, foi decidido desenvolver a *Intranet* da Portugal Ventures – NAVIGATOR – cujo objetivo será permitir, de forma estruturada, simples e intuitiva, a produção, registo, consulta e processamento de toda a informação relevante para a atividade da empresa. A implementação deste sistema de informação decorrerá durante o ano de 2014.

A equipa de Operações e Sistemas de Informação conta com a colaboração de 5 pessoas, das quais uma se encontra exclusivamente focada na área de Sistemas de Informação. Durante o ano de 2013, esta unidade contou ainda com a colaboração, em regime de avença, por parte de uma pessoa externa à Portugal Ventures que, no final do ano, deixou de prestar esse serviço.

## Área Jurídica

Em 2013, foram implementados na Área Jurídica os processos destinados a permitir a internalização de todos os assuntos jurídicos de cariz regular, com exceção do contencioso e de assuntos específicos que, pelo seu volume ou especificidade, requereram a intervenção de advogados externos.

No ano findo, a Área Jurídica dedicou-se ao apoio regular a todas as áreas da Portugal Ventures, incluindo ao Conselho de Administração e demais órgãos sociais, às Áreas de Negócio e às Áreas de Suporte, desenvolvendo todas as atividades necessárias. Neste âmbito, a Unidade Jurídica deu apoio às operações de investimento e de desinvestimento, às fusões de Fundos de Capital de Risco sob gestão e, em geral, à contratualização de todos os negócios celebrados pela Portugal Ventures.

O apoio jurídico à *Call for Entrepreneurship*, depois de definidas internamente as matrizes dos contratos e procedimentos, foi contratado externamente, atendendo à celeridade que se pretendia imprimir a todo o processo.

Para a concretização da sua missão, a Área Jurídica contou em 2013 com a presença de um advogado que é quadro da Portugal Ventures e de um outro advogado em regime de full-time (*secondment*), que prestou e ainda presta serviço para a Portugal Ventures, no âmbito de um contrato de avença celebrado com uma sociedade de advogados. Com estas iniciativas de racionalização, e apesar do incremento na atividade de investimento, a Área Jurídica permitiu uma redução de custos de natureza jurídica, de 2012 para 2013, de cerca de 68 mil euros.

## Comunicação e Parcerias

A Portugal Ventures tem vindo a prosseguir uma política ativa de comunicação, gerando visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo e da opinião pública em geral, com vista à geração de *deal flow* de projetos crescentemente qualificados, ao aumento da notoriedade das suas participadas e à criação de empatia com a sociedade, contribuindo assim para o desenvolvimento do ecossistema Português de empreendedorismo.

Neste quadro, em 2013, dinamizou-se de forma intensa o *website* ([www.portugalventures.pt](http://www.portugalventures.pt)), o boletim de divulgação periódica - *newsletter "Inside"* – e a presença na rede social Facebook (aberta a 7 fevereiro), gerando uma forte dinâmica de interação com todos os que contactam regularmente com a Portugal Ventures e criando um espaço aberto de participação do ecossistema de empreendedorismo, não só nacional mas também internacional.

Adicionalmente, durante o ano, promoveram-se dois grandes eventos: o *Portugal Ventures Day* e *Portugal Ventures in the Bay*.

O *Portugal Ventures Day* é uma ação de regularidade anual realizada em Portugal com três objetivos:

1. Contribuir para a abertura internacional do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica, trazendo a Portugal alguns oradores investidores de referência mundial e dando-lhes a conhecer uma nova realidade do país;
2. Aumentar a visibilidade da atividade da Portugal Ventures, do seu Programa de Ignição e dos seus parceiros

(*Ignition Partners Network*), bem como das suas novas participadas objeto de investimento da *Call for Entrepreneurship*;

3. Reconhecer e aplaudir as empresas da vasta carteira de participadas que em 2013 atingiram níveis superiores de desenvolvimento, solidez financeira, expansão internacional e inovação de produtos e serviços, criando sólidos e duradouros fatores de impacto económico e social.

No primeiro *Portugal Ventures Day* realizado no Museu do Oriente estiveram presentes mais de 500 participantes.

O *Portugal Ventures in the Bay*, realizado no centro na costa oeste dos EUA, visou a apresentação de participadas da carteira de *Venture Capital* ao ecossistema de Silicon Valley e o reforço da rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional. Este evento contou com a participação de 10 empresas nacionais e cerca de 200 pessoas.

Num âmbito mais lato, tendo por alvo o público em geral, a Portugal Ventures promoveu largamente as suas atividades, com especial foco no seu programa de ignição (*Call For Entrepreneurship* e *Portugal Ventures in the Bay*) através da divulgação de comunicados de imprensa aos órgãos de comunicação social, nacional e internacional, onde se obteve uma muito significativa cobertura.

Abaixo apresentamos os principais indicadores da atividade de comunicação e parcerias a 31 de dezembro de 2013:

Figura 8: Principais indicadores de atividade de Comunicação e Parcerias em 2013

Total Visitas ao Website	98.100
N.º Edições da Newsletter	3
N.º de Pessoas Registadas na Newsletter	4.700
N.º Gostos no Facebook	874
N.º de Eventos Organizados	2
Total de Pessoas Presentes nos Eventos	770

A área da Comunicação e Parcerias contava, no final de 2013, com um colaborador da Portugal Ventures.

## Área Financeira e de Recursos Humanos

Durante o ano 2013 consolidou-se todo o trabalho de racionalização e uniformização de recursos e processos na Sociedade e nos Fundos de Capital de Risco (FCR) por si geridos, decorrentes do processo de fusão, sendo de realçar as seguintes atividades:

- Cumprimento de todas as Obrigações Contabilísticas e Fiscais referentes ao exercício de 2012 (ano da Fusão);
- Uniformização Contabilística e Fiscal dos FCR por si geridos;
- Fusão de alguns dos FCR geridos;
- Desenvolvimento e implementação de um modelo de controlo de gestão por unidade departamental.

A política de recursos humanos na Portugal Ventures assenta na gestão rigorosa dos recursos aliada a uma valorização da componente motivacional e das competências profissionais dos colaboradores, promovendo assim uma política de investimento na qualificação e formação de todos os colaboradores que integram o quadro de pessoal da Sociedade.

Durante o ano 2013 desenvolveu-se o Projeto para Harmonização das Políticas de Recursos Humanos, que teve início no final de 2012, com a prossecução dos seguintes objetivos:

- Análise crítica das funções resultantes da Fusão das 3 entidades que deram origem à Portugal Ventures, sistematização das responsabilidades e competências associadas e elaboração do Manual de Funções;

- Análise das políticas contratuais e compensatórias em vigor na Portugal Ventures, como resultado da fusão;
- Definição de critérios de harmonização preliminares tendo por base a avaliação das políticas de Recursos Humanos – contratuais e compensatórias – à luz do enquadramento legal e das melhores práticas de mercado;
- Elaboração de um manual de procedimentos com as principais Políticas no âmbito dos Recursos Humanos;
- Definição de um Modelo de Remunerações da Portugal Ventures a implementar no futuro.

No final do ano de 2013, a estrutura de recursos humanos da Portugal Ventures, é constituída por 35 colaboradores, 2 estagiários e 3 Administradores, sediados nas instalações da Sociedade no Porto e em Lisboa. Ao longo do ano de 2013, a Portugal Ventures assistiu uma redução substancial do número dos seus recursos humanos, com a saída de 5 *Analysts* ou *Senior Analysts* e à suspensão do contrato de outro.

#### 4. Cumprimento das Orientações Legais

**Dos objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado.**

Em termos do Plano de Atividades e Orçamento para 2013, no contexto da atividade desenvolvida pela Portugal Ventures, foi assumido como intervenção transversal a todas as Unidades de Negócio:

- Atuação proativa para aumentar *deal flow* de projetos, visando a identificação e investimento em projetos com critérios crescentemente seletivos;
- Acompanhamento das participadas com vista à criação de valor;
- Desenvolvimento de uma rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor, em especial nos setores tecnológicos, e que permitam um posicionamento global das empresas da carteira;
- Promoção do investimento sindicado com base no desenvolvimento de modelos de partilha de risco e cofinanciamento com entidades privadas em setores económicos "tradicionais";
- Definição e contratualização de estratégias de desinvestimento orientadas à otimização do valor investido.

No quadro seguinte, apresentam-se os principais indicadores económicos e financeiros que a Portugal Ventures se propôs alcançar em 2013, bem como o respetivo grau de cumprimento.

Figura 9: Principais indicadores de desempenho económico-financeiro da Portugal Ventures [K EUR]

Principais indicadores	Real 2013	Orçamento 2013	Varição 2013
	(a)	(b)	(a)-(b)
Vendas e serviços prestados	6.411	7.137	-726
Gastos com Pessoal	-2.316	-2.584	268
Fornecimentos e Serviços Externos	-1.321	-1.421	100
EBITDA	2.240	2.013	227
Resultado Líquido	1.857	1.225	631
Capitais Próprios	45.673	46.457	-784
Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)	4%	3%	1%

Da gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho nº 101/2009-SETE, 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho nº 1SS/2011-MEF, de 28 de abril.

A Portugal Ventures não tem qualquer financiamento alheio ou endividamento.

Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (arrears), conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, nos termos do anexo 3, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A Portugal Ventures apresenta, no 4º trimestre de 2013, um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 36 dias (33 dias no 4º trimestre de 2012). Como procedimento para pagamento a fornecedores, a Portugal Ventures tem definido efetuar os pagamentos uma vez por mês, concentrando o pagamento de todas as faturas com vencimento até ao final do mês em referência desde que devidamente validadas. Consequentemente, os prazos de pagamento pré-estabelecidos são habitualmente cumpridos, sendo que, desvios pontuais resultantes da aplicação do procedimento referido anteriormente são automaticamente regularizados no pagamento seguinte.

Das diligências tomadas e dos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2013.

Na Assembleia Geral da Sociedade, ocorrida em 18 de abril de 2013, aquando da aprovação das contas de 2012, nenhum acionista emitiu recomendações ao Conselho de Administração.

#### Das remunerações

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Ventures de 27 de julho de 2012 foi deliberada a não remuneração dos membros designados para a Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral e de Supervisão, tendo a fixação da remuneração dos membros que integram o Conselho de Administração ficado pendente da publicação da classificação da Sociedade nos termos definidos no nº 16, da RCM nº 16/2012, de 9 de fevereiro. De igual forma, não foi fixada a remuneração do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Nestes termos, a Portugal Ventures continuou a processar as remunerações aos seus administradores e ao Revisor Oficial de Contas com base nas remunerações fixadas anteriormente, sem prejuízo de no futuro vir a proceder em conformidade com as correspondentes remunerações que sejam fixadas. No Apêndice 1 é apresentado o detalhe das remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais no exercício de 2013.

#### Dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são apresentadas no Apêndice 1.

#### Mesa da Assembleia Geral

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de julho de 2012, os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

#### Conselho de Administração

Nos termos do disposto no artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, procedeu-se à redução de 10% das remunerações mensais illíquidas dos membros do Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, por aplicação do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-

A/2010, manteve-se, em 2013, a redução de 5% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, e à semelhança de anos anteriores, não houve lugar à atribuição de prémios de gestão no exercício de 2013 aos membros do Conselho de Administração, nem tal atribuição ocorrerá durante 2014.

#### **Revisor Oficial de Contas**

Nos termos do disposto no artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, procedeu-se à redução de 10% da remuneração mensal ilíquida do Revisor Oficial de Contas.

#### **Do Auditor Externo**

Em conformidade com o disposto no artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, procedeu-se à redução de 10% do valor da prestação de serviços do Auditor Externo.

#### **Dos Restantes Trabalhadores**

Continuou a ser aplicada em 2013 a redução das remunerações dos trabalhadores, em conformidade com o artigo 27º da Lei nº 66-B/2012.

#### **Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.**

Os membros do Conselho de Administração da Portugal Ventures não possuem cartão de crédito nem outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, nem apresentam despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

#### **Da contratação pública**

Nos termos e para os efeitos do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitido pelo ofício circular nº 6312, de 6 de agosto de 2010, da DGTF, informa-se que, de acordo com entendimento jurídico prestado, não se aplica à Sociedade o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, sendo que, em qualquer caso, não existiram em 2013 contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 5 milhões de euros (excluindo IVA).

#### **Medidas tomadas no âmbito das orientações previstas na Lei nº 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado, bem como a respetiva quantificação.**

A Sociedade não aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, sem prejuízo do acompanhamento dos eventuais benefícios que essa adesão possa propiciar, podendo a todo o tempo vir a solicitar essa adesão.

A Portugal Ventures adotou uma política de contenção de custos, que se traduziu, neste particular, na não aquisição de viaturas desde janeiro de 2010. Por outro lado, tem sido efetuada a análise e acompanhamento das necessidades da empresa e, sempre que não se justifica a manutenção de alguma viatura, a Sociedade tem procedido à respetiva alienação.

#### **Do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2013.**

A Portugal Ventures tem vindo a adotar uma política de redução de custos, que se traduziu numa análise e acompanhamento de todas as necessidades da empresa. Sempre que se justifica, a Sociedade tem procedido à

consulta ao mercado e à renegociação dos contratos com objetivo de diminuir os respetivos gastos anuais.

Nos quadros seguintes é apresentada a evolução do plano de redução de custos e do número de colaboradores da Portugal Ventures.

Figura 10: Evolução dos principais indicadores de custos da Portugal Ventures

Unidade: mil euros

Plano de Redução de Custos	2009 (a)	2010 (a)	2011 (a)	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento Identificar
						Absoluta	%	
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas (1)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	
Fornecimentos e Serviços Externos (2)	1.828	1.764	1.385	1.389	1.321	-443	-25,1%	
Deslocações /Estadas	136	128	105	91	106	-22	-16,8%	Sim (*)
Ajudas de Custo	1	1	0	0	0	-1	-100,0%	SIM
Comunicações	108	90	84	51	45	-45	-50,1%	Sim
Gastos com Pessoal (3)	3.955	3.599	3.091	2.469	2.316	-1.283	-35,7%	
<b>Total (1+2+3)</b>	<b>5.784</b>	<b>5.363</b>	<b>4.476</b>	<b>3.858</b>	<b>3.636</b>	<b>-1.726</b>	<b>-32,2%</b>	
Volume de Negócios	7.139	7.499	8.192	7.254	6.411	-1.088	-17,0%	
Peso dos Gastos no Volume de Negócios (%)	81,0%	71,5%	54,6%	53,2%	56,7%			

(a) Nos anos de 2009 a 2011, os valores apresentados correspondem ao somatório do respetivo montante de cada uma das três Sociedades de Capital de Risco (InovCapital, ACEP - SCR e Tursmo Capital - SCR) que foram objeto de fusão em junho de 2012 e originaram a Portugal Capital Ventures.

(\*) Sim atendendo ao âmbito da atividade desenvolvida pela Portugal Capital Ventures (apoiar e promover a criação e o desenvolvimento de empresas através da participação temporária no respetivo capital social).

Figura 11: Evolução dos principais indicadores de RH e gastos com pessoal da Portugal Ventures

Quadro de Pessoal	2010 (a)	2011 (a)	2012	2013
Número de RH sem Órgãos Sociais (*)	54	51	41	35
Número de cargos dirigentes sem Órgãos Sociais (*)	7	7	8	8
Número de Órgãos Sociais (*)	25	24	3	3
<b>Gastos totais com pessoal</b>	<b>3.598.902 €</b>	<b>3.090.906 €</b>	<b>2.468.958 €</b>	<b>2.315.579 €</b>
Gastos com Órgãos Sociais (**)	1.136.381 €	999.825 €	394.634 €	298.085 €
Gastos com RH sem Órgãos Sociais	2.462.522 €	2.091.081 €	1.779.719 €	1.957.018 €
Gastos com Dirigentes			540.540 €	664.143 €
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes			1.239.179 €	1.292.875 €
<b>Rescisões/Indemnizações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>294.605 €</b>	<b>60.477 €</b>

(a) Nos anos de 2010 e 2011, os valores apresentados correspondem ao somatório do respetivo montante de cada uma das três Sociedades de Capital de Risco (InovCapital, ACEP - SCR e Tursmo Capital - SCR) que foram objeto de fusão em junho de 2012 e originaram a Portugal Capital Ventures.

(\*) Posição em 31 de dezembro de cada um dos referidos anos.

(\*\*) Não estão incluídos os valores do ROC pagos pela Portugal Ventures, dado que estão registados na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

### Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 124º da Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando o cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual “... as entidades que integram o setor empresarial do Estado, ... devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ...”, e dado que a Portugal Ventures tem na sua estrutura acionista entidades privadas, foi apresentada junto das entidades competentes a fundamentação, acompanhada de um parecer jurídico, para a não sujeição ao referido princípio da Unidade de Tesouraria.

### Do dever de divulgar as recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado.

No decurso do exercício de 2013 não ocorreu nenhuma auditoria à Portugal Ventures conduzida pelo Tribunal de Contas.

## Divulgação de informação

A Portugal Ventures divulga e atualiza no portal das empresas do Setor Empresarial do Estado ([www.dgtf.pt](http://www.dgtf.pt)), com ligação direta no portal da empresa ([www.portugalventures.pt](http://www.portugalventures.pt)) a informação a seguir indicada:

Figura 12: Avaliação do cumprimento das diretivas de prestação de informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Identidade Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado				Aguarda deliberação da Assembleia Geral
Remunerações auferidas e demais regalias				Aguarda deliberação da Assembleia Geral
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Conduta	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

Para efeito de divulgação do cumprimento das orientações legais em questão, apresenta-se o seguinte quadro:

Figura 13: Avaliação do cumprimento das orientações legais em vigor para as empresas do setor público

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão - definidos no Plano de Alvidade e Orçamento de 2013:					
Objetivo 1 - core business da atividade	X				
Objetivo 2 - principais indicadores a alcançar em 2013	X			Nota 4 do R&C 2013	
Objetivo 3					
Gestão do Risco Financeiro					
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Evolução do PMP a fornecedores			X		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					
Recomendação 1			X		
Recomendação 2			X		
Etc.			X		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei nº 66-B/2012	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei nº 66-B/2012	X			Total da Redução remuneratória em 2013 = 24.148 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			Total da Redução remuneratória em 2013 = 12.710 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei nº 66-B/2012	X			Total da Redução remuneratória em 2013 = 584€	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei nº 66-B/2012	X			Total da Redução remuneratória em 2013 = 109.097 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorização remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei nº 66-B/2012	X			Total de Valorização remuneratória em 2013 = 0 €	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			X		
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X	Não aplicável	
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X		
Auditorias do Tribunal de Contas			X		
Recomendação 1					
Recomendação 2					
Parque Automóvel	X			Redução de 2 viaturas (1 em comodato) em 2013	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo nº 64º da Lei nº 66-B/2012)	X				
Redução de Trabalhadores (artigo 63º da Lei nº 66-B/2012)	X				
Nº de trabalhadores					
Nº de cargos dirigentes	X			Diminuição de 6 trabalhadores, que representa 15% face a 2012	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124º da Lei nº 66-B/2012)			X	Não se verificou variação em 2013	

## Apêndice 1

Os quadros seguintes apresentam as remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures ao longo do exercício de 2013.

### Mesa da Assembleia Geral

Mandato		Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado	Remuneração Anual		
Início	Fim				Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2012	2014	Presidente	Dr. Alberto Amorim Pereira	Sim	Não remunerado conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas de 27.07.2012		
2012	2014	Vice-Presidente	Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro	Sim			
2012	2014	Secretária	Dra. Sofia Ferreira da Costa	Sim			

### Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Doc .	Data
2012-2014	Presidente	Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	Assembleia Geral	06.fev.2012
2012-2014	Vice-Presidente	Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	Assembleia Geral	06.fev.2012
2012-2014	Vogal	Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	Assembleia Geral	15.jun2012

Nome	Estatuto de Gestor Público				Opção pela Remuneração do Lugar de Origem (OPRLO)	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de representação	Identificar Entidade	Pagadora
	(S/N)	(A/B/C)	Valor (mensal)		(Identifica/n.a.)	Origem/Destino
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	Não	Não definida		0 €	Não aplicável	Não aplicável
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	Não	Não definida		0 €	Não aplicável	Não aplicável
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	Não	Não definida		0 €	Não aplicável	Não aplicável

Nome	Remuneração Anual						
	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei nº 12 - A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Anos Anteriores	Bruta após Reduções
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	88.196 €	N.A.	4.410 €	8.379 €	0 €	75.407 €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	N.A.	83.136 €	N.A.	4.157 €	7.898 €	0 €	71.081 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	82.858 €	N.A.	4.143 €	7.872 €	0 €	70.843 €

N.A. - Não aplicável

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	Segurança Social	16.570 €	990 €	808 €	N.A.	N.A.	- €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	N.A.	Segurança Social	16.266 €	878 €	773 €	N.A.	N.A.	- €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	Segurança Social	16.210 €	495 €	773 €	N.A.	N.A.	- €

N.A. - Não aplicável

Não existe informação disponível relativa ao exercício de funções não remuneradas fora da Sociedade.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	- €	
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	N.A.	1.294 €	Em serviço
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	1.173 €	Em serviço

N.A. - Não aplicável

Encargos com Viaturas								
Viatura Atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
De serviço	N.A.	N.A.	Aquisição	N.A.	N.A.	N.A.	- €	- €
De serviço	N.A.	N.A.	Comodato	N.A.	2013 (mai)	N.A.	- €	- €
De serviço	N.A.	N.A.	Aquisição	N.A.	N.A.	N.A.	- €	- €
De serviço	3-ago-09	N.A.	ALD	2009	2013 (jul)	48	470 €	3.293 €
De serviço	N.A.	N.A.	Aquisição	N.A.	N.A.	N.A.	- €	- €

N.A. - Não aplicável

Nome	Plafond Mensal Definido	Gastos anuais associados a Viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	3.293 €	2.250 €	1.459 €	657 €	
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	N.A.	2.315 €	979 €	599 €	647 €	
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	1.604 €	415 €	1.998 €	917 €	

N.A. - Não aplicável

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	11.788 €	3.507 €	- €	Refeições	467 €	15.762 €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	8.933 €	2.921 €	- €	Refeições	645 €	12.498 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	9.015 €	2.840 €	- €	Refeições	310 €	12.165 €

N.A. - Não aplicável

## Fiscalização - Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração		Nº de Mandatos exercidos na sociedade (*)
		Nome	Número	Doc.	Data	Límite fixado	Contratada	
2012-2014	ROC Efetivo	António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães	53	Assembleia Geral	15.jun.2012	Aguarda deliberação da A.G.		1
2012-2014	ROC Suplente	Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão	62	Assembleia Geral	15.jun.2012	Não aplicável		1

(\*) mandato em curso.

Nome	Remuneração Anual (a)		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro Magalhães	13.650 €	1.365 €	12.285 €

(a) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.

Nota: No ano de 2013, foi paga o valor da remuneração ao ROC relativa ao período de 2012 (Bruta de 6.825 euros e redução (Lei OE) de 682,50 euros), valores sujeitos a IVA à taxa normal.

## Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (a)		
Nome	Número de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
BDO & Associados, SROC, Lda	29	1122	15.jun.2012	2012-2014	5.840 €	584 €	5.256 €

(a) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.


## PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2014

<b>1. Breve Análise Setorial.....</b>	<b>28</b>
<b>2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures</b>	
Investimento em Carteira.....	30
Valorização do Investimento em Carteira.....	32
Evolução da Carteira.....	34
Maturidade do Investimento.....	34
Participação Acionista.....	35
Setores de Atividade.....	35
Geografia.....	35
Atividade de Investimento em 2013.....	36
Atividade de Desinvestimento em 2013.....	36
Investimento Líquido em Capital Social e Rotação de Carteira.....	37
<b>3. Fundos de Capital de Risco sob administração da Portugal Ventures</b>	
<b>Caracterização sumária.....</b>	<b>38</b>
<b>Carteira de Ativos de Capital de Risco</b>	
Investimento em Carteira.....	38
Valorização do Investimento em Carteira.....	39
Maturidade do Investimento.....	41
Participação Acionista.....	41
Setores de Atividade.....	42
Geografia.....	42
Atividade de Investimento em 2013.....	43
Atividade de Desinvestimento em 2013.....	44
Investimento Líquido em Capital Social e Rotação da Carteira.....	45
Principais Indicadores.....	45
<b>4. Atividade das Áreas de Negócio</b>	
<i>Private Equity</i> .....	46
<i>Venture Capital</i> .....	49
<i>Tourism, Hospitality &amp; Leisure</i> .....	52
<b>5. Evolução Financeira / Análise às Contas.....</b>	<b>54</b>
<b>6. Proposta de Aplicação de Resultados.....</b>	<b>58</b>

<b>7. Factos Subsequentes</b> .....	58
<b>8. Perspetivas para 2014</b> .....	58
Operações externas.....	59
Fusões e aquisições.....	59
<i>Private Equity</i> .....	59
<i>Venture Capital</i> .....	59
<i>Tourism, Hospitality &amp; Leisure</i> .....	60
Operações e Sistemas de Informações.....	61
Unidade Jurídica.....	61
Comunicação e Parcerias.....	62
Área Financeira e de Recursos Humanos.....	62
<b>9. Outra Informação Relevante</b>	
Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de dezembro de 2013.....	62
Lista dos Titulares de Participações Qualificadas.....	63
<b>10. Agradecimentos</b> .....	63



## PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2014

### 1. Breve Análise Setorial

#### Conjuntura setorial – Europa

A informação abaixo apresentada tem por base o relatório de atividade dos operadores europeus de *Private Equity* e *Venture Capital* elaborado pela EVCA – *European Private Equity and Venture Capital Association*, representando, no final de 2013, a atividade de cerca de 620 empresas gestoras com cerca de 345 mil milhões de euros de ativos sob gestão.

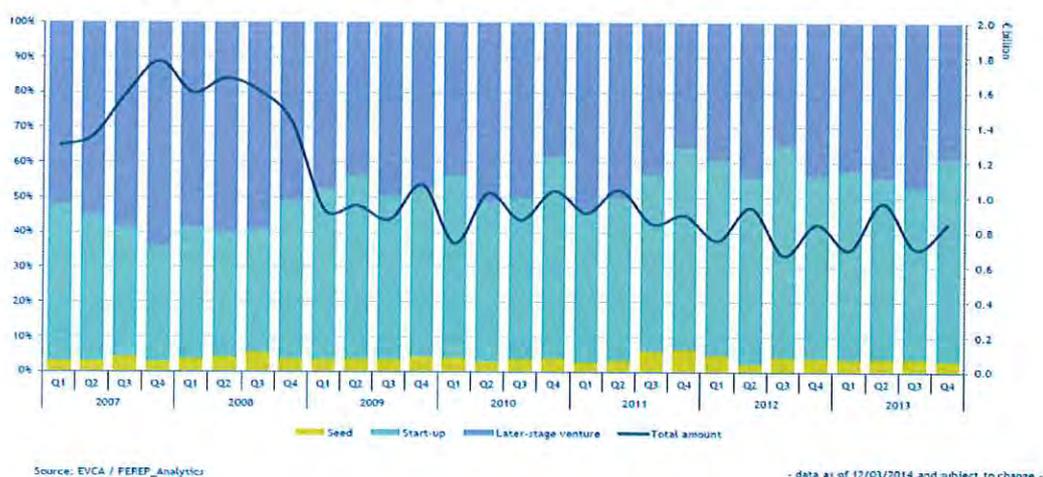
Durante o ano de 2013, o levantamento de fundos quase duplicou quando comparado com o ano anterior, atingindo o montante de 48 mil milhões de euros. O referido aumento registou-se em particular nos Fundos *Buyout*, enquanto, no mesmo período, o levantamento de fundos pelos Fundos de *Venture Capital* se reduziu em cerca de 20% face ao ano de 2012. O Reino Unido e a Irlanda destacam-se dos demais países, representando mais de 65% do total de fundos levantados em 2013.

Figura 1: Levantamento de fundos, investimento e desinvestimento (fonte: EVCA)



Tendo em consideração os números apresentados para o ano de 2013, confirma-se um ligeiro decréscimo (11%) no investimento efetuado, face ao ano de 2012, para cerca de 33 mil milhões de euros. Destacam-se as operações de investimento em *Buyout*, representando 77% do total de investimento, enquanto as operações de *Venture Capital* representam 10% do montante global de investimento realizado no ano (3,2 mil milhões de euros). Estas últimas, distribuídas predominantemente na fase *Start Up*, com 50% e *Later Stage* com 46%.

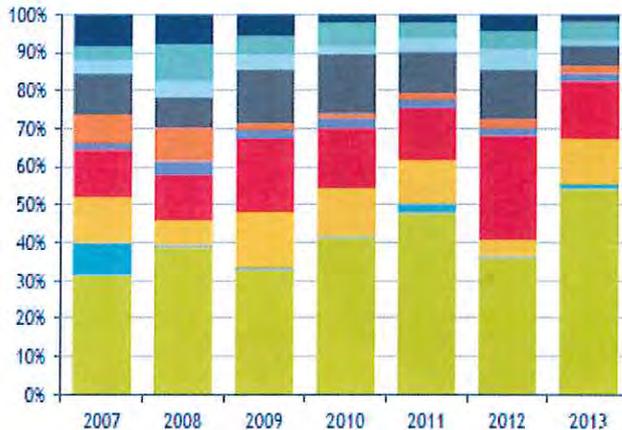
Figura 2: Investimento em *Venture Capital* por estágio de desenvolvimento (fonte: EVCA)



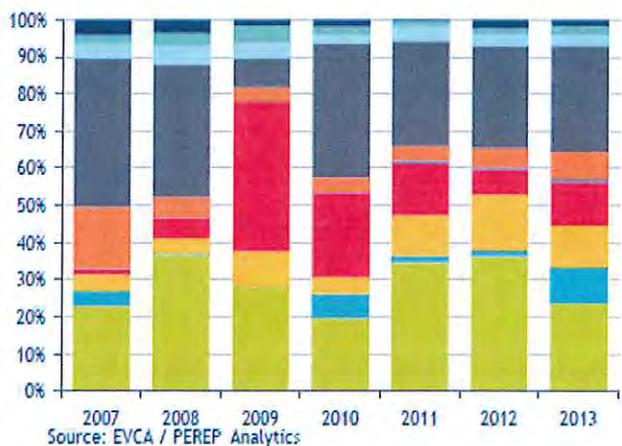
A atividade de desinvestimento no ano de 2013 atingiu o montante de 32 mil milhões de euros (valores de aquisição), representando um acréscimo de 50% comparativamente ao ano anterior. Nos investimentos de *Venture Capital* mais de 50% das operações de desinvestimento foram efetuadas via *trade sale*, nos investimentos de *Buyout*, o desinvestimento foi efetuado predominantemente por venda a outros operadores.

Figura 3: Desinvestimento em Venture Capital e Buyout (fonte: EVCA)

### Venture Capital



### Buyout



Source: EVCA / PEREP Analytics

### Conjuntura setorial - Portugal

Em Portugal, a atividade de capital de risco continua a apresentar uma atividade (peso do investimento no PIB) inferior à média europeia (0,137% em Portugal contra 0,26% da média europeia).

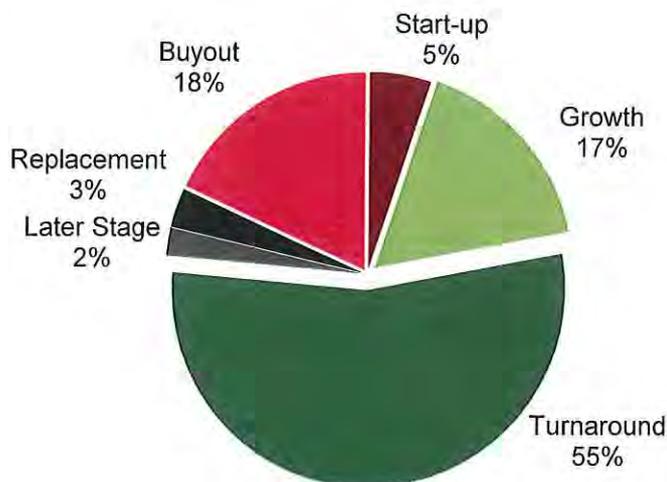
Figura 4: Peso do investimento em capital de risco no PIB de diferentes países europeus (fonte: EVCA)



da  
PF

De acordo com os dados da APCRI – Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento, o investimento efetuado em Portugal, até ao 3.º trimestre de 2013, totalizou cerca de 112 milhões de euros bastante abaixo do valor total de 228 milhões de euros registado no ano de 2012.

Figura 5: Distribuição do investimento em capital de risco em Portugal por tipologia de investimento - acumulado 3º trimestre 2013 (fonte: APCRI)



Já no que diz respeito ao desinvestimento, e segundo a mesma fonte, o setor tem mantido o nível de atividade, registando um montante de 92,5 milhões de euros no final do 3º trimestre, bem próximo dos 100,3 milhões de euros concretizados no ano de 2012.

## 2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures

### Investimento em Carteira

A Portugal Ventures apresenta uma carteira direta de ativos de capital de risco distribuída entre empresas e Fundos de Capital de Risco (FCR).

A 31 de dezembro de 2013, o investimento total detido ao custo de aquisição era de 37 milhões de euros, representando uma redução de 2,8 milhões de euros (7%) face ao investimento total no montante de 39,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O investimento total encontra-se repartido da seguinte forma:

- Participações em empresas, no valor de 14,4 milhões de euros;
- Participações em Unidades de Participação (UP) de FCR sob gestão, no valor de 22,6 milhões de euros.

Figura 6: Evolução da carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures

	31/12/2013	31/12/2012	Δ	Δ %
Participações em empresas	14,4 M€	17,6 M€	-3,2 M€	-18,0 %
Participações em UP de FCR	22,6 M€	22,2 M€	0,4 M€	1,8 %

O valor de 37,0 milhões de euros de investimento distribui-se por investimento em capital social e em outros instrumentos de investimento, incluindo suprimentos e mútuos, prestações acessórias e suplementares e Unidades de Participação de FCR. O investimento em capital social de empresas, no valor de 8,8 milhões de euros (23,8% do total de investimento), diminuiu 20,6% relativamente a 31 de dezembro de 2012. Os outros instrumentos de investimento (cerca de 76,2% do total) representam um valor total de 28,2 milhões de euros, reduzindo-se em cerca

de 1,7% quando comparados com o montante a 31 de dezembro de 2012

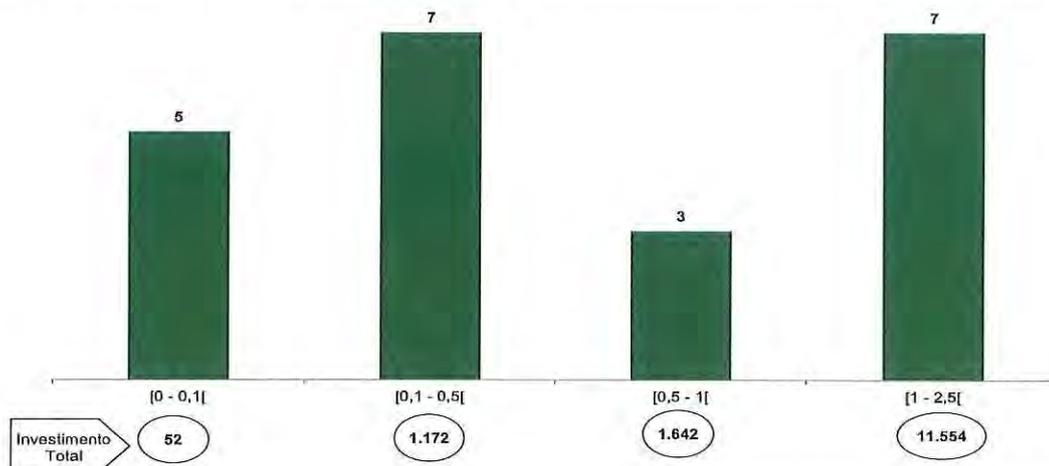
Figura 7: Detalhe da carteira de ativos detidos pela Portugal Ventures

Carteira de Participações	Capital Social Entidade	% Capital Social Detida	Data 1ª Subscrição	Valor Inv. em Capital Social	Investimento Total
Abrigada, SA	2.000.000	6,063%	27-12-1993	341	341
ALFAMA Inc.	107.731	0,545%	05-08-2009	143.933	143.933
ALTITUDE SOFTWARE, BV	56.955.742	0,966%	12-02-2001	1.500.000	1.500.000
Arc Atlantic Development	n/d	n/d	01-01-1992	5.349	5.349
DICODOC, Dicionários Interactivos, Lda	62.350	49,000%	22-05-2000	30.551	30.551
EDIGMA.COM, SA	97.170	9,715%	15-06-2008	500.320	500.320
ENTERSITE, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	100.000	8,08%	14-06-2000	8.075	173.312
FABRICGATE - SGPS, SA	2.712.600	6,88%	14-02-2013	0	0
Faianças Subtil, SA	5.000.000	0,03%	13-12-1994	561.133	561.133
FIBERSENSING - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	2.700.000	25,72%	23-04-2004	694.479	2.118.765
Hotel Rauchstrasse 22 S.à.r.l.	6.500.000	26,50%	18-05-2010	1.722.500	1.722.500
HOTTRADE - Representações, Gestão e Serviços, SA	100.000	25,00%	30-06-2006	25.000	1.255.000
Hozar, SGPS, SA	6.462.000	6,78%	23-03-2001	580.640	580.640
INVESTVAR Comercial SGPS, SA	10.297.120	7,47%	07-01-2008	2.000.012	2.000.012
ME 3I, SGPS, SA	350.000	19,40%	26-10-2011	67.900	101.850
MICOPLANT - Micologia Aplicada, Lda	290.000	70,69%	04-10-2006	160.000	185.000
NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA	1.137.205	11,53%	19-07-1995	131.069	131.069
Pestana Berlin S.à.r.l.	1.000.000	26,50%	18-05-2010	265.000	265.000
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, SA	1.000.000	19,62%	30-04-2003	196.230	1.000.000
SOMELOS SGPS, SA	16.697.350	0,60%	08-07-2005	15.931	15.931
Somelos Tecidos, SA	18.000.000	0,55%	08-07-2005	169.834	1.958.193
WEBTAX - Gestão de Sistemas de Informação, SA	50.000	33,33%	22-02-2001	16.666	171.365
	<b>131.619.268</b>			<b>8.794.964</b>	<b>14.420.265</b>
FCR ACTEC	4.100.000	21,95%	24-08-2009	900.000	900.000
FCR BIOCANT	4.000.000	37,50%	28-12-2011	1.500.000	1.500.000
FCR ES	7.166.500	34,88%	30-09-2011	2.500.000	2.500.000
FCR FIAEA	1.100.000	9,09%	14-01-2011	100.000	100.000
FCR FINICIA	4.000.000	30,00%	04-05-2007	1.200.000	1.200.000
FCR GLOBAL2	26.359.314	1,48%	01-12-2013	847.956	847.956
FCR GPI	71.971.504	8,20%	15-03-2005	5.877.278	5.877.278
FCR IC	6.000.000	50,00%	01-09-2011	3.000.000	3.000.000
FCR INT	14.400.000	41,67%	18-04-2011	6.000.000	6.000.000
FCR UNIVERSITAS	5.000.000	12,50%	28-12-2011	625.000	625.000
	<b>144.097.318</b>			<b>22.650.236</b>	<b>22.550.235</b>
<b>Total</b>	<b>275.716.586</b>			<b>31.345.199</b>	<b>36.970.499</b>

Nota: O Investimento Total nas empresas, HOTTRADE, SA e MICOPLANT, Lda, inclui contratos de mútuo.

A distribuição do investimento direto em empresas, em função do valor médio de investimento, reflete o apoio aos vários estágios do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial e, conseqüentemente, do volume de capital necessário.

Figura 8: Distribuição do investimento em empresas por dimensão de valores de investimento (K EUR) a 31 de dezembro de 2013



## Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2013, a carteira de ativos (em empresas e em FCR) detidos diretamente pela Portugal Ventures apresentava um valor de 25,1 milhões de euros, o que representa uma redução de 4,2% ou 1,1 milhões de euros face ao registado em 31 de dezembro de 2012.

Ao investimento direto realizado em empresas no montante de 14,4 milhões de euros, no final de 2013, corresponde uma valorização a essa data de 4,9 milhões de euros, o que significa um ajustamento de cerca de -66% relativo ao valor de aquisição desses ativos. Comparativamente a 2012, verificou-se uma depreciação no valor do investimento em carteira que naquela data se encontrava ajustado em -64%.

Por sua vez, a carteira detida de unidades de participação dos fundos sob gestão da Portugal Ventures a 31 de dezembro de 2013 apresenta uma valorização de 20,2 milhões de euros, a que corresponde um aumento de 0,4 milhões de euros, face à valorização registada em 31 de dezembro de 2012, como resultado do aumento do investimento nestes ativos detidos pela Portugal Ventures.

Figura 9: Valorização da carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures - por tipologia de ativo

	31/12/2013	31/12/2012	Δ	Δ %
Participações em empresas	4,9 M€	6,4 M€	-1,5 M€	-23,4 %
Participações em UP de FCR	20,2 M€	19,9 M€	0,4 M€	1,9 %

À data de 31 de dezembro de 2013 a carteira de investimentos (empresas e em FCR) detidas diretamente pela Portugal Ventures apresentava, assim, uma perda potencial de 11,9 milhões de euros (13,5 milhões a 31 de dezembro de 2012), a qual se pode decompor entre menos-valias potenciais no valor de 13,3 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 1,4 milhões de euros. Esta perda potencial é fortemente influenciada pelo elevado número de empresas (8) dessa carteira que se encontram numa situação de Inatividade ou Insolvência (classificadas em Contencioso/Inativas/ *Write-Off*).

O investimento realizado pela Portugal Ventures em empresas na fase *Start-Up* tem ainda um peso significativo, representando 48% do investimento total efetuado e 80% da valorização do investimento registado a 31 de dezembro de 2013.

Figura 10: Tipologia de investimento realizado em empresas diretamente pela Portugal Ventures [# empresas]

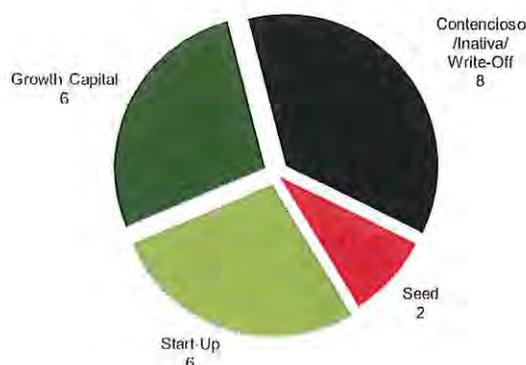
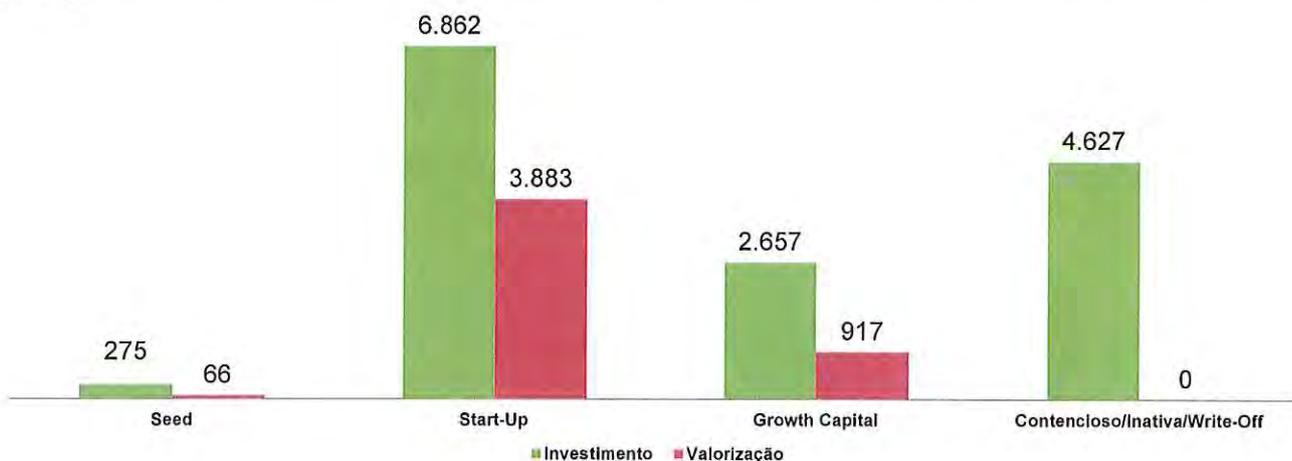
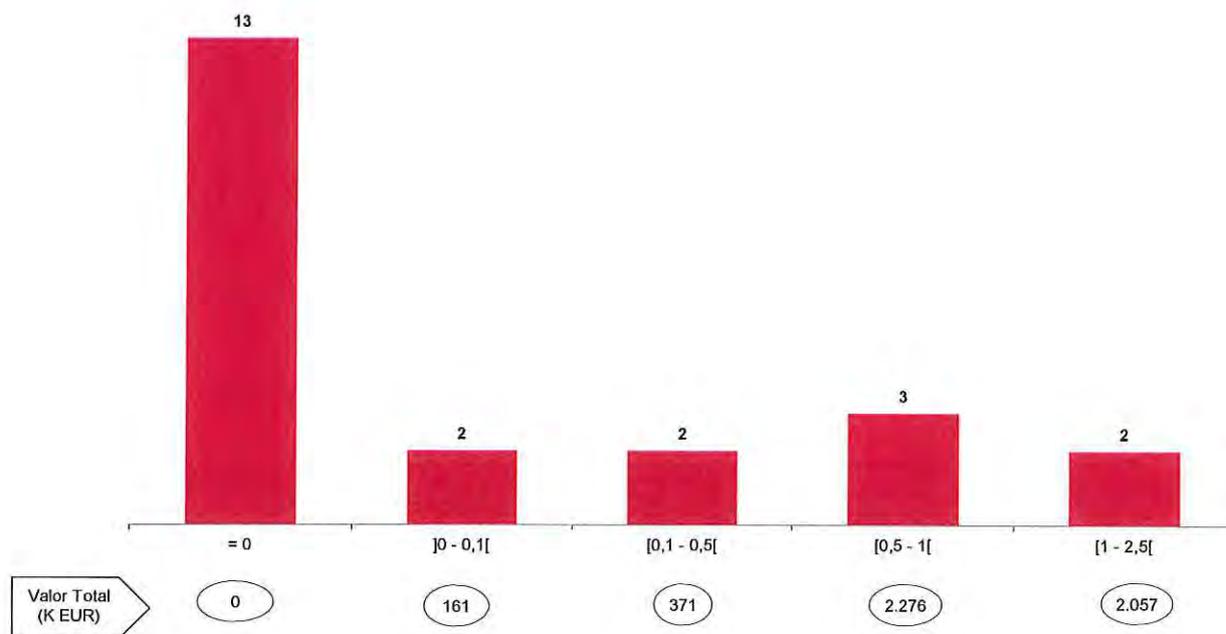


Figura 11: Investimento e valorização a 31 de dezembro de 2013 das empresas detidas pela Portugal Ventures - por tipologia de investimento [K EUR]



No que se refere ao valor das participações em empresas, sob a forma de capital social e outros investimentos (4,9 milhões de euros), verifica-se que 59% das participações (13 empresas) se encontram registadas a valor nulo e que as participações cuja valorização do investimento efetuado se situa entre 0,5 milhões de euros e 2,5 milhões de euros (5 empresas, ou seja, 23% do total) representam 89% do valor das participações em empresas da Portugal Ventures.

Figura 12: Distribuição a 31 de dezembro de 2013 das empresas detidas pela Portugal Ventures - por classe de valorização

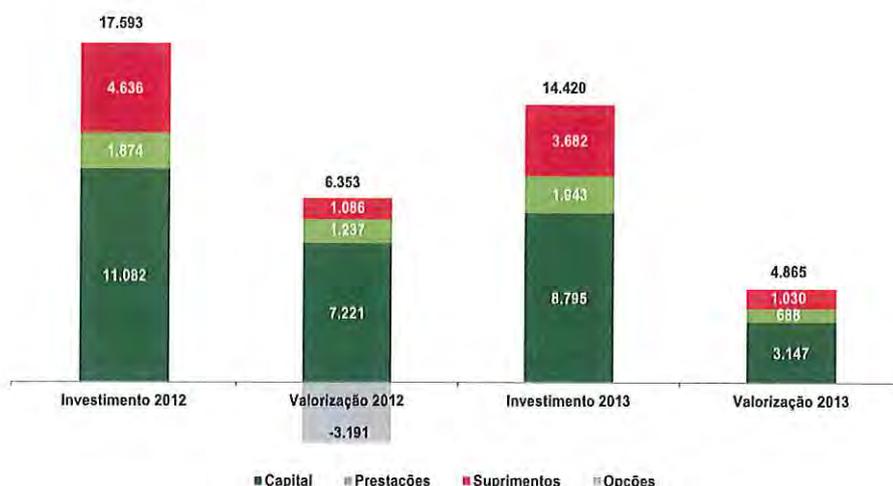


dd  
ff

## Evolução da Carteira

A carteira de empresas detida diretamente pela sociedade sofreu uma redução em cerca de 20% (mais de 3 milhões de euros), resultante da alienação da participada Bluepharma e da liquidação da Ciencinvest (que representaram praticamente um terço do total do desinvestimento), bem como de outras participadas com valorização nula.

Figura 13: Evolução 2013/2012 da carteira de empresas detidas pela Portugal Ventures - valor de investimento vs. valorização por classe de ativo



## Maturidade de Investimento

Como resultado da atividade ao longo dos anos, a Portugal Ventures apresenta uma carteira de participadas com uma significativa dispersão da maturidade de investimentos. Existe, no entanto, uma prevalência significativa de maturidades elevadas (superiores a 3 anos), em contraponto com um baixo número de participações com maturidade inferior a 3 anos.

Num total de 22 empresas participadas, 46% registam maturidades de investimento entre 3 a 10 anos e 45% do total, isto é, 10 empresas têm maturidade superior a 7 anos.

Figura 14: Maturidade de detenção das participações diretas da Portugal Ventures em Capital Social a 31 de dezembro de 2013

Maturidade do investimento (anos)	Número de Participações	% Participação	Valorização	% Valor
[0 - 1[	1	5%	0 k€	0%
[1 - 3[	1	5%	95 k€	2%
[3 - 7[	5	23%	2.572 k€	53%
[7 - 10[	5	23%	1.760 k€	36%
>= 10	10	45%	437 k€	9%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>4.865 k€</b>	<b>100%</b>

Data da 1ª Subscrição no Capital Social da Entidade

## Participação Acionista

Verifica-se o domínio acionista (participação acima de 50%) em apenas uma empresa da carteira. As empresas que se situam na participação acionista até 20%, representam 67%, se determinado em função do número de participações e 41% se determinado em função da valorização.

Figura 15: Percentagem de capital detido nas participações diretas da Portugal Ventures em Capital Social a 31 de dezembro de 2013

% Capital Detido	Número de Participações	% Participação	Valorização	% Valor
[0 - 20[	14	67%	2.010 k€	41%
[20 - 50[	6	29%	2.855 k€	59%
[50 - 75[	1	5%	0 k€	0%
[75 - 100]	0	0%	0 k€	0%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>4.865 k€</b>	<b>100%</b>

Arc Atlantic - não disponível

## Setores de Atividade

As empresas participadas pela Portugal Ventures encontram-se distribuídas por diversos setores de atividade, conforme figura abaixo, assumindo especial relevância a indústria transformadora com 27% das empresas, 37% do investimento e 54% da valorização.

Figura 16: Caracterização da carteira de participações diretas da Portugal Ventures por setor de atividade em 31 de dezembro de 2013

Setores de Atividade	Número de Participações	%	Investimento		Valor em Carteira	
			€	%	€	%
Indústrias transformadoras	6	27%	5.323.751	37%	2.634.325	54%
Alojamento, restauração e similares	3	14%	2.987.500	21%	2.069.943	43%
Actividades de informação e de comunicação	4	18%	1.875.229	13%	0	0%
SGPS não financeiras	4	18%	698.421	5%	95.197	2%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4	18%	2.280.364	16%	65.769	1%
Outros	1	5%	1.255.000	9%	0	0%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>14.420.265</b>	<b>100%</b>	<b>4.865.234</b>	<b>100%</b>

## Geografia

O investimento direto da Portugal Ventures tem sido essencialmente dirigida a empresas residentes (77%). Conforme representado na figura abaixo, as regiões Norte e Centro representam 65% do investimento, no valor de 9,3 milhões de euros, distribuídos por 12 empresas.

Figura 17: Caracterização da carteira de participações diretas da Portugal Ventures por geografia em 31 de dezembro de 2013

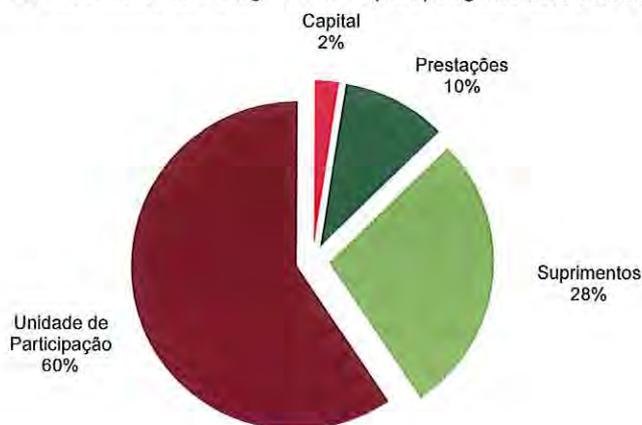
	Número de Participações	%	Investimento		Valor em Carteira	
			€	%	€	%
<b>Empresas Residentes</b>	<b>17</b>	<b>77%</b>	<b>10.783.482</b>	<b>75%</b>	<b>3.057.634</b>	<b>63%</b>
Norte	9	41%	6.744.917	47%	2.590.969	53%
Centro	3	14%	2.561.486	18%	109.125	2%
Lisboa	5	23%	1.477.079	10%	357.540	7%
<b>Empresas Não-Residentes</b>	<b>5</b>	<b>23%</b>	<b>3.636.783</b>	<b>25%</b>	<b>1.807.600</b>	<b>37%</b>
Estados Unidos	1	5%	143.933	1%	0	0%
França	1	5%	5.349	0%	0	0%
Holanda	1	5%	1.500.000	10%	0	0%
Luxemburgo	2	9%	1.987.500	14%	1.807.600	37%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>14.420.265</b>	<b>100%</b>	<b>4.865.234</b>	<b>100%</b>

### Atividade de Investimento em 2013

Durante o exercício de 2013, o investimento realizado pela Portugal Ventures ascendeu a 672 mil euros, dos quais 16 mil euros em capital social (2% do total), 187 mil euros em suprimentos (28%), 69 mil euros em prestações acessórias (10%) e os restantes 400 mil euros (60%) em unidades de participação de FCR. No entanto, a saída de fundos correspondente ao investimento no período ascendeu apenas a cerca de 34 mil euros.

Relativamente às áreas de investimento da Portugal Ventures, verifica-se que a unidade de *Private Equity* foi responsável por cerca de 33% do total do investimento realizado em 2013 e a unidade de *Venture Capital* representa apenas cerca de 7%.

Figura 18: Investimento da Portugal Ventures por tipologia de ativo em 2013 [K EUR]



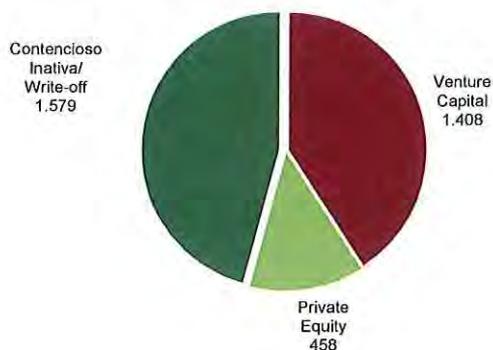
Durante o período em análise foram realizados investimentos de reforço em 5 participações (com destaque para a Fibersensing, ME3i e FCR ACTEC) e concretizada uma nova participação (Fabricgate), esta sem saída de fundos, como resultado da reestruturação de um grupo de empresas já participadas pela Portugal Ventures. A fase de investimento Growth Capital representou 67% das operações totais concretizadas.

### Atividade de Desinvestimento em 2013

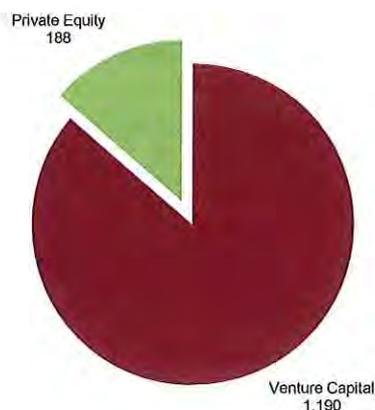
A Portugal Ventures tem prosseguido uma política ativa de desinvestimento da sua carteira, em linha com as melhores práticas internacionais e dado o estágio de maturidade da mesma. Durante 2013, concretizaram-se 11 transações pelo valor de venda total 1,4 milhões de euros, donde se destaca a alienação da participação detida na Bluepharma.

Figura 19: Desinvestimento da Portugal Ventures 2013 [K EUR]

Desinvestimento por custo de aquisição



Desinvestimento por valor de alienação



Os desinvestimentos efetuados pela unidade de negócios de *Venture Capital* resultaram da concretização de operações no valor de 1,2 milhões de euros, correspondendo a cerca de 86% do total desinvestimento realizado em 2013. Pelo seu lado, a unidade de *Private Equity* concretizou desinvestimentos no montante de 0,2 milhões de euros. As restantes operações concretizaram-se em empresas que estavam em situação de Contencioso/Inativas/*Write-Off*, com destaque para a dissolução da Ciencinvest.

No período em análise, 50% das operações de desinvestimento em capital social (5 empresas) foram efetuadas por alienação à equipa de gestão ou acionistas, representando cerca de 58% do montante alienado. As operações remanescentes resultaram de liquidações.

Das operações de desinvestimento realizadas, foram realizadas mais-valias face ao valor em carteira em três das empresas e numa empresa obtiveram-se mais-valias face ao valor de aquisição.

O potencial de operações de *Write-Off* a ocorrer no futuro é elevado, atendendo ao número de empresas detido pela Sociedade que nesta data se encontram registadas por valor nulo (13 empresas).

Apresenta-se de seguida a distribuição do desinvestimento por área de negócio, incluindo todos os ativos de capital de risco e transações efetuadas

Figura 20: Detalhe do desinvestimento da Portugal Ventures em 2013 [K EUR]

Área de Negócio	Número de transações	Custo de Aquisição	Valorização em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao valor de aquisição
Venture Capital	6	1.408 k€	1.116 k€	1.190 k€	74 k€	-218 k€
Private Equity	1	458 k€	106 k€	188 k€	82 k€	-270 k€
Contencioso/Inativa/Write-off	4	1.579 k€	0 k€	0 k€	0 k€	-1.579 k€
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>3.444 k€</b>	<b>1.223 k€</b>	<b>1.378 k€</b>	<b>156 k€</b>	<b>-2.066 k€</b>

### Investimento Líquido em Capital Social e Rotação da Carteira

O investimento líquido em capital social (diferença entre o montante total de aquisições e de alienações a preço de venda) situou-se em cerca de 1,1 milhões de euros negativos.

A rotação anual da carteira de investimento – calculada através do quociente entre o somatório das operações de aquisição e de alienação em capital social, efetuadas ao longo do período em análise e o valor sob gestão no período precedente (medido a 31/12/2012) – foi de 2,6%, abaixo do valor da rotação anual do setor de capital de risco nacional registado em 2012, que, de acordo com a CMVM, foi de 18,3%.

### 3. Fundos de Capital de Risco sob administração da Portugal Ventures

#### Caracterização sumária

No âmbito da atividade de gestão de fundos de capital de risco, a Portugal Ventures, no final do período em análise, era a entidade gestora de 20 Fundos de Capital de Risco (FCR). Durante o ano de 2013, foi possível reduzir o número de fundos geridos através de três operações de fusão por incorporação, originando a extinção de cinco FCR (Portugal Ventures II, Portugal Ventures III, Portugal Ventures 2, Portugal Ventures Global e Portugal Ventures TIEC).

A 31 de dezembro de 2013, o valor do património líquido dos Fundos de Capital de Risco sob gestão da Portugal Ventures ascendia a cerca de 198,5 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 2,5%, ou 5,1 milhões de euros, face ao montante registado em 31 de dezembro de 2012 (que tinha sido 203,6 milhões de euros). Esta redução ficou fundamentalmente a dever-se: (i) às reduções de capital efetuadas no Fundo FIEP, no valor de 0,6 milhões de euros e (ii) aos Resultados Líquidos negativos no valor de 8 milhões de euros registados nesses Fundos, resultantes em grande medida da desvalorização das suas carteiras de ativos de capital de risco. No entanto, essas reduções foram parcialmente anuladas pelas realizações de capital no valor de 3,7 milhões de euros nos Fundos ACTEC II, Indústrias Criativas, Biocant, Internacionalização e FIAEA.

Figura 21: Evolução do Valor Global Líquido agregado dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Valor Global Líquido Agregado	198,5 M€	203,6 M€	271,3 M€

#### Carteira de Ativos de Capital de Risco

##### Investimento em Carteira

O montante global do património líquido dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures registado a 31 de dezembro de 2013 resultou de um investimento total em carteira no valor de 298,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 1,9% (ou 5,5 milhões de euros), face ao investimento total de 292,8 milhões de euros registado a no final de 2012. O investimento total encontra-se repartido da seguinte forma:

- Participações em empresas e Unidades de Participação (UPs) de FCR gerido por terceiros, no valor de 295,5 milhões de euros e que resulta num acréscimo de 1,8%, quando comparado com o valor do final de 2012;
- Participações em Unidades de Participação (UPs) de FCR sob gestão da Portugal Ventures, no valor de 2,8 milhões de euros e que corresponde a um aumento de 14,1% relativamente ao valor registado no final de 2012;

Figura 22: Evolução do valor de investimento agregado dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures

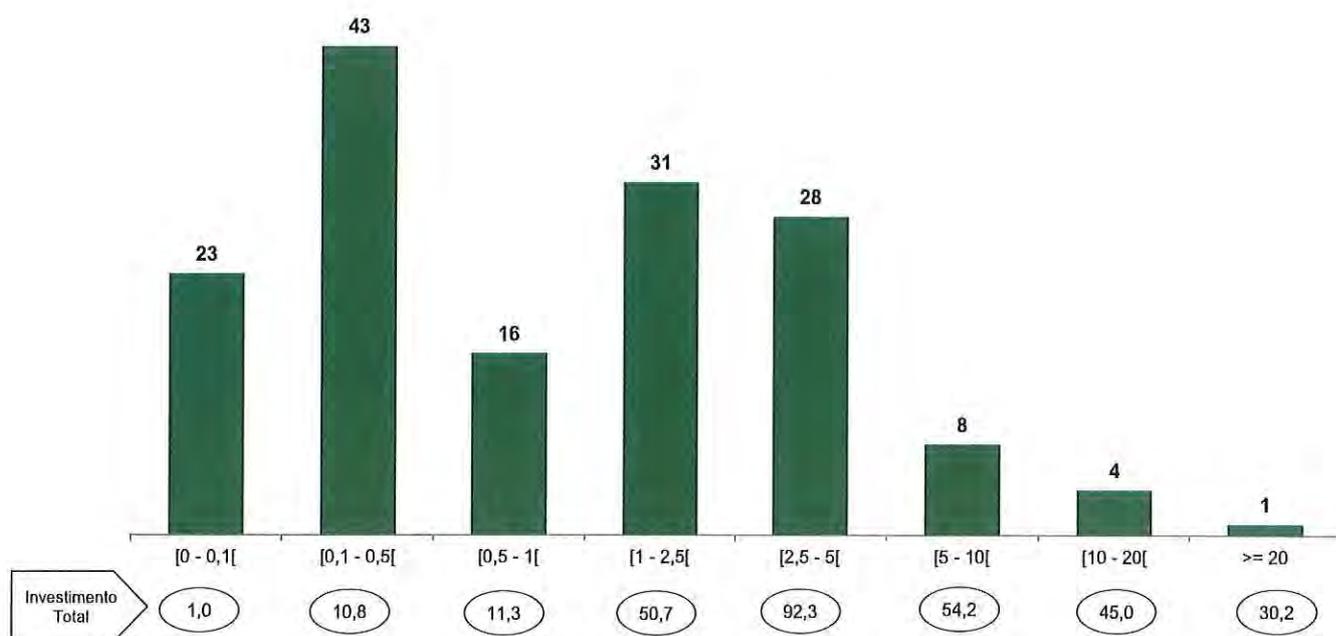
	31/12/2013	31/12/2012	Δ	Δ %
Participações em empresas (*)	295,5 M€	290,4 M€	5,1 M€	1,8 %
Participações em UP de FCR	2,8 M€	2,4 M€	0,4 M€	14,1 %

(\*)Inclui UP de FCR gerido por terceiros

O investimento em empresas distribui-se em capital social e outros instrumentos, incluindo suprimentos e mútuos, prestações acessórias e suplementares. O investimento em capital social de empresas representa 66,7% do total de investimento (no valor de 198,9 milhões de euros), o que significa um acréscimo de 4,3% relativamente ao final de 2012. Em contrapartida, os outros instrumentos de investimento registaram uma diminuição de 2,7% relativamente ao mesmo período.

A distribuição do investimento direto em empresas, em função do valor médio de investimento, reflete o apoio aos vários estágios do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial e, conseqüentemente, do volume de capital necessário.

Figura 23: Distribuição do investimento dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures em empresas por dimensão do investimento [M EUR; # empresas]



### Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2013, o valor agregado dos investimentos dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentava uma valorização de 134,3 milhões de euros o que, relativamente à valorização de 126,3 milhões de euros, registada no final de 2012, representa um aumento de valor de 6,4%.

O investimento direto realizado em empresas e UPs de FCR gerido por terceiros apresenta um valor em carteira de 131,7 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 7,9 milhões de euros relativamente à valorização de 123,8 milhões de euros, registada no final de 2012. Por sua vez, a carteira de Unidades de Participação de FCR geridos pela Portugal Ventures aumentou o valor em 0,2 milhões de euros, para 2,7 milhões de euros, face ao valor registado no final do ano de 2012.

Figura 24: Evolução do valor agregado da valorização das carteiras de ativos dos FCRs geridos pela Portugal Ventures [M EUR]

	31/12/2013	31/12/2012	Δ	Δ %
Participações em empresas (*)	131,7M€	123,8 M€	7,9 M€	6,4 %
Participações em UP de FCR	2,7 M€	2,5 M€	0,2 M€	6,6 %

(\*)inclui UP de FCR gerido por terceiros

Do total de 154 empresas que constituem a carteira de investimentos dos fundos sob gestão (112 quando excluídas as situações de empresas em Contencioso/Inativas/Write-off), importa realçar o peso do investimento efetuado nas fases de *Seed Capital* e *Start-Ups*, que representa 37% do investimento acumulado total efetuado e 41% da valorização registada a 31 de dezembro de 2013.

Figura 25: Número de investimentos realizados em empresas dos FCRs geridos pela Portugal Ventures - por estágio de desenvolvimento [# de participações]

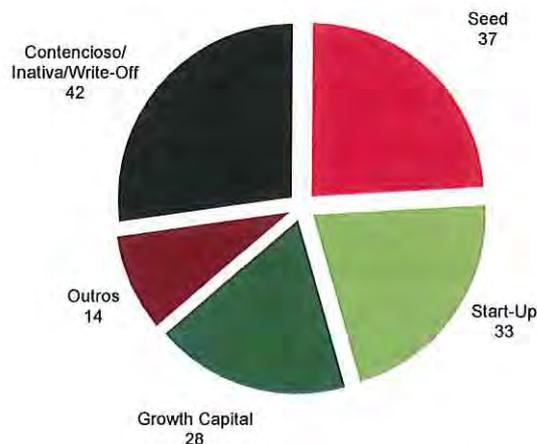
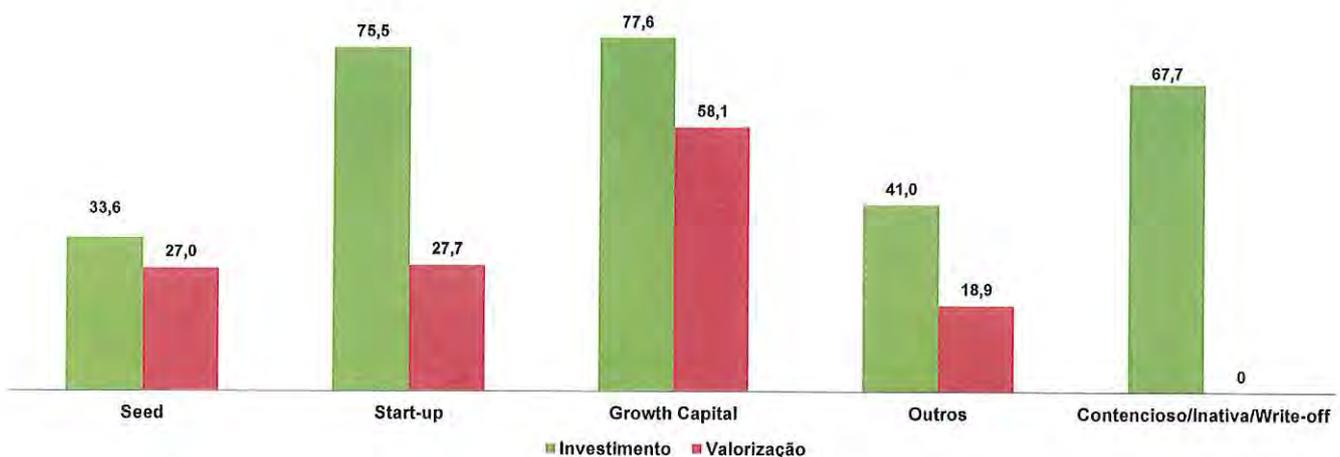


Figura 26: Valor do investimento e valorização das participações em empresas dos FCRs geridos pela Portugal Ventures - por estágio de desenvolvimento - em 31 de dezembro de 2013 [M EUR]

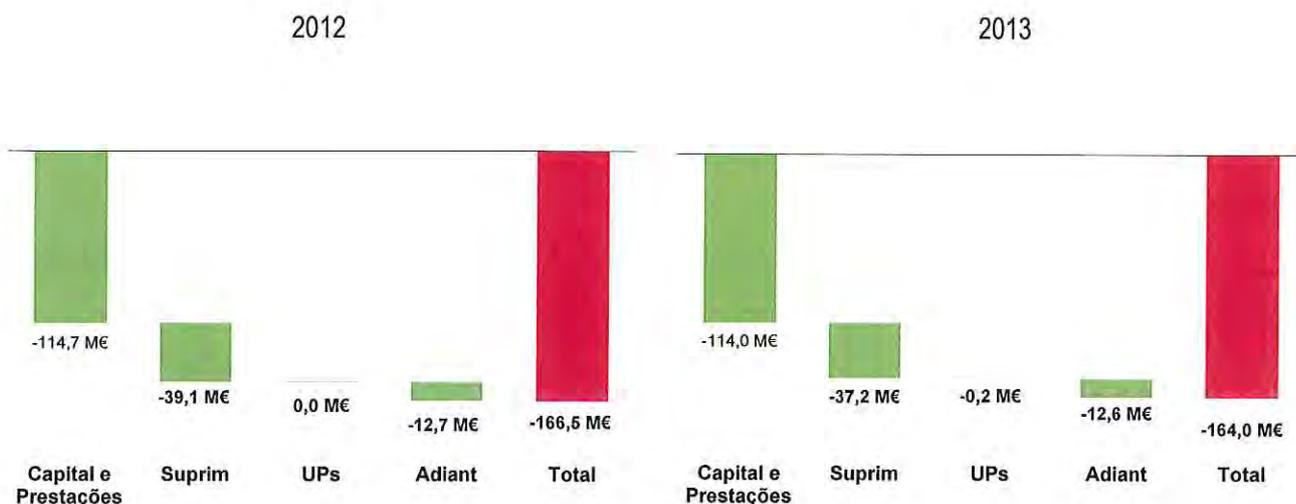


No que se refere à valorização das participações em empresas em carteira (cujo valor total ascende a 131,7 milhões de euros), verifica-se que 48% das empresas (74) se encontram registadas a valor nulo e que as participações cuja valorização do investimento efetuado se situa acima dos 5 milhões de euros (7 empresas, ou seja, 5% do total) representam 48% da valorização das participações em empresas dos FCR geridos pela Portugal Ventures.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de investimentos em empresas dos FCR sob gestão da Portugal Ventures apresentava uma perda global potencial de 164,0 milhões de euros (contra 166,5 milhões de euros no final de 2012).

Os investimentos dos FCR sob gestão registam menos-valias potenciais no valor de 188,4 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 24,4 milhões de Euros.

Figura 27: Perda potencial do investimento na carteira de participações em empresas nos FCRs geridos pela Portugal Ventures em 31 de dezembro - por tipologia de ativos [M EUR]



## Maturidade de Investimento

Os Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentam uma carteira de participadas com uma significativa dispersão da maturidade de investimentos. Existe, no entanto, uma prevalência significativa em empresas (117) com maturidades superiores a 3 anos, em contraponto com um baixo número de participações (37) com maturidade inferior a 3 anos.

Num total de 154 participações, 42% registam maturidades de investimento entre 3 a 7 anos e 34% do total, isto é, 53 empresas têm maturidade superior a 7 anos.

Figura 28: Maturidade dos investimentos em Capital Social na carteira de participações em empresas dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures a 31 de dezembro de 2013

Maturidade do investimento (anos)	Número de Participações	% Participação	Valorização	% Valor
[0 - 1[	23	14,9%	7,2 M€	5%
[1 - 3[	14	9,1%	6,4 M€	5%
[3 - 7[	64	41,6%	58,9 M€	45%
[7 - 10[	27	17,5%	41,4 M€	31%
>= 10	26	16,9%	17,8 M€	14%
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100%</b>	<b>131,7 M€</b>	<b>100%</b>

Data da 1ª Subscrição no Capital Social da Entidade  
Inclui somente as participações em Capital Social

## Participação Acionista

Verifica-se o domínio acionista nas empresas (participação acima de 50%) em cerca de 9% da carteira se determinado em função do valor das participações em capital social e 14,9% se calculado em função do número de participações.

Figura 29: Percentagem de Capital Social detido nas participações em empresas dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures a 31 de dezembro de 2013

% Capital Detido	Número de Participações	% Participação	Valorização	% Valor
[0 - 20[	61	39,6%	63,4 M€	48%
[20 - 50[	70	45,5%	56,7 M€	43%
[50 - 75[	10	6,5%	6,0 M€	5%
[75 - 100]	13	8,4%	5,6 M€	4%
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100%</b>	<b>131,7 M€</b>	<b>100%</b>

## Setores de Atividade

A carteira de participações em empresas dos FCRs geridos pela Portugal Ventures encontra-se distribuída por diferentes setores de atividade, nomeadamente na indústria transformadora (18%), em SGPS não financeiras (27%) e em atividades de consultoria, científicas e técnicas e similares (21%), representando uma carteira de investimentos de cerca de 193,9 milhões de euros, em 79 empresas (51% do total).

Figura 30: Distribuição da carteira em empresas dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures por setor de atividade a 31 de dezembro de 2013

Setores de Atividade	Número de Participações	%	Investimento		Valor em Carteira	
			€	%	€	%
Indústrias transformadoras	26	17%	53.067.838	18%	17.426.849	13%
Actividades de informação e de comunicação	31	20%	35.896.934	12%	15.026.646	11%
SGPS não financeiras	24	16%	78.531.304	27%	60.776.707	46%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	29	19%	62.287.871	21%	22.252.548	17%
Doutros	44	29%	65.679.687	22%	16.181.634	12%
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100%</b>	<b>295.463.634</b>	<b>100%</b>	<b>131.664.384</b>	<b>100%</b>

## Geografia

Os FCR têm aplicado 97% dos seus fundos em empresas residentes. Os investimentos efetuados concentram-se nas regiões, Norte, Centro e Lisboa, representando cerca de 79% do investimento concretizado, no valor de 234,6 milhões de euros, em 128 empresas.

Figura 31: Distribuição da carteira em empresas dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures por geografia a 31 de dezembro de 2013

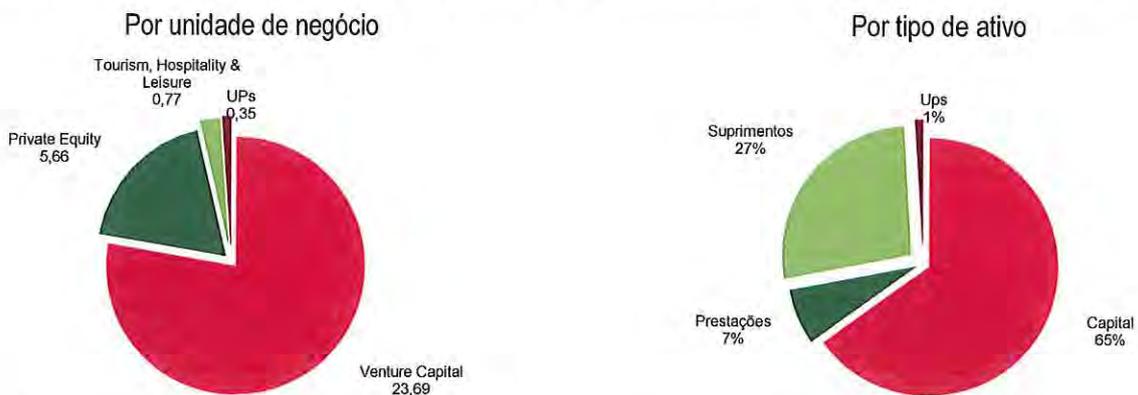
	Número de Participações	%	Investimento		Valor em Carteira	
			€	%	€	%
<b>Empresas Residentes</b>	<b>150</b>	<b>97%</b>	<b>279.316.142</b>	<b>95%</b>	<b>131.664.384</b>	<b>100%</b>
Norte	41	27%	79.280.503	27%	46.080.762	35%
Centro	33	21%	74.203.921	25%	27.177.139	21%
Lisboa	54	35%	81.163.476	27%	53.909.059	41%
Alentejo	13	8%	25.732.553	9%	2.898.586	2%
Algarve	4	3%	15.085.001	5%	1.226.999	1%
Açores	2	1%	1.816.496	1%	0	0%
Madeira	3	2%	2.034.191	1%	371.839	0%
<b>Empresas Não-Residentes</b>	<b>4</b>	<b>3%</b>	<b>16.147.492</b>	<b>5%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Brasil	1	1%	4.033.162	1%	0	0%
Espanha	0	0%	0	0%	0	0%
Estados Unidos	1	1%	5.614.330	2%	0	0%
França	0	0%	0	0%	0	0%
Holanda	2	1%	6.500.000	2%	0	0%
Luxemburgo	0	0%	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100%</b>	<b>295.463.634</b>	<b>100%</b>	<b>131.664.384</b>	<b>100%</b>

## Atividade de Investimento em 2013

Durante o exercício de 2013, o investimento realizado pelos FCRs sob gestão da Portugal Ventures ascendeu a 30,47 milhões de euros, dos quais, 19,78 milhões de euros em capital social, 8,25 milhões de euros em suprimentos e mútuos, 2,08 milhões de euros em prestações acessórias e suplementares e os restantes 0,35 milhões de euros em UPs de Fundos sob gestão da Portugal Ventures.

O investimento concretizado durante o ano de 2013 distribuiu-se pelas três unidades de negócio da seguinte forma: (i) a unidade de *Venture Capital* concretizou cerca de 78% do total do investimento realizado em 2013. A unidade de *Private Equity* foi responsável por 19% e a unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* absorveu cerca de 2% do total realizado. O investimento em UPs de FCR geridos pela Portugal Ventures representou 1% do total do investimento.

Figura 32: Distribuição do investimento dos FCRs sob gestão da Portugal Ventures por área de negócio e classe de ativo em 2013



Globalmente, foram realizados investimentos em 48 empresas, das quais 24 empresas participadas foram objeto de reforços de investimento e 24 novas empresas foram objeto do primeiro investimento. Destes 48 investimentos, 40 foram realizados pela em *Venture Capital*, 5 em *Private Equity* e os restantes 3 em *Tourism, Hospitality & Leisure*.

Figura 33: Forma de liquidação do investimento nos FCRs geridos pela Portugal Ventures em 2013

Fundo	TOTAL	Saída de Fundos*	Conversão de Ativos	Dação / Cessão / Permuta
Finícia	106	106	0	0
ACTEC	45	0	45	0
Early Stage	1.049	1.049	0	0
ACTEC II	1.115	815	300	0
Universitas	749	749	0	0
Portugal Ventures	975	0	59	916
Global 2	1.686	418	480	788
FAI	0	0	0	0
FIAEA	0	0	0	0
Indústrias Criativas	2.980	2.980	0	0
Biocant	923	923	0	0
Valor	7.772	3.692	3.037	1.043
Valor 2	3.862	3.750	112	0
Inter-Regional	0	0	0	0
GPI	5.557	3.032	19	2.507
FIEP	0	0	0	0
Internacionalização	1.055	1.055	0	0
PV Turismo	1.896	1.572	324	0
Dinamização Turística	696	696	0	0
Turismo Inovação	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>30.468</b>	<b>20.839</b>	<b>4.375</b>	<b>5.253</b>

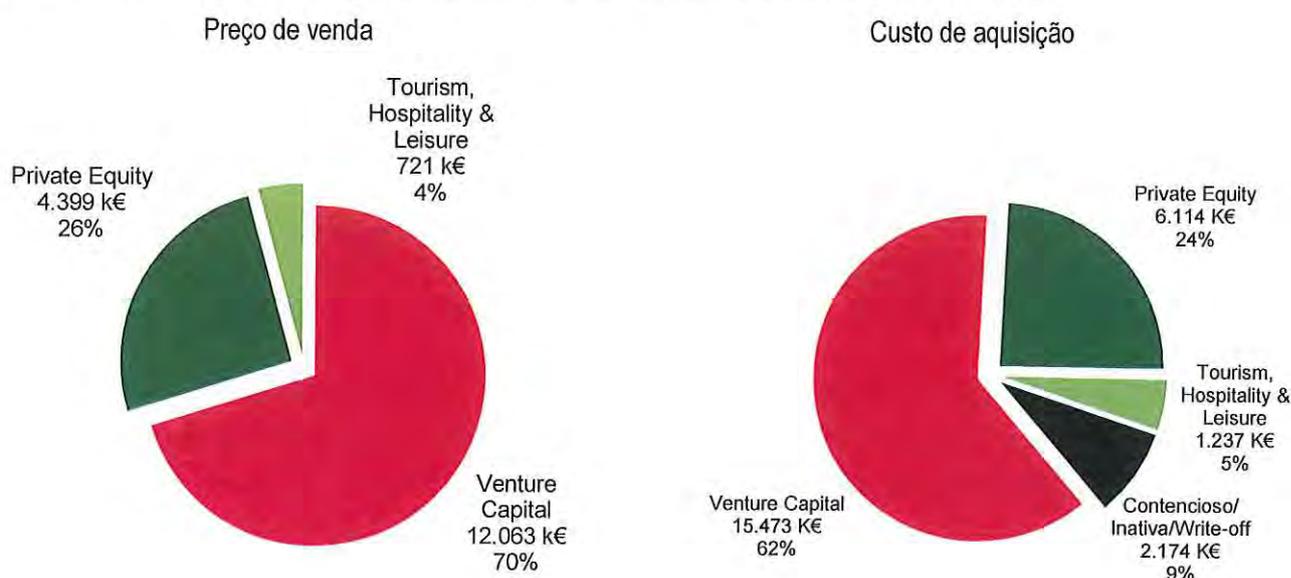
\* Em 4/4/2013 procedeu-se à realização de 186 k€ relativo à parcela restante do capital subscrito em 2/11/2012 na Science4you através do FCR Indústrias Criativas. Em 2/8/2013 realizou-se 90,9 k€ referente a nova parcela de capital subscrito no FCR Critical Ventures I através do FCR GPI. No período em análise, a saída total de fundos ascendeu a 21.116,2 k€.

## Atividade de Desinvestimento em 2013

Durante 2013 os Fundos sob gestão da Portugal Ventures concretizaram 36 transações de desinvestimento, pelo valor de alienação total de 17,2 milhões de euros. O desinvestimento ao preço de venda registado no período em análise aumentou 43,5%, tendo-se registado mais três transações em comparação com o ano anterior.

Foram realizados desinvestimentos empresariais em todas as áreas de intervenção da Portugal Ventures, tendo a unidade de negócios de *Venture Capital* concretizado 44% do número total de operações de desinvestimento. A unidade de *Private Equity* realizou cerca de 19% das operações de desinvestimento, enquanto a unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* 11% do total. Os restantes 26% são respeitantes a empresas que se encontravam em situação de Contencioso/ Inativas/Write-Off.

Figura 34: Desinvestimentos de empresas nos FCRs geridos pela Portugal Ventures por Unidade de Negócio em 2013



No período em análise, 59% das operações de desinvestimento em capital social (17) foram efetuadas por alienação à equipa de gestão ou acionistas, representando cerca de 81% do montante alienado. Das operações remanescentes, uma foi efetuada por venda a terceiros, duas por libertação/redução de capital e as restantes 9 resultaram de liquidações.

Figura 35: Detalhe dos desinvestimentos de empresas nos FCRs geridos pela Portugal Ventures por Unidade de Negócio em 2013

Área de Negócio	Número de transações	Custo de Aquisição	Valorização em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao valor de aquisição
Venture Capital	16	15.473 k€	12.240 k€	12.063 k€	-176 k€	-3.409 k€
Private Equity	7	6.114 k€	2.906 k€	4.399 k€	1.493 k€	-1.715 k€
Tourism, Hospitality & Leisure	4	1.237 k€	720 k€	721 k€	1 k€	-517 k€
Contencioso/Inativa/Write-off	9	2.174 k€	0 k€	0 k€	0 k€	-2.174 k€
UPs		0 k€	0 k€	0 k€	0 k€	0 k€
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>24.998 k€</b>	<b>15.866 k€</b>	<b>17.184 k€</b>	<b>1.318 k€</b>	<b>-7.815 k€</b>

As vendas apuradas por número de operações face à valorização em carteira, resultaram em 3 transações com menos-valias, 16 com mais-valias e 17 sem qualquer valia. No que diz respeito às vendas com mais-valias, a área de *Venture Capital* registou 56% do total de operações e as fases de investimento, *Growth Capital*, *Seed* e *Start-up*, equitativamente, registaram 93% do total das operações concretizadas.

As vendas apuradas por número de operações face ao valor de aquisição, resultaram em 25 transações com menos-valias, 4 com mais-valias e 7 sem qualquer valia.

### Investimento líquido em Capital Social e rotação da carteira

O investimento líquido em capital social em empresas (diferença entre o montante total de aquisições e de alienações a preço de venda) situou-se em cerca de 11,7 milhões de euros positivos.

A rotação anual da carteira de investimento – calculada através do quociente entre o somatório das operações de aquisição e de alienação em capital social, efetuadas ao longo do período em análise e o valor sob gestão no período precedente (ano de 2012) – foi de 13,6%, abaixo do valor da rotação anual do setor de capital de risco nacional registado em 2012, que de acordo com a CMVM foi de 18,3%.

### Principais indicadores

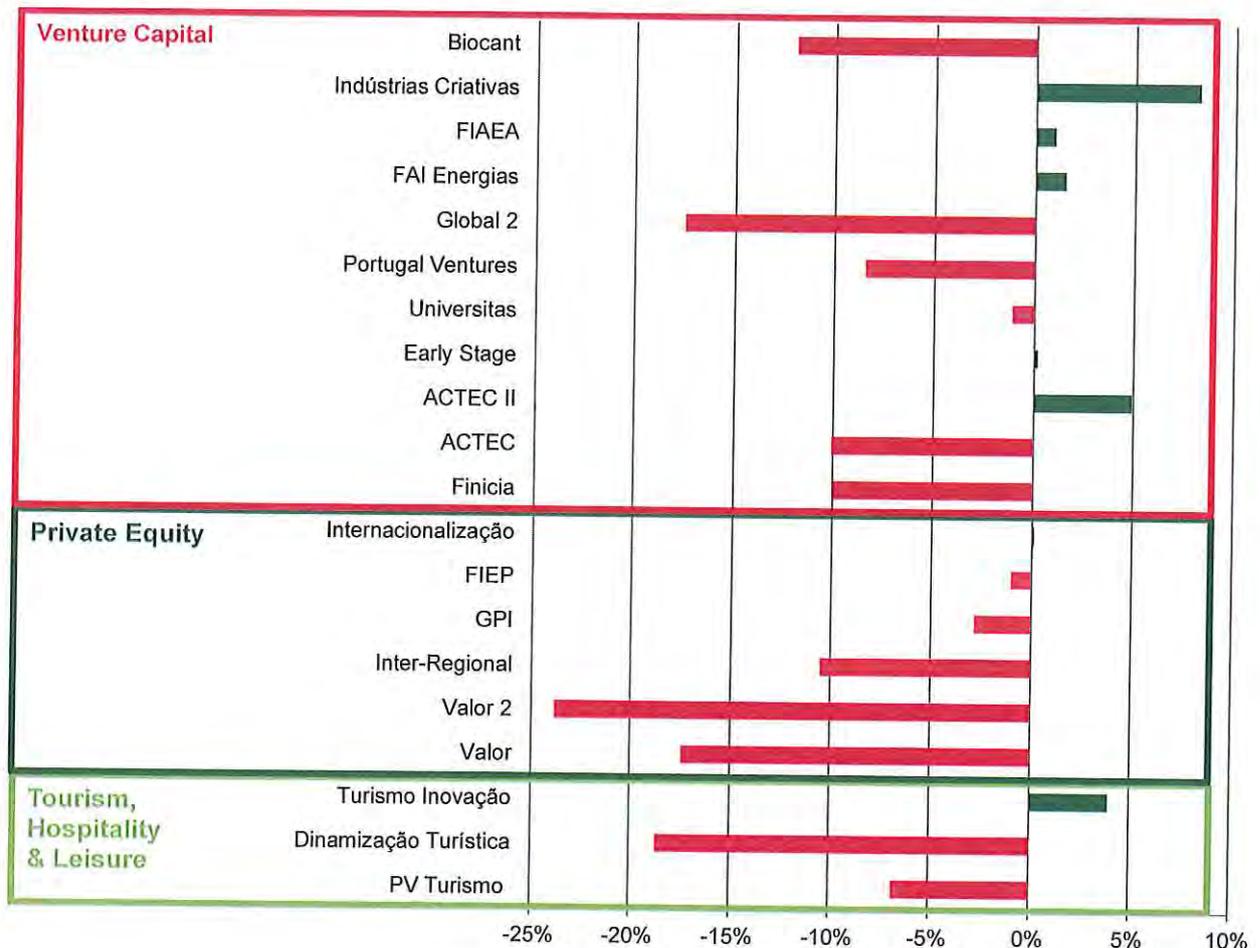
Apesar da carteira de fundos sob gestão ter mantido um resultado agregado negativo em 2013, ainda assim, o desempenho económico registou uma melhoria substancial face ao ano de 2012 - o Resultado Líquido agregado dos fundos passou de -63,9 M EUR em 2012 para -8,1 M EUR em 2013. Este valor reflete uma sustentação do valor da carteira de ativos dos fundos, que em 2013 manteve praticamente o seu valor face ao ano anterior (a variação líquida é ligeiramente positiva como resultado do investimento líquido realizado na carteira).

Figura 36: Principais indicadores de gestão dos Fundos de Capital de Risco sob gestão da Portugal Ventures [K EUR]

Indicadores Fundos	31-12-2013	31-12-2012	Δ	Δ %
Valor Global Líquido	198.550	203.587	-5.038	-2%
Ativo Total Líquido	204.033	209.864	-5.830	-3%
Carteira de Ativos	298.288	292.819	5.469	2%
Valor Carteira de Ativos	134.336	126.287	8.049	6%
Liquidez	59.322	71.420	-12.098	-17%
Passivo	5.484	6.277	-793	-13%
Outro Ativo Total Líquido	10.376	12.157	-1.781	-15%
Resultado Líquido	-8.089	-63.864	55.775	87%
Rentabilidade do Valor Global Líquido	-4%	-31%		
Rentabilidade do Ativo Total Líquido	-4%	-30%		
Autonomia Financeira	97%	97%		

No entanto, analisando o histórico de investimentos e desinvestimentos dos Fundos e considerando as valorizações atuais dos ativos, pode-se concluir que as taxas de rentabilidade totais (TIR) dos participantes dos Fundos é, na maioria dos casos, negativa.

Figura 37: Taxa Interna de Rentabilidade acumulada dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures no final de 2013 [%]



## 4. Atividades das Áreas de Negócio

### Private Equity

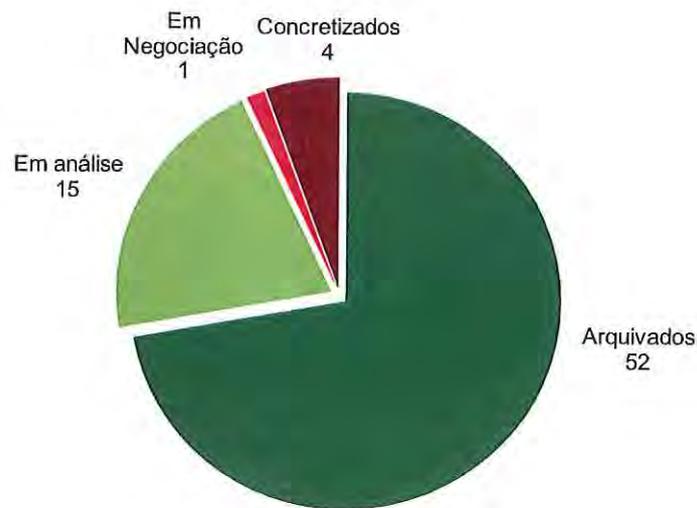
No ano de 2013, manteve-se o foco nos setores económicos 'tradicionais', tendo-se procurado dinamizar parcerias ativas para a geração de *deal-flow* de novas oportunidades de investimento, enquadradas nas três vertentes de intervenção desta unidade de negócios:

- Reorganização empresarial;
- Consolidação setorial;
- Internacionalização.

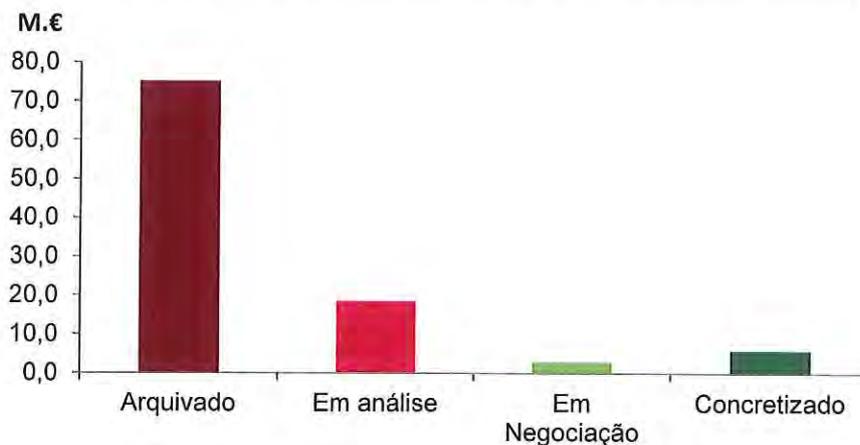
Nesse sentido, foram prosseguidos e aprofundados os contactos com instituições financeiras, bem como iniciados novos, junto de empresas de consultoria, *advisers* e outros investidores financeiros, no sentido de se alargar a base de oportunidades de investimento para os fundos geridos pela Portugal Ventures.

Paralelamente, foram igualmente iniciados, já no segundo semestre do ano, contactos diretos com empresas, selecionadas em função de um conjunto de indicadores definidos (nomeadamente, VN, % Exportação, EBITDA, propensão para o investimento), totalizando nesse período cerca de duas dezenas de reuniões ou visitas.

Os números do *deal flow* verificado em 2013, no âmbito da intervenção da unidade de *Private Equity*, reflete já, ainda que em diferentes medidas, o impacto das iniciativas acima descritas.

Figura 38: Sumário da carteira de projetos de *Private Equity* a 31 de dezembro de 2013 [# de projetos]

Durante 2013, foram recebidos 46 novos projetos de investimento, correspondendo a um investimento potencial por parte da Portugal Ventures na ordem dos 59 milhões de euros. Concretizaram-se investimentos, em participadas e novos projetos, no valor de cerca de 5,9 milhões de euros que induziram o investimento de outras entidades, de cerca de 8,7 milhões de euros.

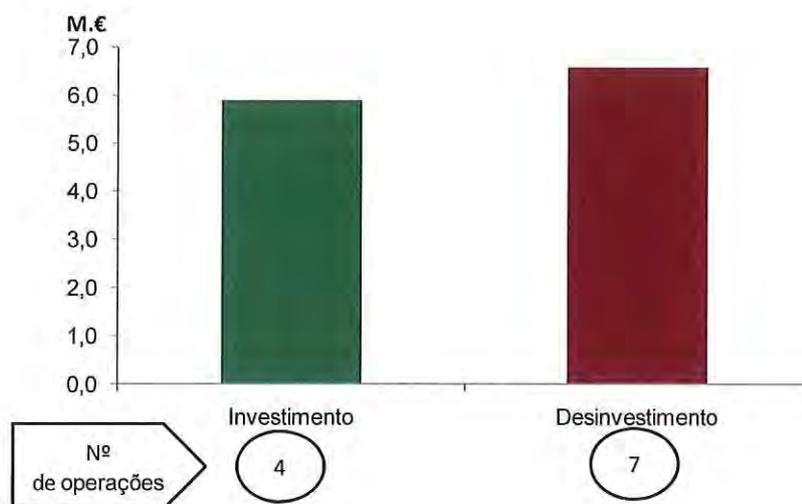
Figura 39: Sumário do *deal-flow* de projetos de *Private Equity* a 31 de dezembro de 2013 [valor de investimento; M EUR]

Dos investimentos efetuados por esta Unidade de Negócio, merece destaque o realizado no Grupo EPEDAL, através dos FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento e FCR Portugal Ventures Internacionalização (COMPETE) e a reorganização empresarial efetuada no Grupo Somelos, que passou pela autonomização da área dos Tecidos para uma nova Holding (Fabricgate), na qual a Portugal Ventures e os fundos por esta geridos passaram igualmente a deter uma participação de capital de 27,5%.

Adicionalmente, no final do ano encontrava-se ainda em negociação uma nova operação, de cerca de 3 milhões de euros.

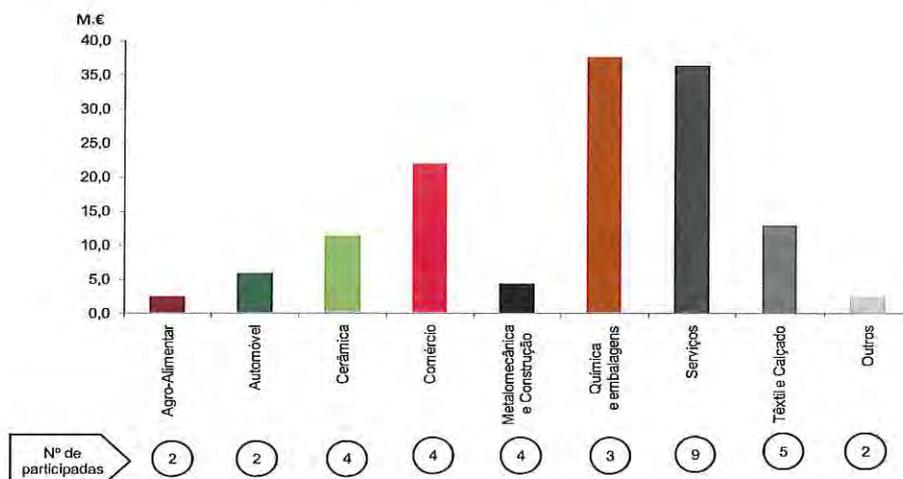
Ainda no exercício em análise, realizaram-se desinvestimentos em 7 participações, correspondendo a uma redução da carteira, por essa via, na ordem dos 6,6 milhões de euros (valor de aquisição). Encontram-se ainda por receber cerca de 420 mil de euros das vendas efetuadas.

Figura 40: Atividade de investimento e desinvestimento de *Private Equity* ao longo de 2013 [M EUR]



A 31 de dezembro de 2013, a carteira de participações da Portugal Ventures e Fundos geridos sob gestão da unidade de *Private Equity* ascendia a 35 empresas, representando um investimento total na ordem dos 135 milhões de euros e correspondendo a empresas com um Volume de Negócios agregado de 3.180 milhões de euros, dos quais mais de 1.900 milhões de euros (60%) no mercado externo, um EBITDA de 190 milhões de euros e mais de 20.400 colaboradores.

Figura 41: Carteira de ativos de *Private Equity* por setor de atividade 2013 [valor de investimento; M EUR]



Tratando-se de um portefólio relativamente heterogéneo em termos setoriais, ainda assim existem algumas áreas onde, pela experiência acumulada ao nível da carteira, existe potencial de especialização, como sejam ao nível das atividades têxtil e do calçado, da metalomecânica e da indústria química e embalagem.

## Venture Capital

No exercício de 2013, a atividade de geração e processamento de *deal flow* de projetos de *Venture Capital* foi desenvolvida essencialmente com base nas 5 primeiras edições periódicas da *Call for Entrepreneurship* (sendo que a primeira edição se iniciou com o período de submissão de projetos a 15 de outubro de 2012) e nos processos de reforço de investimento em empresas do portefólio de participações desta área de negócio – a estes processos apenas se juntaram 2 novos investimentos resultantes de dossiês de projetos de *Venture Capital* que transitaram de 2012.

No que respeita à *Call For Entrepreneurship*, da segunda à quinta edição, iniciadas em 2013, foram efetuados 833 novos registos de empreendedores na plataforma online (desde a primeira edição, de 2012, foram acumulados 1.170 registos nesta plataforma, uma média de um pouco mais de 230 registos por edição).

Figura 42: Número de registos e projetos nas diferentes fases da *Call For Entrepreneurship* em cada uma das suas chamadas

	Registrations	Submissions	Pre-screening	Expert screening	Investments
1st Call	337	143	99	18	7
2nd Call	358	94	55	19	8
3rd Call	182	55	35	12	2 WIP
4th Call	144	47	31	13	3 WIP
5th Call	149	73	42	13	WIP

### WIP - Work in Progress - Negociações em Curso

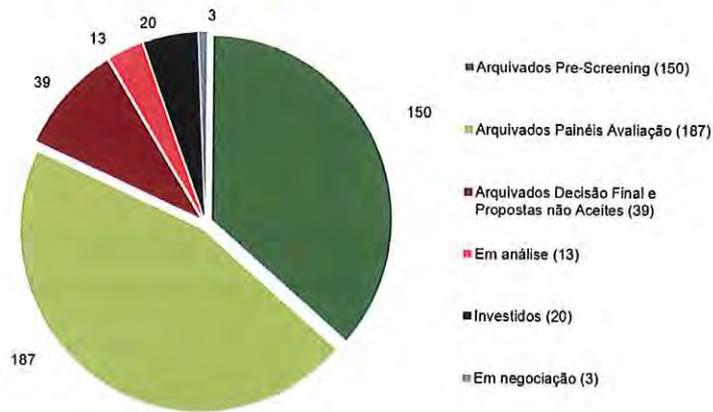
Foram submetidos para avaliação 269 novos projetos (32% dos registos efetuados), que, em conjunto com os projetos da primeira edição, totalizam 412 projetos.

Antes de avaliação pelos painéis de peritos nacionais e internacionais, estes 412 projetos foram sujeitos a avaliação de *pre-screening* pela equipa da unidade de *Venture Capital*, do que resultou um total de 262 projetos empresariais (cerca de 64% do total) considerados com enquadramento e potencial para serem objeto de apreciação pelos painéis de avaliação. Dos 269 projetos submetidos durante o ano de 2013, 163 obtiveram a mesma indicação (cerca de 61%).

Como resultado das 4 edições da *Call for Entrepreneurship* realizadas em 2013, 57 projetos (35% após *Pre-Screening* ou 21% dos projetos submetidos) obtiveram indicação de potencial interesse para investimento de capital de risco por parte dos painéis de avaliação de peritos.

Em 31 de dezembro de 2013, tinham sido já contratados 20 novos projetos oriundos da primeira à quarta edição da *Call for Entrepreneurship*, aproximadamente 6% dos projetos submetidos (proporção não definitiva, já que, àquela data, permaneciam em estados diferenciados de negociação 3 outros projetos com forte potencial de concretização de investimento ainda no primeiro trimestre de 2014).

Figura 43: Status do deal-flow gerado pela Call For Entrepreneurship - acumulado chamadas 1ª a 4ª [# de projetos]



Merece destaque especial o facto de, ao longo do ano de 2013, terem sido realizados em média cerca de 15 painéis de avaliação por edição da *Call for Entrepreneurship*, nos quais participaram entre 55 e 75 peritos empresariais e tecnológicos, mais de 43% dos quais baseados no estrangeiro.

As 269 candidaturas de projetos submetidos para avaliação pela Portugal Ventures em 2013 - chamadas 2ª a 5ª - (116 das quais via *Ignition Partners Network* - cerca de 42%) representaram um valor potencial de investimento de 141 M€ (35 M€ de investimento potencial em média por edição), com a discriminação setorial apresentada nos gráficos abaixo. Merece menção que quase 70% dos projetos dizem respeito aos setores *ICT&E* e *WEB* (187 num total de 269 projetos).

Figura 44: Origem do deal-flow gerado pela Call For Entrepreneurship - acumulado chamadas 2ª a 5ª [# projetos]

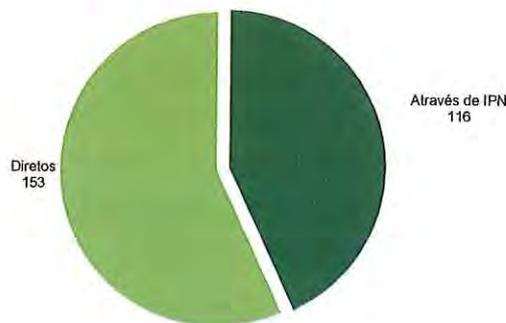
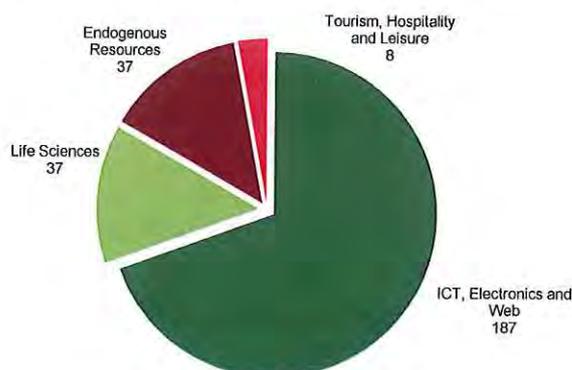
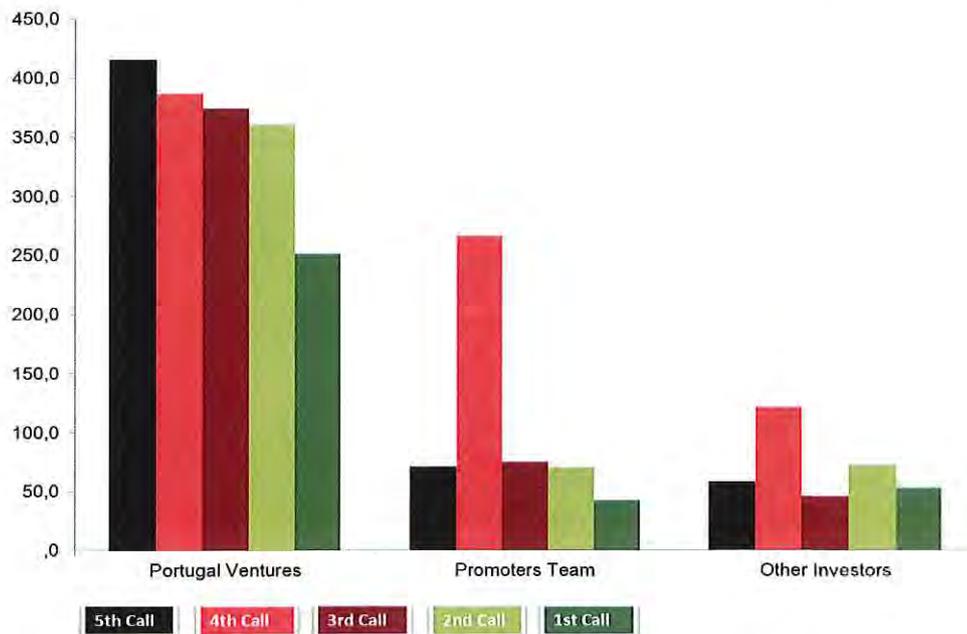


Figura 45: Decomposição do deal-flow gerado pela Call For Entrepreneurship por setor - acumulado chamadas 2ª a 5ª [# projetos]



O investimento médio por projeto solicitado à Portugal Ventures tem vindo a aumentar desde a primeira edição da *Call for Entrepreneurship*, indiciando a cada vez maior ambição dos respetivos promotores e sustentabilidade dos projetos submetidos, como resulta da análise da figura abaixo. O valor de investimento médio, que foi de 250 mil euros na primeira edição em 2012, superou sempre em crescendo os 350 mil euros nas quatro edições de 2013, sendo que na última, excedeu os 400 mil euros.

Figura 46: Volume médio do investimento dos projetos apresentados à *Call For Entrepreneurship* por origem dos fundos por chamada [K EUR]



Os 20 projetos investidos em 2013 resultantes das 4 primeiras edições da *Call for Entrepreneurship*, investidos em 2013, representaram um investimento global comprometido, sujeito ao cumprimento de *milestones*, de 15,6 M€, dos quais 11,1 M€ da Portugal Ventures (investimento médio de 555 K€ por projeto), 3,6 M€ de Outros Investidores e 0,9 M€ dos Promotores.

Em 11 (55% do número total) destes processos de investimento estiveram envolvidos membros do *Ignition Partners Network*. Por outro lado, 9 (45%) dos projetos obtiveram investimento sindicado entre a Portugal Ventures e o *Ignition Capital Network* (sendo que um desses parceiros está presente em 4 operações de investimento de investimento realizadas).

Figura 47: Número de parceiros com projetos investidos

N.º de Projetos Investidos	N.º Parceiros IPN	N.º Parceiros ICN
1	3	3
2	1	1
3	2	0
4	0	1

Em 2013, a atividade de investimento da área de *Venture Capital* resultou em 48 novos contratos de investimento, dos quais 22 em novos investimentos (20 investimentos resultantes de *Call for Entrepreneurship* e 2 investimentos de *Venture Capital* resultantes de dossiês iniciados em 2012, como já referido acima) e 26 em investimentos de reforço em participadas.

O investimento total de *Venture Capital* contratado em 2013 totalizou num comprometimento total de 31,1 M€ (do qual foi realizado o montante de 23,7 M€). O investimento contratado em novas participações ascendeu a 13,3 M€ (dos quais 11,1 M€ referentes aos 20 projetos da *Call for Entrepreneurship* e 2,2 M€ aos 2 projetos de *Venture Capital* resultantes de dossiês iniciados em 2012) enquanto que os contratos de investimento resultantes de reforços em participadas no portefólio já gerido pela Portugal Ventures totalizaram 17,8 M€ (dos quais 6,2 M€ por conversão suprimentos e outros ativos).

Do investimento contratado em novas participações, no valor de 13,3 M€, contingente na verificação do progresso do projeto empresarial das novas participadas face a *milestones* estabelecidas com os Promotores, foi já desembolsado, em 2013, o montante de 5,9 M€, prevendo-se que o remanescente, de 7,4 M€, seja desembolsado entre 2014 e 2015, com especial incidência no primeiro destes anos.

Quanto ao desinvestimento realizado em 2013 pela área de *Venture Capital*, este totalizou 13,3 M€ (16,8 M€ a custo de aquisição do investimento), correspondente a 9 operações de saída total e a 11 saídas parciais. As saídas de investimento tiveram como contrapartida 6,9 M€ em dinheiro e 6,4 M€ a conversão ou amortização de ativos.

Tendo presente o estágio de desenvolvimento dos projetos investidos durante o exercício, em fase de prova de conceito tecnológico e/ou comercial ou *early-stage*, cumpre realçar que as empresas participadas pela Portugal Ventures ou pelos FCRs sob sua gestão apresentaram, em 2013, um nível global de emprego de 389 pessoas, um volume de faturação anual superior a 22,7 M€ e de exportações de 15,5 M€.

### ***Tourism, Hospitality & Leisure***

No decorrer do ano 2013, a *Call for Entrepreneurship* foi também uma importante fonte de originação de projetos com o perfil enquadrável na atual estratégia de investimento da Unidade de *Tourism Hospital & Leisure*, o que justificou a intervenção dos membros da equipa tanto ao nível da fase *pre-screening* como também das fases subsequentes de análise, integrando alguns dos painéis de avaliação.

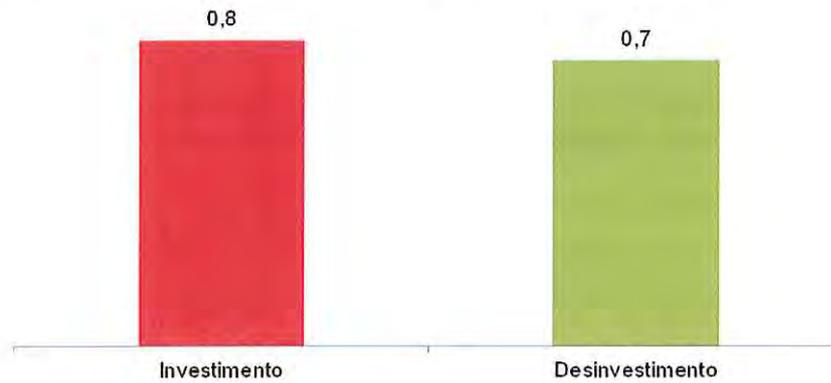
Em paralelo, e seguindo a lógica de intervenção que já tinha sido adotada em 2012, a Unidade reforçou o acompanhamento de gestão às empresas nascentes com projetos inovadores bem como às atuais participadas passíveis de otimização operacional.

Foi ainda prosseguida uma estratégia de alienação de participações de capital detidas pelo FCR Portugal Ventures Turismo e pelo FCR Dinamização Turística, não só relativamente àquelas cujo prazo contratual estipulado em Acordo Parassocial se encontre expirado, como também das que estão sem atividade. Quanto às que fazem parte do primeiro conjunto referido, e atendendo ao caráter global de algumas destas participações, não só do ponto de vista da sua localização geográfica, mas também pelas marcas internacionais que ostentam, a Unidade de *Tourism Hospital & Leisure* procurou recorrer à contratualização de mandatos de venda com *brokers* que demonstrem ter capacidade de mobilização à escala global.

No exercício de 2013, a unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* realizou três operações de reforço de investimento em empresas da atual carteira de participadas e seis operações de desinvestimento, incluindo duas referentes a reembolsos de suprimentos.

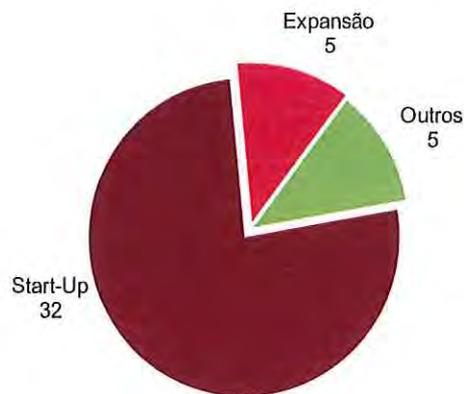
O montante dos investimentos realizados ascendeu a 771 mil euros e os desinvestimentos concretizados geraram 721 mil euros.

Figura 48: Montante de investimento e de desinvestimento em *Tourism, Hospitality and Leisure* em 2013 [M EUR]



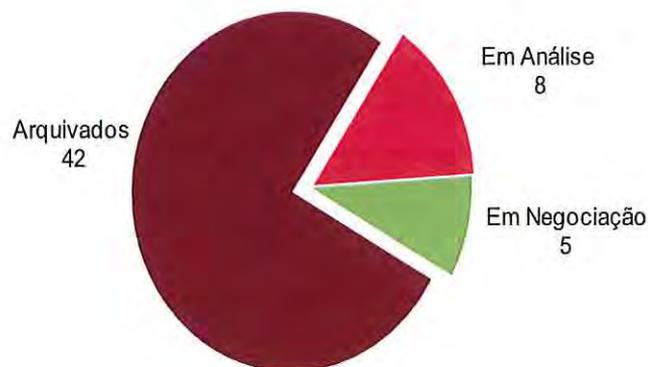
Os projetos de investimento recebidos elevaram-se a 42 – aos quais se juntam 13 transitados de 2012, sendo que cerca de três quartos correspondentes a *Start-Ups*.

Figura 49: Novos projetos em 2013 na Unidade de *Tourism, Hospitality and Leisure* por estágio de desenvolvimento [# projetos]



Em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se em negociação cinco operações, estimando-se que seja possível a concretização das mesmas até ao final de 2014.

Figura 50: Sumário da carteira de projetos de *Tourism, Hospitality and Leisure* a 31 de dezembro de 2013 [# de projetos]



No decorrer de 2013, deu-se continuidade ao esforço que vinha a ser desenvolvido no ano anterior na divulgação da atividade dos fundos sob gestão bem como do potencial do instrumento financeiro capital do risco, nomeadamente em ações conjuntas com o participante de referência Turismo de Portugal, IP. A participação da unidade de *Tourism,*

Handwritten initials: JF, da, PF

*Hospitality & Leisure* na Call for Entrepreneurship proporcionou uma visibilidade acrescida aos fundos sob gestão, fato ao qual não é alheio o aumento do número de projetos recebidos e com um alinhamento mais direcionado para a atual estratégia de investimento.

## 5. Evolução Financeira / Análise às Contas

O Balanço e a Demonstração de Resultados da Portugal Ventures, bem como as respetivas Notas explicativas, nos termos definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela Sociedade a partir do dia 1 de janeiro de 2010, com exceção das especificidades que se prendem com a natureza da atividade de capital de risco mencionadas no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores mobiliários nº 12/2005 – Contabilidade das Sociedades e Fundos de Capital de Risco, são apresentados na Parte III deste Relatório.

### Análise do Resultado em 2013

O Resultado Líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2013 traduziu-se no valor positivo de 1.857 mil euros, correspondendo a um grau de realização de 152 % do valor orçamentado.

Figura 51: Demonstração de Resultados da Portugal Ventures em 2013 [EUR]

Rubrica	2013			Execução Homóloga 2012	
	Execução	Orçamento	Varição	2012	Varição 2013/2012
	(A)	(B)	(C) = (A)-(B)	(D)	(E) = (A)-(D)
Vendas e Serviços Prestados	6.411.098	7.137.326	- 726.228	7.254.440	- 843.342
Subsídios à Exploração	3.918	-	3.918	7.851	- 3.933
Ganhos e Perdas imputadas de Subsd., associadas e emp. Conjuntos	207.064	-	207.064	84.165	122.900
Fornecimentos e Serviços Externos	- 1.320.763	- 1.420.850	100.087	- 1.389.155	68.392
Gastos com Pessoal	- 2.315.579	- 2.583.809	268.230	- 2.468.958	153.379
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	- 442.469	-	- 442.469	- 892.498	450.029
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	46.101	- 46.101
Imparid. de Investimentos não Depreciáveis/Amort. (perdas/reversões)	164.819	-	164.819	- 2.896.645	3.061.465
Aumentos/Reduções de Justo Valor	- 625.749	- 1.173.470	547.722	- 1.277.463	651.715
Outros Rendimentos e Ganhos	266.559	88.307	178.252	213.743	52.816
Outros Gastos e Perdas	- 108.991	- 34.930	- 74.061	- 394.183	285.192
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos (EBITDA)</b>	<b>2.239.908</b>	<b>2.012.574</b>	<b>227.334</b>	<b>- 1.712.603</b>	<b>3.952.511</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 183.664	- 189.404	5.740	- 228.092	44.428
<b>Resultado operacional antes de gastos de financiam. e impostos</b>	<b>2.056.245</b>	<b>1.823.170</b>	<b>233.075</b>	<b>- 1.940.694</b>	<b>3.996.939</b>
Juros e rendimentos similares	938.151	583.443	354.708	1.289.661	- 351.509
Juros e gastos suportados	- 2.970	- 4.625	1.655	- 5.506	2.536
<b>Resultado antes Impostos</b>	<b>2.991.426</b>	<b>2.401.988</b>	<b>589.438</b>	<b>-656.540</b>	<b>3.647.966</b>
Imposto sobre o rendimento do período	- 1.134.871	- 1.176.585	41.714	- 1.388.322	253.452
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1.856.555</b>	<b>1.225.403</b>	<b>631.152</b>	<b>- 2.044.862</b>	<b>3.901.417</b>

O movimento ocorrido na carteira de ativos de capital de risco encontra-se referenciado na Nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, refletindo os resultados da avaliação da carteira de participações financeiras de acordo com o definido no Regulamento da CMVM nº 1/2008, bem como o movimento das alienações das participações financeiras.

## Rendimentos

A rubrica de Vendas e Serviços Prestados, com o valor de 6.411 mil euros, engloba 5.965 mil euros de comissões de gestão, resultantes do facto da Portugal Ventures ser a sociedade gestora de vinte Fundos de Capital de Risco à data de 31 de dezembro de 2013, bem como 446 mil euros de prestações de serviços prestados às empresas por si administradas.

A redução de valores face ao orçamento (726 mil euros) justifica-se pela diminuição das comissões de gestão dos FCR, que refletem, (i) a diminuição do valor global líquido dos FCR, (ii) a não concretização das operações de capital de risco orçamentados ao nível dos fundos com componente de financiamento Compete/FINOVA, (iii) as alterações introduzidas com a fusão dos Fundos e (iv) o decréscimo na prestação de serviços às participadas derivada da atual conjuntura económica.

No valor apresentado de Outros Rendimentos e Ganhos, importa realçar os proveitos suplementares correspondentes às remunerações pelo exercício de cargos sociais nas empresas participadas e o excesso de estimativa para impostos registado no exercício de 2012.

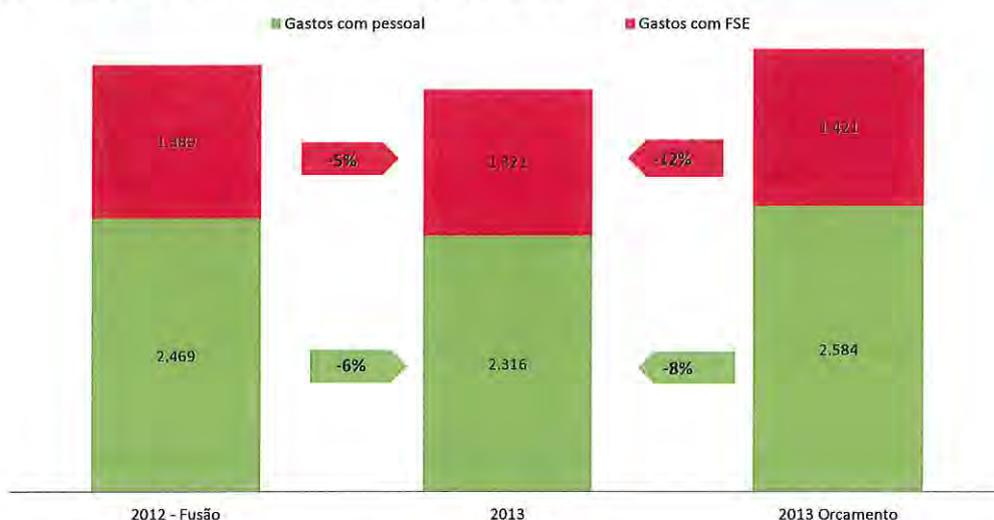
Os Juros e Rendimentos similares obtidos correspondem aos rendimentos provenientes das aplicações financeiras, bem como aos juros de empréstimos concedidos às participadas. A variação face ao período homólogo de 2012 justifica-se pela redução verificada na taxa de juro real dos depósitos a prazo.

No exercício de 2013 ocorreu a distribuição de dividendos por parte de duas das empresas participadas pela Portugal Ventures, no valor global de 146 mil euros.

## Gastos

A Portugal Ventures continuou, no decurso do exercício de 2013, a fazer uma gestão eficiente e criteriosa aos níveis dos recursos disponíveis, mantendo uma política de contenção de gastos correntes, que se refletiu nos valores registados nas respetivas rubricas de gastos.

Figura 52: Gastos de estrutura e de funcionamento da Portugal Ventures em 2013 [K EUR]



Como consequência dessas medidas, os gastos de estrutura e de funcionamento propriamente ditos (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), em 2013, traduzem um desvio favorável de 368 mil euros face ao orçamento e de 222 mil euros face ao período homólogo de 2012.

Ao nível dos Gastos com Pessoal, os valores refletem a não atribuição de prémios de desempenho aos colaboradores,

a manutenção da redução das remunerações base dos Administradores resultantes da aplicação do disposto nas Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho e a redução das remunerações dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores em conformidade com o disposto na Lei nº 66-B/2012. Será de referir que, em conformidade com a legislação então em vigor, no ano de 2012 não houve lugar ao registo do valor do subsídio de natal nem do subsídio de férias. Na sequência da publicação da Lei nº 39/2013, de 21 de junho, a Portugal Ventures registou o subsídio de férias cujo vencimento ocorreu em 1 de janeiro de 2013, valor que caso não estivesse em vigor a Lei nº 66-B/2012, tinha sido objeto de registo no ano de 2012.

A rubrica Outros gastos e perdas regista, como valor mais significativo, a perda na venda do imóvel localizado em Lisboa.

O resultado líquido negativo das avaliações da carteira de ativos de capital de risco efetuada a 30 de junho e 31 de dezembro de 2013, no valor global de 903 mil euros, foi registado nas respetivas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilística e do Regulamento da CMVM nº 1/2008.

### Análise do Balanço em 31 de dezembro de 2013

Figura 53: Estrutura de balanço da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2013 [K EUR]



#### Ativo

Em 31 de dezembro de 2013, o total do ativo da Portugal Ventures ascendia a 55,3 milhões de euros, sendo financiado em 83% por Capitais Próprios.

Quando se analisa a decomposição do Ativo, 46% corresponde à carteira de investimentos financeiros, que inclui o valor das unidades de participação dos FCR Portugal Ventures Global 2, Finicia, ACTEC, FIAEA, Indústrias Criativas, Early Stage, Universitas, Biocant, GPI e Internacionalização; 47% a Depósitos e Aplicações Financeiras de elevada liquidez; 6% a Clientes e Outras Contas a Receber e 1% a Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

A Portugal Ventures aplica a sua liquidez adotando uma política conservadora, em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, privilegiando operações de curto prazo e baixo risco, contribuindo assim para a preservação do valor investido pelos acionistas. Os Depósitos e Aplicações Financeiras registavam, a 31 de dezembro de 2013, o

montante de 25,5 milhões de euros.

No que concerne à atividade de investimento direto em participações societárias prosseguida pela Sociedade no decurso do exercício de 2013, a carteira de participações registou um incremento de investimento no valor de 34 mil euros, correspondente ao reforço de investimento numa participada. Ocorreram ainda três operações com impacto na estrutura da carteira, nomeadamente o registo de 400 mil euros de unidades de participação do FCR ACTEC, resultante do processo de liquidação e dissolução de uma participada, de 50 mil euros de conversão de suprimentos em prestações acessórias e de 188 mil de euros da operação de reestruturação do Grupo Somelos.

Os desinvestimentos financeiros ascenderam a 3,4 milhões de euros, valorizados a custo de aquisição, referindo-se às seguintes operações: (i) alienação de capital e suprimentos detidos em quatro empresas; (ii) abate ao ativo do valor investido em quatro empresas na sequência do respetivo cancelamento de matrícula; (iii) liquidação e dissolução de uma participada e (iv) conversão de suprimentos em prestações acessórias e uma operação de reestruturação.

Em 30 de junho e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade procedeu à avaliação da sua carteira de participações de ativos de capital de risco, de acordo com o regulamento interno de avaliação, registando-se o respetivo impacto da avaliação na contabilidade nas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilístico.

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis registou no ano de 2013 uma diminuição líquida de 465 mil euros resultante essencialmente da venda do imóvel sito em Lisboa, que era anteriormente utilizado como sede da Turismo Capital.

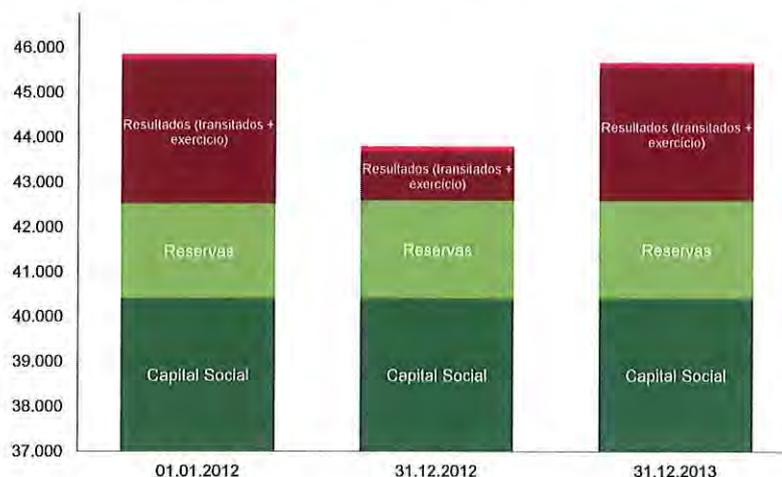
### Passivo

O Passivo da Portugal Ventures ascende a 9,6 milhões de euros, correspondendo 96% ao valor das dívidas a terceiros e 4% ao montante de diferimentos e passivos por impostos diferidos. No valor das dívidas a terceiros, o valor mais relevante (8 milhões de euros), refere-se ao compromisso de realização do capital subscrito e ainda não realizado em seis Fundos de Capital de Risco, cinco dos quais constituídos em 2011 no âmbito do programa COMPETE, cuja concretização é expectável que venha a ocorrer ao longo do ano de 2014.

### Capitais Próprios

No final do exercício de 2013, a Portugal Ventures apresenta capitais próprios no valor de 45,7 milhões de euros, representando 113% do valor do seu capital subscrito e realizado (40,4 M€).

Figura 54: Evolução dos Capitais Próprios da Portugal Ventures 2011 - 2013 [K EUR]



## 6. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo apurado no exercício de 2013, no valor de 1.856.554,98 euros (um milhão, oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Reservas Legais	€ 92.827,75
Resultados Transitados	<u>€ 1.763.727,23</u>
Total	<u>€1.856.554,98</u>

Sendo aprovada esta proposta, os Capitais Próprios passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital Social	€ 40.412.650,00
Reservas Legais	€ 822.592,34
Outras Reservas	€1.468.166,81
Resultados Transitados	€2.844.656,87
Excedentes de Revalorização	<u>€ 125.035,58</u>
TOTAL	<u>€ 45.673.101,60</u>

## 7. Factos Subsequentes

O Conselho de Administração declara que, à data do encerramento das contas, a Sociedade não tem dívidas em mora à Segurança Social, ao Estado e a Outros Entes Públicos.

As demonstrações financeiras foram emitidas em 20 de março de 2014.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2013 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2013.

## 8. Perspetivas para 2014

A Portugal Ventures centrará a sua atividade em 2014 nos seguintes principais vetores:

- Atuação pró-ativa na geração de *deal flow* de projetos visando a identificação e investimento em projetos com critérios crescentemente seletivos;
- Desenvolvimento de uma rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o posicionamento internacional das *start-ups* de base tecnológica;
- Desenvolvimento de um *Advisory Board* internacional na Portugal Ventures, como elemento indutor das melhores práticas internacionais, aconselhador de estratégias e facilitador de contatos internacionais;
- Acompanhamento de proximidade às participadas, no sentido do seu rápido desenvolvimento e criação de valor;
- Promoção de centros de apoio internacionais (*Acceleration & Innovation Hubs in the World*) para a rápida globalização do ecossistema;
- Realização de ações de capacitação visando a transmissão de saber e experiência essenciais ao crescimento das empresas;
- Promoção do co-financiamento com entidades privadas com base no desenvolvimento de modelos de partilha de mais-valias como incentivo à tomada de risco;

- Promoção do desinvestimento em participadas com elevado estágio de maturidade, com o objetivo de reduzir a maturidade média da carteira e promover a geração de liquidez;
- Desenvolvimento de um sistema de informação integrado capaz de disponibilizar de forma simples e rápida toda a informação da atividade da sociedade, dos fundos sob gestão e respetivas participadas.

### **Operações Externas**

Depois de, durante o ano de 2013, ter sido revisto o enquadramento geral dos Administradores Externos (AE), e de ter sido sistematizado e normalizado o processo de reporte, os objetivos principais para 2014 serão:

- Aperfeiçoamento e aprofundamento da relação de trabalho com os atuais representantes, passando por:
  - aprofundar o processo de reporte, com vista a encurtar os prazos em que é feito e a assegurar que corresponda plenamente às necessidades da Portugal Ventures;
  - integrar a interação com os AE no novo sistema de informação integrado;
  - avaliar o desempenho dos AE como instrumento de melhoria contínua.
- Alargamento da atual carteira de AE, correspondendo ao aumento do número de novas participadas.

### **Fusões e Aquisições**

A atividade desta área para 2014, centrar-se-á essencialmente na execução do Plano de Desinvestimentos, cujas atividades incluem designadamente:

- Participação nas reuniões de negociações com promotores, potenciais compradores e consultores/intermediários financeiros;
- Acompanhamento da preparação de informação sobre a participada em processo de desinvestimento a apresentar a potenciais investidores (dossiers de promoção, "blind teasers", entre outros), em articulação com os responsáveis e gestores das unidades de negócio envolvidas;
- Acompanhamento dos processos de *Due Diligence* no âmbito dos processos de alienação;
- Acompanhamento das negociações e articulação com área jurídica no âmbito das minutas de contratos a celebrar.

### **Private Equity**

Considerando os desafios globais da Portugal Ventures, a unidade de *Private Equity*, em 2014, irá:

- Manter o acompanhamento às atuais participadas, em especial aquelas passíveis de maior otimização e desenvolvimento operacional, tendo em vista a valorização da empresa;
- Promover, em articulação com a área de Desinvestimentos da Portugal Ventures, uma maior rotação da atual carteira de investimentos, em especial ao nível das participações mais antigas e / ou onde o investimento da Portugal Ventures esteja já fortemente limitado ao nível dos efeitos induzidos na empresa e da capacidade de obter maior retorno.

### **Venture Capital**

Em 2014 dar-se-á continuidade à implementação do Programa de Ignição, sendo de salientar em especial o desenvolvimento dos seus 4 pilares:

- **Call for Entrepreneurship:** nesta iniciativa dinâmica e contínua realizada periodicamente, preveem-se 4 novas chamadas de projetos (da 6ª à 9ª *Call for Entrepreneurship*), com a expectativa de estímulo de *deal flow* e geração de massa crítica que possibilite a seleção de novos projetos inovadores e globais; será ainda reforçada o conjunto de peritos nacionais e internacionais de suporte aos processos de avaliação dos projetos em painéis multidisciplinares.
- **Ignition Partners Network:** a Portugal Ventures conta com a cooperação de relevantes universidades, centros tecnológicos, incubadoras e aceleradoras nacionais. Prevê-se, em 2014, desenvolver em conjunto com estes parceiros novas ações de divulgação e disseminação do empreendedorismo, com vista a aumentar o *deal flow* de projetos.
- **Ignition Capital Network:** tendo em vista catalisar a intervenção da rede portuguesa de investidores em *seed innovation capital* no Programa de Ignição, atraindo capital privado para o ecossistema, será reforçada a comunidade de parceiros, que neste momento excede 10, proporcionando novas oportunidades de co-investimento.
- **Acceleration & Innovation Hubs in the World:** com vista a contribuir ativamente para a globalização do ecossistema e, através de parcerias estratégicas locais, proporcionar às *Start-Ups* o acesso a incubação e aceleração em centros internacionais de inovação, em 2013 foi inaugurado o de Silicon Valley (PV in the Bay) e já em 2014 prevê-se abrir um novo centro, focado na área das ciências da vida e dispositivos médicos, em Boston.

Merecem ainda destaque, pela sua importância, as seguintes iniciativas a desenvolver e reforçar em 2014:

- Acompanhamento das participações com recurso ao reforço da equipa de gestores internos e externos e pela identificação de *Independent Board Members*, de preferência internacionais, para as empresas participadas;
- Desenvolvimento de parcerias com empresas de Corporate Finance Advisory ao nível internacional (designadamente a empresa Go4Venture) com vista à venda ou aceleração do crescimento de um conjunto de empresas;
- Realização de ações de capacitação denominadas de "*CEO Day Series Program*" (workshops de um dia, mediante convite, para CEO e outros membros séniores das equipas executivas das empresas participadas e parceiros, proporcionando o saber, experiência e ferramentas para a gestão das empresas no sentido do seu crescimento e desenvolvimento global, de acordo com as melhores práticas internacionais de *start-ups* investidas por *Venture Capital*).

### **Tourism, Hospitality & Leisure**

A Unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* irá dar seguimento à estratégia de atuação já definida em 2013, incorporando alguns ajustamentos que resultam da evolução recente observada no setor:

- Enfoque na análise de projetos de animação turística que permitam a captação de novos segmentos de mercado, contribuam para o aumento da estada média no país e do consumo médio por visitante, e exponenciem a comercialização dos produtos turísticos, com especial destaque para as exportações;
- Orientação para investimentos em projetos de base tecnológica que, por um lado, contribuam para a afirmação do setor do turismo nacional como uma referência global e, por outro, apresentem um elevado potencial de internacionalização da tecnologia desenvolvida;

- Suporte na consolidação do setor, visando-se uma maior capacidade de afirmação e eficiência de gestão, nomeadamente através da agregação de unidades independentes em grupos hoteleiros e/ou fusões entre estes.

Atendendo ao facto de grande parte dos projetos em carteira com o perfil descrito nos pontos anteriores, terem dado entrada através da iniciativa *Call for Entrepreneurship*, será dada continuidade à participação da Unidade *Tourism, Hospitality & Leisure*, tanto ao nível da fase de *pre-screening* como também das fases subsequentes de análise, integrando alguns dos painéis de avaliação. Será ainda ponderada a organização de uma edição da *Call for Entrepreneurship* exclusivamente dedicada a projetos deste setor.

## Operações e Sistemas de Informação

Para o ano de 2014, a área de Operações manterá o acompanhamento do cumprimento das obrigações dos Fundos e a regularização de todos os processos que resultam da implementação das fusões de Fundos concretizadas durante o ano de 2013, desenvolvendo em especial as seguintes atividades:

- Maior “*accountability*” na atividade desenvolvida pelo Fundo e correspondente reporte aos Participantes;
- Reforço dos procedimentos de monitorização para recuperação de créditos vencidos, em articulação com as áreas financeira e jurídica da Portugal Ventures;
- Acompanhamento ativo da carteira de capital de risco que se encontre em situação de inatividade, insolvência e/ou liquidação em articulação com as áreas de negócio e a área jurídica.

No que diz respeito à área de Sistemas de Informação, o ano de 2013 foi importante para identificar internamente a informação e os processos com necessidade urgente de serem estruturados num Sistema de Informação empresarial adequado à atividade da sociedade.

Para o ano de 2014, o desafio reside na implementação da intranet da Portugal Ventures – NAVIGATOR – que permitirá, de uma forma estruturada, simples e intuitiva, a produção, registo, consulta e processamento de toda a informação relevante para a atividade da Portugal Ventures. Pretende-se com este projeto (i) centralizar informação e processos, (ii) implementar a gestão documental e a efetiva (iii) integração de sistemas.

## Unidade Jurídica

O acentuado volume de trabalho verificado em 2013 levou ao alargamento do apoio externo, com a extensão do número de horas dedicadas à Portugal Ventures no âmbito do contrato de avença em vigor.

Em 2014, a área Jurídica continuará o trabalho desenvolvido em 2013 de apoio regular a todas as áreas da Portugal Ventures e desenvolverá as seguintes atividades específicas:

- Identificação e implementação de soluções para a redução do número de processos judiciais em curso em que a expectativa de recebimento é nula ou inferior aos custos incorridos ou previstos;
- Contratualização de processos de fusão e aquisição;
- Implementação de medidas destinadas à cobrança de créditos vencidos;
- Contratualização padronizada de operações que prevejam mecanismos de incentivo ao co-investimento com investidores privados.

dd  
H  
R

## Comunicação e Parcerias

Em 2014, a Portugal Ventures continuará a ter uma política ativa de comunicação, gerando visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo (empreendedores, empresas, incubadoras/aceleradoras, investidores, peritos e executivos, etc.) e da opinião pública em geral, com vista à geração de *deal flow* de projetos em especial para a *Call For Entrepreneurship* (não só nacionais mas também internacionais), ao aumento da notoriedade das nossas participadas e ao posicionamento de Portugal como um país gerador de talento e possuidor de uma economia aberta ao mundo.

Neste âmbito, a área de comunicação continuará pro-ativamente a desenvolver as plataformas de comunicação atuais (*Website*, Facebook, *newsletter*), as ações e iniciativas abertas à comunidade (*Portugal Ventures Day* e *Portugal Ventures in the Bay*) e intensificará a sua comunicação com o mercado americano, promovendo o seu centro de Boston (aberto em janeiro de 2014) e as nossas participadas visando o aumento da sua visibilidade e atratividade nesse mercado, contribuindo também para a captação de investimento internacional. Ainda nesta dimensão será também dinamizado o canal Twitter, aberto em janeiro de 2014, dado ser uma importante plataforma de comunicação nos EUA.

## Área Financeira e de Recursos Humanos

Os objetivos definidos para 2014 da unidade Administrativa, Financeira e Recursos Humanos são garantir a melhoria contínua da eficiência dos processos e da qualidade de informação prestada a todos os *stakeholders*, com principal enfoque no atual modelo de controlo de gestão.

Em termos de Recursos Humanos, prevê-se a consolidação de todos os processos desenvolvidos em 2013, bem como o desenvolvimento e implementação de um Modelo de Avaliação do Desempenho.

Neste contexto, os principais indicadores que a Portugal Ventures se propõe alcançar no ano de 2014 são como segue:

Figura 55: Principais indicadores do orçamento de 2014 [K EUR]

Principais indicadores [M EUR]	Orçamento 2014	Real 2013
Vendas e Serviços Prestados	6.127	6.411
Gastos com Pessoal	-2.322	-2.316
Fornecimentos e Serviços Externos	-1.983	-1.321
EBITDA	783	2.240
Resultado Líquido	465	1.857
Capitais Próprios	44.546	45.673
Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/ CPP)	1,0%	4,1%

## 9. Outra Informação Relevante

### Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de dezembro de 2013

As pessoas singulares designadas para exercerem o cargo nos Órgãos Sociais da Portugal Ventures não detêm nenhuma participação no capital social da Portugal Ventures. A composição acionista da Sociedade está discriminada no ponto 1.3. deste Relatório.

## Lista dos titulares de participações qualificadas

Os titulares que detêm participações qualificadas no capital social da Portugal Ventures são como segue.

Figura 56: Principais acionistas da Portugal Ventures

Accionista	Nº de Ações	% Capital Social	% Direitos de Votos
IAPMEI -Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	3.438.599	42,54	42,54
AICEP, E.P.E.	1.568.648	19,41	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	834.962	10,33	10,33
Total Imputável	5.842.209	72,28	72,28

## 10. Agradecimentos

Um agradecimento às entidades e membros que integram o Conselho Geral e de Supervisão e a Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, pela relevante e indispensável colaboração prestada, bem como ao membro do órgão social cessante. Ao Revisor Oficial de Contas e aos Auditores é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período.

A todos os Acionistas queremos deixar aqui bem expresso o nosso reconhecimento pela dedicação e confiança sempre demonstrada, o que constituiu um forte incentivo para desenvolvermos a nossa atividade de forma segura e de acordo com as expectativas dos Acionistas.

Finalmente cumpre-nos registar com elevado apreço a competência e dedicação demonstrada por todos os Colaboradores da Portugal Ventures, decisivo para assegurar a concretização dos objetivos da Sociedade.

Porto, 20 de março de 2014

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes

Vice - Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes

Vogal

## PARTE III - Demonstrações Financeiras

Balanço.....	65
Demonstração dos Resultados por naturezas.....	66
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	67
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	68
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	69

## Demonstrações Financeiras

Balança em 31 de dezembro de 2013

Unidade:

Euros

Rubricas	Notas	2013	2012
<b>A T I V O</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1.092.094	1.557.216
Ativos Intangíveis	6	160.854	245.089
Participações financeiras (outros métodos)	7	24.071.541	25.118.893
Outros ativos financeiros	7	1.030.450	1.086.187
Ativos por impostos diferidos	31	239.427	198.874
Subtotal		26.594.367	28.206.259
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	9	1.040.319	2.788.166
Adiantamentos a fornecedores		0	409
Estado e outros entes públicos	10	537	537
Outras contas a receber	11	2.093.760	846.664
Diferimentos	12	33.379	32.189
Caixa e depósitos bancários	4 e 13	25.498.735	23.441.920
Subtotal		28.666.730	27.109.885
<b>Total do ativo</b>		<b>55.261.097</b>	<b>55.316.144</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	14	40.412.650	40.412.650
Reservas legais	15	729.765	729.765
Outras reservas	15	1.468.167	1.468.167
Resultados transitados	15	1.080.930	3.122.310
Excedentes de revalorização	16	125.036	127.244
Subtotal		43.816.547	45.860.135
Resultado Líquido do Período		1.856.555	-2.044.862
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>45.673.102</b>	<b>43.815.273</b>
<b>P A S S I V O</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivo por impostos diferidos	31	365.402	253.223
Outras contas a pagar	18	512.702	512.702
Subtotal		878.104	765.925
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	129.602	108.880
Adiantamentos de clientes		44	0
Estado e outros entes públicos	10	182.014	419.581
Acionistas/Sócios		593	394
Outras contas a pagar	18	8.394.703	10.203.297
Diferimentos	12	2.935	2.794
Subtotal		8.709.892	10.734.946
<b>Total do Passivo</b>		<b>9.587.996</b>	<b>11.500.871</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>55.261.097</b>	<b>55.316.144</b>

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng José de Albuquerque Epifânio da Franca  
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes  
Vice - Presidente

Eng. Teresa Paula Mareneca Gameiro Fernandes  
Vogal

## Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2013

Unidade:

Euros

Rúbrica	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	19	6.411.098	7.254.440
Subsídios à exploração		3.918	7.851
Ganhos/Perdas Imputados de subsidiárias, associados e empreendimentos conjuntos	20	207.064	84.165
Fornecimentos e Serviços Externos	21	-1.320.763	-1.389.155
Gastos com Pessoal	22	-2.315.579	-2.468.958
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	23	-442.469	-892.498
Provisões (aumentos/reduções)	24	0	46.101
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	25	164.819	-2.896.645
Aumentos/Reduções de Justo Valor	26	-625.749	-1.277.463
Outros rendimentos e ganhos	27	266.559	213.743
Outros gastos e perdas	28	-108.991	-394.183
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.239.908</b>	<b>-1.712.603</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-183.664	-228.092
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.056.245</b>	<b>-1.940.694</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	938.151	1.289.661
Juros e gastos suportados		-2.970	-5.506
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.991.426</b>	<b>-656.540</b>
Imposto sobre rendimento do período	31	-1.134.871	-1.388.322
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>1.856.555</b>	<b>-2.044.862</b>

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca  
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes  
Vice - Presidente

Eng. Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes  
Vogal

## Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2013

Unidade:

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto</b>			
Recebimentos de clientes		6.708.581	7.252.193
Pagamentos a fornecedores		-1.485.385	-1.404.285
Pagamentos ao pessoal		-1.056.583	-1.630.779
Caixa geradas pelas operações		4.166.614	4.217.128
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.905.657	-2.031.443
Outros recebimentos/pagamentos		-100.600	-164.040
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>2.160.357</b>	<b>2.021.645</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-12.743	-151.483
Investimentos financeiros		-2.058.950	-40.025
Outros ativos		-3.353	-9.008.601
Subsídios ao investimento		0	-57.752
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		317.435	14.483
Investimentos financeiros		1.003.422	400.631
Juros e rendimentos similares		541.440	1.013.811
Dividendos		109.243	67.157
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>-103.507</b>	<b>-7.761.780</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
		0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0	-33.085
Dividendos		0	-387.217
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>0</b>	<b>-420.301</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2.056.850	-6.160.437
Efeitos das diferenças de câmbio		-35	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		23.441.920	17.725.025
Caixa e seus equivalentes Efeito fusão 01.jan.2012		0	11.877.332
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	25.498.735	23.441.920

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng José de Albuquerque Epifânio da Franca  
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes  
Vice - Presidente

Eng. Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes  
Vogal

## Demonstração das alterações no Capital Próprio

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Efeito Fusão em 01 de Janeiro de 2012		12.912.650		1.430.594				14.343.244
Posição em 01 de Janeiro de 2012		40.412.650	653.259	1.468.167	1.665.217	130.725	1.530.118	45.860.135
Alterações no período	15 e 16		76.506		1.457.094	-3.482	-1.530.118	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0	76.506	0	1.457.094	-3.482	-1.530.118	0
Resultado líquido do período							-2.044.862	-2.044.862
Resultado integral		0	76.506	0	1.457.094	-3.482	-3.574.981	-2.044.862
Posição em 31 de dezembro de 2012		40.412.650	729.765	1.468.167	3.122.310	127.244	-2.044.862	43.815.273

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de Janeiro de 2013		40.412.650	729.765	1.468.167	3.122.310	127.244	-2.044.862	43.815.273
Alterações no período	15 e 16							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0	0	0	-2.041.381	-2.208	2.044.862	1.274
Resultado líquido do período							1.856.555	1.856.555
Resultado integral		0	0	0	-2.041.381	-2.208	3.901.417	1.857.029
Posição em 31 de dezembro de 2013		40.412.650	729.765	1.468.167	1.080.930	125.036	1.856.555	45.673.102

O Técnico Oficial de Contas

Drª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng José de Albuquerque Epifânio da Franca  
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Canhalho Lopes  
Vice - Presidente

Eng. Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes  
Vogal

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2013

### 1. INTRODUÇÃO

A PORTUGAL CAPITAL VENTURES - Sociedade de Capital de Risco, SA, (doravante designada por Portugal Ventures), ex- InovCapital, foi constituída em 7 de julho de 1989 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de fevereiro.

Em 27 de junho de 2012 foi registada a operação de fusão por incorporação das sociedades AICEP Capital Global, SCR, SA e Turismo Capital, SCR, SA na Portugal Ventures. Esta fusão ocorreu no âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público definida na Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011 e retroagiu os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2012.

A fusão tomou por base de referência os balanços das três sociedades envolvidas reportados à data de 31 de dezembro de 2011 e já devidamente aprovados nas respetivas Assembleias Gerais, tendo o apuramento dos termos de troca incorporado já a redução do capital da AICEP Capital Global em 18 milhões de euros ocorrida por deliberação da respetiva Assembleia Geral de 7 de maio de 2012.

Todos os elementos patrimoniais ativos e passivos objeto de transmissão por fusão foram inscritos, para efeitos fiscais, na contabilidade da Portugal Ventures com os mesmos valores que tinham na contabilidade das sociedades incorporadas e considerando os efeitos nos capitais próprios das deliberações das Assembleias Gerais ocorridas em 2012.

Unidade: Euros

Sociedades	Capitais Próprios a 31.12.2011	Efeito das deliberações A.G de 2012	Capitais próprios corrigidos a 31.12.2012
InovCapital	31.516.891,44		31.516.891,44
AICEP C.G. (a)	26.516.862,28	-18.000.000,00	8.516.862,28
Turismo Capital (b)	6.281.930,52	-455.548,87	5.826.381,65
<b>Total</b>	<b>64.315.684,24</b>	<b>-18.455.548,87</b>	<b>45.860.135,37</b>

(a) Redução do capital social da AICEP Capital Global deliberado em A.G. de 7.mai.2012.

(b) Dividendo distribuído da TC - Turismo de Capital relativo ao exercício de 2011.

Na sequência, foram emitidas 2.582.530 ações, de valor nominal de cinco euros, cada uma, correspondendo a um aumento do capital da Sociedade no valor de 12.912.650 euros, tendo sido fixado o capital social subscrito e realizado da Portugal Ventures em 40.412.650 euros, representado por 8.082.530 ações, de valor nominal de 5 euros cada uma, encontrando-se a respetiva distribuição apresentada na Nota 14.

A Portugal Ventures assegurou os respetivos direitos e obrigações das anteriores sociedades, incluindo a gestão dos Fundos de Capital de Risco.

A Sociedade tem por objeto apoiar e promover a criação e o desenvolvimento de empresas, através da participação temporária no respetivo capital social, e o exercício de todas as demais atividades permitidas por lei às sociedades de capital de risco.

À data de 31 de dezembro de 2013, para além de uma carteira própria de investimentos de capital de risco, a Sociedade geria vinte fundos a seguir discriminados:

1. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures;
2. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor;
3. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Inter-Regional;

4. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Finicia;
5. Fundo de Capital de Risco FAI Portugal Ventures Energias;
6. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Acelerador de Comercialização de Tecnologias;
7. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIAEA – Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores;
8. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Industrias Criativas;
9. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Early Stage;
10. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Acelerador de Comercialização de Tecnologia II;
11. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Biocant;
12. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Universitas;
13. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor 2;
14. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global 2;
15. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimentos;
16. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIEP;
17. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização;
18. Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Turismo;
19. Fundo de Capital de Risco Dinamização Turística;
20. Turismo Inovação - Fundo de Capital de Risco.

abreviadamente designados, respetivamente, por:

1. "FCR Portugal Ventures";
2. "FCR Portugal Ventures Valor";
3. "FCR Portugal Ventures Inter-Regional";
4. "FCR Portugal Ventures Finicia";
5. "FCR Portugal Ventures Energias";
6. "FCR Portugal Ventures ACTec";
7. "FCR Portugal Ventures FIAEA";
8. "FCR Portugal Ventures Industrias Criativas";
9. "FCR Portugal Ventures Early Stage";
10. "FCR Portugal Ventures ACTEC II";
11. "FCR Portugal Ventures Biocant"
12. "FCR Portugal Ventures UNIVERSITAS";
13. "FCR Portugal Ventures Valor 2";

14. "FCR Portugal Ventures Global 2";
15. "FCR Portugal Ventures GPI";
16. "FCR Portugal Ventures FIEP";
17. "FCR Portugal Ventures Internacionalização";
18. "FCR Portugal Ventures Turismo";
19. "FCR Dinamização Turística";
20. "Turismo Inovação – FCR".

Durante o exercício de 2013 ocorreram 3 processos de fusão envolvendo 8 dos Fundos geridos pela sociedade, nomeadamente:

- Fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento. A fusão foi aprovada em Assembleia de Participantes de cada um dos Fundos realizada em 27 de junho de 2013, tornando-se eficaz a partir desta data e retroagindo os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2013;
- Fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures 2 por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures. A fusão foi aprovada em Assembleia de Participantes de cada um dos Fundos realizada em 22 de novembro de 2013, tornando-se eficaz a partir de 1 de dezembro de 2013 e retroagindo os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2013;
- Fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures TIEC por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global 2. A fusão foi aprovada em Assembleia de Participantes de cada um dos Fundos realizada em 22 de novembro de 2013, tornando-se eficaz a partir de 1 de dezembro de 2013 e retroagindo os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2013.

As operações de fusão assumiram a modalidade de fusão por incorporação, através da transferência global dos patrimónios dos Fundos incorporados para o Fundo incorporante, com a atribuição aos participantes dos Fundos incorporados de unidades de participação do Fundo incorporante, nos termos da relação de troca estabelecida nos respetivos projetos de fusão.

A Portugal Ventures participa no capital social dos Fundos citados em 4), 6), 7), 8), 9), 11), 12), 14), 15) e 17) (Nota 7.4.).

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures foram aprovadas para emissão em Conselho de Administração da Sociedade realizado em 20 de março de 2014. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Bases de Preparação**

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures relativas ao exercício de 2013 estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as especificidades previstas no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 12/2005 de 9 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2006, no Regulamento nº 1/2006 – Capital de Risco - com aplicação obrigatória a partir de 21 de janeiro de 2006, bem como o Regulamento da CMVM nº 1/2008 de 7 de março.

Devem entender-se como fazendo parte das normas do SNC o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº 15652/2009), os Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria nº 986/2009), o Código de Contas (Portaria nº 1011/2009), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF - Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009).

O Regulamento da CMVM nº 12/2005 supra mencionado, define para modelo de organização da contabilidade das sociedades de capital de risco (SCR) e dos fundos de capital de risco (FCR), o Plano Oficial de Contabilidade o qual foi revogado, a partir de 1 de janeiro de 2010, pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, passando-se a utilizar o SNC. De acordo com o definido no referido Regulamento da CMVM e respetivo anexo, são detalhados movimentos e critérios de contabilização que atendem às naturais especificidades das SCR.

O Regulamento da CMVM nº 1/2008 - Capital de Risco –, que alterou o Regulamento nº 1/2006, define as metodologias e os critérios de avaliação das participações de capital de risco detidas pelas SCR e pelos FCR, nomeadamente a avaliação dos ativos de capital de risco pelos métodos do justo valor ou do valor conservador.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício de 2013 quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### **2.3. Comparabilidade das contas das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras no ano de 2013, são comparáveis com os do exercício anterior.

### 3. PRINCIPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

#### 3.1. Conversão Cambial

##### 3.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures e respetivas notas deste anexo são representadas em euros, salvo indicação em contrário.

##### 3.1.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos / transações.

#### 3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição (ou custo de aquisição reavaliado, com base nos diplomas legais ou em índices de preços nos termos da legislação em vigor deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas).

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparação e conservação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que foram incorridos.

As depreciações e as amortizações são calculadas por duodécimos, com base no método das quotas constantes. As taxas de amortização utilizadas são as máximas fiscalmente aceites como gasto, as quais não diferem da vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

dd  
#  
A  
y

Vida útil	Anos
Terrenos	não amortizados
Edifícios e outras construções	50
Grandes reparações e beneficiações de edifícios e outr. construções	10 a 15
Obras em edifícios alheios	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

### 3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por *software*. Estes ativos são amortizados por duodécimos, segundo o método das quotas constantes de acordo com a vida útil esperada e às taxas máximas permitidas por lei. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	Anos
Programas de Computador	3 a 6 anos

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente refletem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- Preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Portugal Ventures valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

### 3.4. Participações Financeiras

A carteira de ativos de capital de risco que integram o património da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2013 encontra-se valorizada conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM nº1/2008, e compreendem:

- Participações de Capital
- Empréstimos concedidos – Prestações suplementares de capital e Suprimentos
- Outros investimentos financeiros – Unidades de participação de FCR

A rubrica “Participações financeiras – outros métodos” inclui a totalidade das participações financeiras, sejam associadas ou outras participações, inclui as prestações suplementares de capital de risco e por último inclui as unidades de participação (UP) detidas nos Fundos de Capital de Risco geridos pela Portugal Ventures.

A rubrica “Outros ativos financeiros” inclui os suprimentos concedidos às participadas de capital de risco.

A metodologia de avaliação aplicada teve em consideração, além do estabelecido no referido Regulamento da CMVM, as melhores práticas do mercado e baseia-se nas recomendações da *European Private Equity and Venture Capital Association (EVCA)*, nomeadamente:

- A valorização de cada investimento de capital de risco é efetuada em cada data de reporte com periodicidade mínima semestral;
- A observação de consistência nas metodologias e critérios usados no processo de avaliação;
- A observação de coerência na avaliação de ativos com características semelhantes;
- A determinação do justo valor de cada ativo na data de reporte;
- A seleção da metodologia de avaliação apropriada e que incorpora o máximo de informação disponível acerca de todos os fatores que afetam materialmente o justo valor do investimento.

Para o efeito foi elaborado um regulamento interno de avaliação, remetido à CMVM, que explicita as metodologias e os critérios de avaliação aplicadas na avaliação do património da Portugal Ventures e dos quais resulta o reconhecimento não só das menos-valias potenciais como também das mais-valias potenciais. É efetuada ainda a avaliação autónoma e respetivo reconhecimento patrimonial dos acordos de aquisição ou de alienação a prazo existentes, associados a participações societárias.

## **I. Avaliação de ativos não cotados:**

- a. Nos primeiros 12 meses desde o momento de aquisição será utilizado o Método do Valor Conservador (método do custo), salvo se tiver ocorrido algum evento que provoque a alteração dos factos e circunstâncias que determinaram a realização do investimento, caso em que deverá ser adotado o Método do Justo Valor.
- b. São objeto de avaliação todas as participações sociais (ou de ativos equiparáveis) detidas pela Portugal Ventures há mais de 12 meses, às quais é aplicado o método do justo valor resultante da aplicação de uma das seguintes metodologias:
- Fluxos de caixa descontados (cash flows libertos descontados) – O valor do ativo consiste no somatório dos fluxos de caixa futuros gerados na sua vida útil, atualizados ao valor presente por uma taxa de desconto compatível com o nível de risco inerente (a uma taxa de custo médio ponderado do capital). O período de previsão utilizado tem por regra associada uma estimativa a cinco anos.
  - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor, dimensão e rendibilidade – Esta metodologia corresponde à aplicação de um múltiplo de Vendas, EBITDA ou Resultado Líquido sobre o respetivo indicador do negócio alvo de avaliação.
  - Transações materialmente relevantes, efetuadas por entidades independentes nos últimos 6 meses face à data de avaliação.
  - Patrimonial ajustado – permite a avaliação separada dos ativos fixos dos ativos financeiros e outros ativos, deduzido de todos os passivos existentes e contingentes. Este método é indicado para a avaliação de holdings financeiras puras e no caso específico das incubadoras, uma vez que a geração futura de rendimentos é bastante incerta.
- c. Ao valor da participação obtido pelo método do justo valor pode ser aplicado um fator de desconto de 10 por cento, nas situações em que a metodologia utilizada (transações materialmente relevantes, múltiplos de sociedades comparáveis e fluxos de caixa descontados) não permita refletir as eventuais perdas de valor.

## **II. Avaliação de ativos admitidos em mercado:**

No caso de existir informação disponível relativa ao período de até 6 meses antes da data de referência da avaliação, a avaliação terá por base os seguintes critérios:

- Ativos com liquidez: Último preço de referência disponível à data da avaliação.
- Ativos sem liquidez: Média dos valores de cotação de fecho diária dos últimos 6 meses.

A regra anterior será derogada, e será afastada a cotação como indicador representativo do justo valor, se se verificarem duas situações: (a) o free float da empresa for inferior a 15% ou (b) a empresa apresentar capitais próprios negativos.

No caso de não existir informação disponível com referência ao período de até 6 meses antes da data de referência da avaliação, a avaliação dos instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado deve seguir as metodologias de justo valor definidas para ativos não cotados.

No caso dos instrumentos financeiros serem negociados em mais do que uma forma organizada de negociação deverá ser utilizado o preço ou oferta que respeite ao mercado que apresente maior liquidez em termos de quantidade, frequência e regularidade de transações.

### III. Avaliação dos contratos associados

Nos casos em que exista disposição contratual para a determinação do preço de venda da participação, procede-se à sua determinação reportada ao momento da avaliação da carteira, identificando-se ainda se essa disposição corresponde a uma obrigação de compra e, em caso afirmativo, se existe risco de incumprimento dessa obrigação. Existindo mais do que um método para a sua determinação, adota-se o valor identificado como o mínimo aplicável, ou, não existindo esse mínimo, aquele que se revela o mais prudente.

O valor do acordo, assim determinado, corresponde ao valor máximo pelo qual o ativo em causa é reconhecido patrimonialmente e que corresponderá ao valor atual pelo qual a Sociedade pode ou deve alienar o respetivo ativo.

### IV. Os créditos e outros instrumentos com natureza de dívida:

- a. São avaliados segundo a metodologia dos fluxos de caixa descontados (cash flows libertos descontados), tendo em consideração (i) as condições de reembolso e remuneração dos contratos associados e (ii) o custo de oportunidade do capital investido que determina a atualização dos fluxos à taxa de custo efetivo do capital próprio.
- b. Em simultâneo são analisadas as situações especiais onde se prevê a aplicação de taxas de recuperação dos créditos assente na avaliação do risco do mutuário e de acordo com uma matriz construída com base no histórico de recuperação de créditos.

Quando determinada a valorização do ativo são registados os aumentos ou reduções de justo valor nas respetivas contas de rendimentos ou gastos e na rubrica de ajustamentos de participações financeiras no Balanço.

Os ativos financeiros detidos pela Portugal Ventures e que o sejam, igualmente, por outro Fundo de Capital de Risco gerido pela Portugal Ventures, são uniformemente avaliados quanto aos métodos, critérios e pressupostos.

À Portugal Ventures é aplicável o disposto no Regulamento da CMVM nº 12/2005.

A Portugal Ventures não detém participações financeiras em subsidiárias enquadráveis no artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, nem nos parágrafos 4 a 7 da NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, razão pela qual não são preparadas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações financeiras compreendem:





Participações Financeiras	Sede	Atividade principal	Portugal Ventures, SA		FCR Portugal Ventures		FCR Portugal Ventures Valor		FCR Portugal Ventures Valor 2		FCR Portugal Ventures Global 2		FCR Portugal Ventures Finicia		FCR Portugal Ventures GPI		FCR Portugal Ventures RFP		Outros detentoras de capital			
			% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	% de capital detido	
			31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	31-12-12	31-12-13	
<b>Associadas</b>																						
Alfama Inc.	USA	Biociologia	0,5%	0,5%	17,1%	17,1%					0,2%	0,2%								78,9%	78,9%	
Dicodoc - Dicionários Interactivos, Lda	Lisboa	Outras Indústrias	49,0%	49,0%																	51,0%	51,0%
Edigma.Com - Gestão de Projectos Digitais, SA	Braga	Tecnologias de Informação	9,7%	9,7%		19,4%	19,4%				19,4%	19,4%								51,5%	51,5%	
Entersite, Gestão e Manut. Páginas na Internet, SA	Lisboa	Ativ. Informáticas e Conexas	8,1%	8,1%																62,0%	62,0%	
Fabrigate - SGPS, SA	Guimarães	Indústria Têxtil	6,9%	-	6,9%						5,5%	-								72,4%	0,0%	
Fibersensing - Sist. Avançados Monotorização, SA	Porto	Indústria Eletrónica	25,9%	25,9%		3,0%	3,0%				47,8%	47,8%								23,4%	23,4%	
Hotel Rauchtstrass 22, S.a.r.l.	Luxemburgo	Hoteleira	26,5%	26,5%																73,5%	73,5%	
Hotrade - Representações, Gestão e Serviços, SA	Porto	Serviços	25,0%	25,0%																75,0%	75,0%	
Hozar Portugal, SGPS, SA	Porto	Serviços Financeiros	6,8%	6,8%																59,7%	59,7%	
Investar Comercial, SGPS, SA	Aveiro	Indústria do calçado	7,5%	7,5%	10,7%	10,7%	10,7%													51,5%	51,5%	
Mcoplant- Micologia Aplicada, Lda	Porto	Biociologia	55,2%	55,2%									15,5%							29,3%	29,3%	
Pestana Berlin S.a.r.l.	Luxemburgo	Hoteleira	26,5%	26,5%	15,7%	15,7%														73,5%	73,5%	
Weblix - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Lisboa	Tecnologias de Informação	33,3%	33,3%							8,5%	-								51,0%	51,0%	
FCR Portugal Ventures ACTec	Porto	Fundo de capital de risco	22,0%	12,2%																69,5%	87,8%	
FCR Portugal Ventures Finicia	Porto	Fundo de capital de risco	30,0%	30,0%																70,0%	70,0%	
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	Porto	Fundo de capital de risco	50,0%	50,0%																50,0%	50,0%	
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	Fundo de capital de risco	34,9%	34,9%																65,1%	65,1%	
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	Fundo de capital de risco	37,5%	37,5%																62,5%	62,5%	
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Lisboa	Fundo de capital de risco	30,0%	30,0%																70,0%	70,0%	
<b>Outras entidades</b>																						
Abrigada - Comp. Nacional de Refractários, SA	Lisboa	Ind. de Minerais não Metálicos	6,1%	6,1%																93,9%	93,9%	
Altitude Software, BV	Holanda	Tecnologias de Informação	1,0%	1,0%							0,9%	0,9%								98,1%	98,1%	
ME 31, SGPS, SA	Lisboa	Serviços Financeiros	19,4%	19,4%																80,6%	80,6%	
NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA	Porto	Serviços	11,5%	26,3%																88,5%	73,7%	
Faíantas Subtil, SA	Coimbra	Indústria Cerâmica	0,0%	0,0%																99,9%	99,9%	
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, SA	Lisboa	Hoteleira	19,6%	19,6%				0,1%	0,1%											80,4%	80,4%	
Somelos, SGPS, SA	Guimarães	Indústria Têxtil	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%														97,6%	97,6%	
Somelos Tecidos, SA	Guimarães	Indústria Têxtil	0,5%	0,5%	0,9%	0,9%	0,9%													95,2%	95,2%	
Ac Atlantic Development	n.a		n.a	n.a	n.a	n.a														n.a	n.a	
FCR Portugal Ventures Global 2	Porto	Fundo de capital de risco	1,5%	4,8%																98,5%	98,5%	
FCR Portugal Ventures GPI	Lisboa	Fundo de capital de risco	9,0%	9,0%																91,0%	91,0%	
FCR Portugal Ventures FIAEA	Porto	Fundo de capital de risco	9,1%	10,0%																90,9%	90,9%	
FCR Portugal Ventures Universias	Porto	Fundo de capital de risco	12,5%	12,5%																87,5%	87,5%	

Dado que o normativo contabilístico aplicável ao regime de capital de risco, constante do regulamento da CMVM nº 1/2008, se sobrepõe às normas SNC sobre a valorimetria das participações financeiras, não foram aplicadas na íntegra as NCRFs 13, 14 e 15 que tratam, respetivamente, "Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas", "Concentrações de atividades empresarias" e "Investimentos em subsidiárias e consolidação".

### 3.5. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### 3.6. Locações

As operações de locação são mensuradas como locação financeira ou locação operacional em função da sua substância, cumprindo os critérios definidos na NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis. São mensurados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são reconhecidas como locações operacionais. Os contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

### 3.7. Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou outros débitos da atividade normal da sociedade. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável).

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em 'Ajustamento de contas a receber', sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

### 3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para

quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **3.9. Capital Social**

À data de 31 de dezembro de 2013, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

### **3.10. Fornecedores e Outras Contas a Pagar**

As rubricas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar constituem obrigações a liquidar por fornecimentos à atividade normal da Portugal Ventures. Os saldos destas rubricas são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

### **3.11. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

No exercício de 2013, a Sociedade manteve-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, beneficiando ainda do previsto no artigo 32º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que veio alterar o regime fiscal às mais e menos-valias realizadas pelas Sociedades de Capital de Risco.

### **3.12. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Portugal Ventures tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

### **3.13. Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

### 3.14. Prestação de serviços

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Portugal Ventures. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados.

### 3.15. Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases, relativamente aos juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; em relação aos dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Portugal Ventures (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

### 3.16. Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Portugal Ventures mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício ou obrigação económica no futuro.

### 3.17. Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- a) Justo valor das participações financeiras: o justo valor das participações financeiras que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações realizadas internamente. É utilizado o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados.
- b) Imparidade de dívidas a receber: para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

### 3.18. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. As ocorrências que sucedam após a data do balanço mas que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, quando sejam materialmente relevantes.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### 4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Portugal Ventures não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para o exercício apresentado.

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2013	31-12-2012
Depósitos à ordem	136.254	241.920
Outros depósitos bancários	25.358.460	23.195.760
Numerário	4.021	4.240
<b>Total</b>	<b>25.498.735</b>	<b>23.441.920</b>

A rubrica outros depósitos bancários respeita a aplicações de curto prazo de capital garantido.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis	31-12-2013						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo inicial (final de n-1)	265.637	2.014.414	640.497	764.915	53.899	879	3.740.240
Adições	-	2.880	-	8.587	-	4.678	16.145
Alienações	(95.968)	(349.764)	(20.000)	(10.201)	-	-	(475.934)
Outras variações	-	-	-	2	(4)	(2.197)	(2.198)
Saldo final	169.669	1.667.530	620.497	763.303	53.895	3.360	3.278.254
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo inicial (final de n-1)	-	891.858	632.998	611.014	47.155	-	2.183.024
Depreciações do exercício	-	48.519	7.500	41.951	1.459	-	99.429
Outras variações	-	(68.027)	(20.000)	(9.277)	1.010	-	(96.293)
Saldo final	-	872.350	620.497	643.687	49.625	-	2.186.160
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b>							
Saldo inicial (final de n-1)	-	891.858	632.998	611.014	47.155	-	2.183.024
Saldo final	-	872.350	620.497	643.687	49.625	-	2.186.160
<b>Valor líquido</b>	<b>169.669</b>	<b>795.179</b>	<b>(0)</b>	<b>119.615</b>	<b>4.271</b>	<b>3.360</b>	<b>1.092.094</b>

Ativos fixos tangíveis	31-12-2012						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo inicial (final de n-1)	169.669	1.582.723	500.686	524.807	53.895	46.739	2.878.520
Efeito fusão 01.jan.2012	95.968	475.979	201.663	368.088	43.698	-	1.185.395
Adições	-	81.926	-	78.087	-	879	160.892
Alienações	-	-	(61.852)	(121.232)	(23.752)	-	(206.836)
Abates	-	(159.740)	-	(37.573)	(12.810)	-	(210.123)
Donativos	-	-	-	(20.869)	-	-	(20.869)
Outras variações	-	33.526	-	(26.394)	(7.132)	(46.739)	(46.739)
Saldo final	265.637	2.014.414	640.497	764.915	53.899	879	3.740.240
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo inicial (final de n-1)	-	784.326	470.764	453.384	46.706	-	1.755.179
Efeito fusão 01.jan.2012	-	65.421	189.826	283.033	17.602	-	555.883
Depreciações do exercício	-	55.629	22.879	59.043	2.465	-	140.015
Outras variações	-	(13.519)	(50.471)	(184.446)	(19.618)	-	(268.053)
Saldo final	-	891.858	632.998	611.014	47.155	-	2.183.024
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b>							
Saldo inicial (final de n-1)	-	784.326	470.764	453.384	46.706	-	1.755.179
Efeito fusão 01.jan.2012	-	65.421	189.826	283.033	17.602	-	555.883
Saldo final	-	891.858	632.998	611.014	47.155	-	2.183.024
<b>Valor líquido</b>	<b>265.637</b>	<b>1.122.556</b>	<b>7.499</b>	<b>153.901</b>	<b>6.744</b>	<b>879</b>	<b>1.557.216</b>

O valor de alienações de "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções" é referente à venda do imóvel de Lisboa.

O excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis é de 201.760 euros, conforme se discrimina no quadro:

Ativos fixos tangíveis revalorizados	31-12-2013				31-12-2012		
	Data da revalorização	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	1993	127.193	42.476	169.669	127.193	42.476	169.669
Edifícios e outras construções	1998	500.508	159.284	659.792	518.625	165.227	683.852
		<b>627.701</b>	<b>201.760</b>	<b>829.461</b>	<b>645.819</b>	<b>207.703</b>	<b>853.522</b>

Os valores indicados são líquidos de depreciações e englobam as sucessivas reavaliações, as quais foram efetuadas com base em diplomas legais (Decretos-Lei n.ºs 264/92 e 31/98).

No exercício de 2013, as depreciações do ativo “Edifícios e outras construções”, revalorizadas ao abrigo dos diplomas legais, totalizaram 24.060 euros sendo que deste montante 18.117 euros corresponde ao valor das depreciações incidentes sobre o seu custo histórico. O aumento anual das depreciações em resultado das revalorizações é, assim, de 5.943 euros dos quais 40% não são aceites como custo fiscal.

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 99.429 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 29).

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao software adquirido para suporte das atividades da empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativos intangíveis	31-12-2013		31-12-2012	
	Outros ativos fixos intangíveis	Total	Outros ativos fixos intangíveis	Total
	Com vida útil finita		Com vida útil finita	
	Programas de computador		Programas de computador	
<b>Ativo Bruto</b>				
Saldo inicial (final de n-1)	632.788	632.788	559.844	559.844
Efeito fusão 01.jan.2012	-	-	72.944	72.944
Adições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	632.788	632.788	632.788	632.788
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo inicial (final de n-1)	387.699	387.699	240.964	240.964
Efeito fusão 01.jan.2012	-	-	58.658	58.658
Depreciações do exercício	84.235	84.235	88.077	88.077
Saldo final	471.934	471.934	387.699	387.699
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b>	471.934	471.934	387.699	387.699
<b>Valor líquido</b>	<b>160.854</b>	<b>160.854</b>	<b>245.089</b>	<b>245.089</b>
<b>Vida útil estimada (em anos)</b>	3 a 6 anos		3 a 6 anos	

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 84.235 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 29).

## 7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

### 7.1. Participações financeiras (outros métodos)

No quadro seguinte é apresentada a variação da rubrica participações financeiras (outros métodos):

Participações financeiras (outros métodos)	31-dez-13			31-dez-12		
	Outros métodos			Outros métodos		
	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (UPs em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (UPs em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)
Valor bruto:						
Saldo inicial (final de n-1)	4.833.319	19.852.136	1.873.867	3.187.550	8.867.247	1.070.097
Efeito fusão 01.jan.2012	-	-	-	2.533.029	20.637.056	803.770
Aquisições	15.931	400.000	19.400			
Alienações	(828.334)			(216.190)		
Abates	(1.474.913)					
Transferências			50.000			
Outros Desinvestimentos (*)					(10.774.041)	
Revalorizações	(610.370)	(15.378)		(613.341)	(664.122)	
Outras variações	1.211.207			(57.730)	1.785.996	
Saldo final	3.146.838	20.236.757	1.943.267	4.833.319	19.852.136	1.873.867
Perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial (final de n-1)			1.440.428			107.010
Efeito fusão 01.jan.2012						304.266
Perdas por imparidade do exercício			25.757			1.099.813
Reversões de perdas por imparidade			(210.863)			(70.660)
Outras variações						
Saldo final			1.255.322			1.440.428
Ativo líquido	3.146.838	20.236.757	687.945	4.833.319	19.852.136	433.439
Total ativo líquido		24.071.541			25.118.893	

(\*) Entrega de UPs no âmbito da redução de capital da AICEP Capital Global

Os valores inscritos nas rubricas de alienações, abates, transferências e outros desinvestimentos correspondem ao custo de aquisição.

A rubrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações, abates e outros desinvestimentos.

As revalorizações, variações de justo valor, estão decompostas na nota 26.

Os investimentos e desinvestimentos em 2013 são como consta dos quadros seguintes:

Aquisições e transferências	Atividade	Direitos de voto adquiridos	Custo aquisição
<b>Partes de Capital</b>			
Somelos, SGPS, SA	Indústria Textil	0,6%	15.931
Fabricgate - SGPS, SA	Indústria Textil	6,9%	-
			15.931
<b>UPs em FCR</b>			
FCR Portugal Ventures ACTec	Fundo de capital de risco	9,8%	(**) 400.000
			400.000
<b>Prestações Acess/Suplementares</b>			
ME 3I, SGPS, SA	Serviços Financeiros	-	19.400
Fibersensing – Sist. Avançados Monitorização, SA	Indústria Eletrónica	-	(*) 50.000
			69.400
			485.331

(\*) Valor resultante da conversão de Suprimentos em Prestações Acess/Suplementares

(\*\*) UP's obtidas no âmbito da liquidação da Ciencinvest

Alfenações / Abates	Atividade	Direitos de voto desinvestidos	Custo aquisição
<b>Partes de Capital</b>			
Attica – Centro de Lazer, SA	Atividades de bem-estar físico	41,6%	249.600
Biocodex - Incubação de Emp. de Ciências da Vida, SA	Biotecnologia	1,8%	15.375
Bluepharma – Indústria Farmacêutica, SA	Indústria Farmacêutica	3,4%	437.520
Ciencinvest – Valorização Económica da Ciência, SA	Serviços	40,0%	600.000
Genetest – Prest. Serv. Testes Diagnost. Genético, SA	Biotecnologia	21,3%	85.000
Imunostar – Inv. Com. de Prod. Biotecnológico, SA	Biotecnologia	24,2%	36.275
Somelos, SGPS, SA	Indústria Textil	0,6%	285.438
Telgecom - Telecomunicações, Gestão e Comp., SA	Comunicações	0,2%	5.002
Virgol – Gestão do Sistema Planet, SA	Artes Gráficas	4,1%	399.038
Visualizar – Serviços Multimédia, SA	Tecnologias de Informação	48,7%	190.000
			<b>2.303.248</b>

Os principais indicadores relativamente às participações financeiras em associadas são os seguintes:

Participações Financeiras	Sede	% de tida a 31.12.2013	Ativo	Capital próprio	Resultado líquido	Exercício
<b>Associadas</b>						
Alfama Inc.	USA	0,5%	4.345.833	4.019.400	(2.410.186)	31-12-2008
Dicodoc – Dicionários Interactivos, Lda	Lisboa	49,0%	n.d.	45.121	(17.228)	31-12-2000
Edigma.Com - Gestão de Projectos Digitais, SA	Braga	9,7%	2.605.837	800.672	129.888	31-12-2012
Entersite, Gestão e Manut. Páginas na Internet, SA	Lisboa	8,1%	311.826	(184.907)	(247.407)	31-12-2000
Fabricgate - SGPS, SA	Guimarães	6,9%	49.601.791	14.189.761	14.415.611	31-12-2013
Fibersensing – Sist. Avançados Monolorização, SA	Porto	25,9%	3.203.558	819.572	(454.679)	31-12-2012
Hotel Rauchstrass 22, S.à.r.l.	Luxemburgo	26,5%	21.363.390	5.068.307	226.116	31-12-2012
Holltrade – Representações, Gestão e Serviços, SA	Porto	25,0%	2.332.589	(1.204.656)	(37.711)	31-12-2012
Hozar Portugal, SGPS, SA	Porto	6,8%	9.493.657	(25.785.008)	(20.185.207)	31-12-2012
Investar Comercial, SGPS, SA	Aveiro	7,5%				Processo de insolvência em curso
Micoplant- Micologia Aplicada, Lda	Porto	55,2%				Processo de insolvência em curso
Pestana Berlin S.à.r.l.	Luxemburgo	26,5%	3.102.608	24.491	(181.707)	31-12-2012
Webtax – Gestão de Sistemas de Informação, SA	Lisboa	33,3%	n.d.	(74.489)	(122.468)	31-12-2001
FCR Portugal Ventures ACTec	Porto	22,0%	3.836.039	1.947.681	443.933	31-12-2012
FCR Portugal Ventures Finicia	Porto	30,0%	1.785.412	1.713.185	18.268	31-12-2012
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	Porto	50,0%	2.459.372	2.263.292	628.848	31-12-2012
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	34,9%	2.141.213	2.133.281	61.671	31-12-2012
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	37,5%	1.032.063	1.023.377	(50.668)	31-12-2012
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Lisboa	30,0%	5.971.259	5.941.419	(188.963)	31-12-2012

## 7.2. Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	31-12-2013	31-12-2012
	Custo (Suprimentos)	
Valor bruto:		
Saldo inicial (final de n-1)	4.356.378	4.389.734
Aquisições	14.550	
Alienações/Reembolsos	(183.790)	(33.356)
Abates	(735.105)	
Transferências	(50.000)	
Outras variações		
Saldo final	3.402.034	4.356.378
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial (final de n-1)	3.270.191	1.402.698
Perdas por imparidade do exercício	279.235	2.044.587
Reversões de perdas por imparidade	(258.948)	(177.095)
Outras variações	(918.895)	
Saldo final	2.371.583	3.270.191
Ativo líquido	1.030.450	1.086.187

Os valores inscritos nas rubricas alienações/reembolsos e abates correspondem ao custo de aquisição.

A rubrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações/reembolsos e abates.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Ventures efetuou avaliações internas para apuramento da avaliação do património.

A Comissão do Mercado de Valores de Mobiliários (CMVM), no intuito de uniformizar os critérios de avaliação das participações de capital de risco veio, através do seu Regulamento nº 1/2006 alterado pelo Regulamento nº 1/2008, limitar a definição das metodologias e dos critérios de avaliação dos ativos de capital de risco, bem como definir a periodicidade mínima semestral da avaliação e da prestação da informação documental à mesma entidade reguladora.

No âmbito do estabelecido no Regulamento da CMVM nº 12/2005 – Contabilidade das sociedades e dos fundos de capital de risco – a referida avaliação dos ativos será um reconhecimento patrimonial dos ativos com as inerentes repercussões ao nível contabilístico.

### 7.3. Informações exigidas pelo Regulamento da CMVM n.º 12/2005 - Composição Discriminada da Carteira de Capital de Risco

#### I – Discriminação das Participações sociais em capital de risco

Designação	Critério Valorimétrico	Valor de aquisição (€)	Valor em carteira (€)	% no capital da participada	Tempo de titularidade das participações	% no ativo da carteira da SCR
<b>Participações Sociais</b>						
Abrigada, SA	Justo Valor	341		6,1	20,03	0,00
Alfama, Inc	Justo Valor	143.933		0,6	4,42	0,39
Allitude Software, BV	Justo Valor	1.600.000		1,0	12,89	4,09
Dicodoc, Dicionários Interactivos, Lda	Justo Valor	30.551		49,0	13,62	0,08
Entersite, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	Justo Valor	8.075		8,1	13,56	0,02
Fabrigate - SGPS, SA	Justo Valor	0		6,9	0,88	-
Faianças Subtili, SA	Justo Valor	561.133		0,0	19,07	1,53
Inveslar Comercial, SGPS, SA	Justo Valor	2.000.012		7,5	5,99	5,45
ME 3I, SGPS, SA	Justo Valor	67.900		19,4	1,18	0,19
NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA	Justo Valor	131.069		11,6	18,47	0,36
Webtax - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Justo Valor	16.668		33,3	12,87	0,05
Arc Atlantic Development	Justo Valor	5.349		n.a.	n.a.	0,01
<b>Participações Sociais com acordo de venda a prazo</b>						
Edigma.Com - Gestão de Projectos Digitais, SA	Justo Valor	500.320		9,7	5,64	1,36
Fibersensing - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Justo Valor	694.479		25,9	9,70	1,89
Hotel Rauchstrass 22, S.à.r.l.	Justo Valor	1.722.500		26,5	3,63	4,69
Holtrade- Representações, Gestão e Serviços, SA	Justo Valor	25.000		25,0	7,71	0,07
Hozar, SGPS, SA	Justo Valor	590.840		6,8	12,79	1,58
Micoplant - Micologia Aplicada, Lda	Justo Valor	160.000		55,2	7,25	0,44
Pestana Berlin S.à.r.l.	Justo Valor	265.000		26,5	3,63	0,72
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, SA	Justo Valor	196.230		19,6	10,68	0,53
Somelos SGPS, SA	Justo Valor	15.931		0,8	0,88	0,04
Somelos Tecidos, SA	Justo Valor	169.834		0,5	8,49	0,46
<b>Prestações Suplementares, Prestações Acessórias e Suprimentos</b>						
<b>Prestações Suplementares/Acessórias de Capital</b>						
Fibersensing - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Justo Valor	1.120.097		-	6,49	3,05
ME 3I, SGPS, SA	Justo Valor	19.400		-	0,92	0,05
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, SA	Justo Valor	803.770		-	10,68	2,19
<b>Suprimentos</b>						
Entersite, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	Justo Valor	165.237		-	13,56	0,45
Fibersensing - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Justo Valor	304.189		-	4,85	0,83
Holtrade- Representações, Gestão e Serviços, SA	Justo Valor	975.000		-	7,71	2,66
ME 3I, SGPS, SA	Justo Valor	14.550		-	0,41	0,04
Somelos Tecidos, SA	Justo Valor	1.788.358		-	8,49	4,87
Webtax - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Justo Valor	154.699		-	12,87	0,42
<b>Unidades de Participação em FCR</b>						
FCR Portugal Ventures ACTec	NAV / Justo Valor	800.000		22,0	4,36	2,45
FCR Portugal Ventures Global 2	NAV / Justo Valor	847.956		1,5	14,60	2,31
FCR Portugal Ventures GPI	NAV / Justo Valor	5.877.278		9,0	8,81	16,02
FCR Portugal Ventures Finicia	NAV / Justo Valor	1.200.000		30,0	6,67	3,27
FCR Portugal Ventures FIAEA	NAV / Justo Valor	100.000		9,1	2,97	0,27
FCR Portugal Ventures Internacionalização	NAV / Justo Valor	6.000.000		30,0	2,71	16,35
FCR Portugal Ventures Industrias Criativas	NAV / Justo Valor	3.000.000		50,0	2,34	8,18
FCR Portugal Ventures Early Stage	NAV / Justo Valor	2.500.000		34,9	2,28	6,81
FCR Portugal Ventures Universitas	NAV / Justo Valor	625.000		12,5	2,01	1,70
FCR Portugal Ventures Blocant	NAV / Justo Valor	1.500.000		37,5	2,01	4,09
<b>Total no Exercício</b>		<b>36.690.499</b>	<b>25.101.991</b>			
<b>Total no Ano anterior</b>		<b>39.462.761</b>	<b>26.205.080</b>			

\* - Agrupamento europeu económico de interesse comunitário. O capital social é variável.

## II – Operações a prazo sobre participações sociais em capital de risco

Relativamente à carteira de participações financeiras da Portugal Ventures existem dez empresas com as quais foram celebrados acordos parassociais onde está prevista a venda a prazo das referidas participações, no período que decorre até 31 de dezembro de 2018.

### Garantias prestadas e recebidas pelas SCR

Entidade Beneficiária	Entidade garante	Montante nominal da garantia
<b>Garantias Prestadas</b>		
Administração Fiscal	BIC	151.760
<b>Garantias recebidas</b>		
Portugal Ventures, SA	Penhor de ações	2.678.697

A garantia prestada a favor da Administração Fiscal no valor de 151.760 euros refere-se a um processo fiscal que decorre com um antigo representante da Portugal Ventures, nomeado para a representar no Conselho de Administração de uma sua participada. De acordo com a opinião dos nossos advogados não é expectável que tal garantia venha a ser acionada, porém, se tal se verificar a Portugal Ventures será reembolsada pelo aludido representante de acordo com compromisso assumido.

### 7.4. Informação complementar – Fundos geridos pela sociedade

A Portugal Ventures para além da sua qualidade de Sociedade gestora participa no capital social de dez Fundos, detendo em cada um as seguintes unidades de participação:

Fundos geridos pela sociedade	2013
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	22
FCR Portugal Capital Ventures Finicia	120
FCR Portugal Capital Ventures ACTec	90
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	10
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	30
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	5.000
FCR Portugal Capital Ventures Universitas	125
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	30
FCR Portugal Capital Ventures GPI	236
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	6.000
	<b>11.663</b>

## 8. LOCAÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Ventures detinha as seguintes locações operacionais:

Locações Operacionais	Prazo de locação		31-12-2013		31-12-2012	
	Início	Fim	Pagamento mínimo das locações	Total	Pagamento mínimo das locações	Total
Equipamento de transporte	08-02-2008	07-02-2012	-	-	383	383
Equipamento de transporte	25-08-2008	24-08-2012	-	-	4.694	4.694
Equipamento de transporte	03-08-2009	02-08-2013	5.780	5.780	9.801	9.801
Equipamento de transporte	17-09-2010	16-03-2015	6.465	6.465	6.465	6.465
			<b>12.245</b>	<b>12.245</b>	<b>21.343</b>	<b>21.343</b>

As locações operacionais cujo contrato terminou durante o ano foram entregues ao locador.

## 9. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Clientes	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes, conta corrente	989.330	6.234	983.096	3.226.814	496.778	2.730.035
Clientes de cobrança duvidosa	1.335.622	1.278.399	57.223	749.688	691.557	58.131
<b>Total</b>	<b>2.324.952</b>	<b>1.284.633</b>	<b>1.040.319</b>	<b>3.976.501</b>	<b>1.188.335</b>	<b>2.788.166</b>

O valor inscrito em clientes respeita a prestação de serviços de consultadoria no acompanhamento da atividade de participadas da Sociedade e/ou dos Fundos que gere, bem como às comissões de gestão e/ou de montagem faturadas aos Fundos geridos pela Sociedade.

### Imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas no valor de 96.298 euros, conforme mapa que segue:

Variação das Imparidades de Clientes		
	31-12-2013	31-12-2012
Saldo inicial	1.188.335	721.430
Dotações	283.600	507.925
Reversões/Utilizações	(187.302)	(41.019)
Imparidades acumuladas	<b>1.284.633</b>	<b>1.188.335</b>

As perdas por imparidade para clientes foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

## 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	537	537
<b>Total</b>	<b>537</b>	<b>537</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	75.966	326.049
Retenção de imposto sobre o rendimento	47.111	32.396
Imposto sobre o valor acrescentado	10.797	19.452
Contribuições para a Segurança Social	47.183	41.315
Tributos das autarquias locais	957	369
<b>Total</b>	<b>182.014</b>	<b>419.581</b>

Os valores constantes do passivo respeitam essencialmente a movimentos registados no mês de dezembro de 2013, sendo exceção o valor inscrito na rubrica do imposto sobre o valor acrescentado que, de acordo com os prazos estabelecidos no respetivo código, inclui também o valor do IVA a entregar ao Estado relativo ao imposto apurado no mês de novembro.

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas tem a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
- Imposto sobre o rendimento	1.061.972	1.388.952
- Pagamentos por conta	(765.207)	(692.856)
- Retenções na fonte	(220.798)	(370.048)
	<b>75.966</b>	<b>326.049</b>

À data de 31 de dezembro de 2013 não existiam dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

## 11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

Outras contas a receber - correntes	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal	145	-	145	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.714.859	34.977	1.679.882	247.774	20.589	227.185
Participadas	544.994	492.197	52.796	548.349	489.928	58.422
Devedores Diversos	1.417.351	1.056.414	360.937	1.449.551	894.578	554.973
Fornecedores Gerais	-	-	-	84	-	84
Credores Diversos	-	-	-	6.000	-	6.000
<b>Total</b>	<b>3.677.348</b>	<b>1.583.588</b>	<b>2.093.760</b>	<b>2.251.758</b>	<b>1.405.095</b>	<b>846.664</b>

O valor inscrito na rubrica de devedores por acréscimo de rendimentos respeita essencialmente a comissões de gestão, 1.299.069 euros e juros a receber, 411.687 euros. Deste montante, a parcela de 332.257 euros é referente a juros de depósitos a prazo.

Os valores a receber de participadas respeitam, grosso modo, a juros de empréstimos (suprimentos e mútuos) concedidos às participadas.

A rubrica de devedores diversos respeita essencialmente a alienações com pagamento diferido de participações de capital de risco e cedência de créditos.

As perdas por imparidade para dívidas a receber foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

## 12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 a sociedade tem registado na rubrica diferimentos os seguintes saldos:

Diferimentos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Diferimentos - Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	33.379	32.189
<b>Total</b>	<b>33.379</b>	<b>32.189</b>
<b>Diferimentos - Passivo</b>		
Rendimentos diferidos	2.935	2.794
<b>Total</b>	<b>2.935</b>	<b>2.794</b>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos, nomeadamente a renda das instalações de Lisboa e a licença informática.

## 13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A discriminação desta rubrica, a 31 de dezembro de 2013, encontra-se devidamente explicitada na 'Nota 4' do presente anexo.

## 14. CAPITAL SOCIAL

À data de 31 de dezembro de 2013, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 8.082.530 ações de valor nominal unitário de 5 euros.

O capital social da Portugal Ventures apresenta a seguinte repartição acionista:

Acionista	Valor Nominal	%
IAPMEI -Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	17.192.995 €	42,54
AICEP, E.P.E.	7.843.240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4.174.810 €	10,33
Turismo Portugal, I.P.	3.080.575 €	7,62
Banco Comercial Português, S.A.	2.534.930 €	6,27
Banco BPI, S.A.	2.503.205 €	6,19
Banco Espírito Santo, S.A.	1.527.595 €	3,78
Banco Santander Totta, S.A.	1.009.935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	504.965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.	12.625 €	0,03
Citibank International PLC, Sucursal em Portugal	12.625 €	0,03
Banco Efisa, S.A.	5.050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5.050 €	0,01
Banco BIC, S.A.	5.050 €	0,01
<b>Total</b>	<b>40.412.650 €</b>	<b>100,00</b>

Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Portugal Ventures não possuem, nem nunca possuíram, qualquer ação representativa do capital social da Sociedade.

## 15. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

Reservas / Resultados Transitados	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados
Quantia em 01-01-2012	653.259	37.573	1.665.217
Aplicação de 5% do resultado do exercício	76.506		
Resultados Transitados			1.453.612
Excedentes de revalorização realizadas			3.482
Projeto de Fusão		1.430.594	
Quantia em 31-12-2012	729.765	1.468.167	3.122.310
Resultados Transitados			(2.044.862)
Excedentes de revalorização realizadas			3.482
Quantia em 31-12-2013	729.765	1.468.167	1.080.930

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Portugal Ventures, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, caso esgotadas as outras reservas, ou poderá ser incorporada no capital.

## 16. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, ocorreram os seguintes movimentos:

Excedentes de revalorização	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis		Excedente de revalorização total
	Terrenos	Edifícios	
Quantia em 01-01-2012	28.996	101.729	130.725
Amortizações e imparidades		(4.112)	(4.112)
Outros movimentos		630	630
Quantia em 01-01-2013	28.996	98.248	127.244
Amortizações e imparidades		(4.112)	(4.112)
Outros movimentos		1.904	1.904
Quantia em 31-12-2013	<b>28.996</b>	<b>96.040</b>	<b>125.036</b>

O valor inscrito na rubrica amortizações e imparidades respeita à realização da reserva no exercício pela via das depreciações dos bens revalorizados ao abrigo do Decreto-Lei 31/98, correspondendo o valor inscrito na rubrica outros movimentos à quantia do imposto diferido passivo gasto no exercício relativamente à percentagem (40%) do aumento das depreciações não aceite como gasto fiscal.

Existem restrições na distribuição aos acionistas dos excedentes de revalorização, dado que de acordo com o Código da Sociedades Comerciais os mesmos não podem ter as aplicações permitidas por lei enquanto não realizados.

## 17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores c/c		
Gerais	126.837	100.388
Empresa-mãe	-	-
Empresas associadas	2.765	8.492
<b>Total</b>	<b>129.602</b>	<b>108.880</b>

O valor inscrito na rubrica de fornecedores gerais respeita essencialmente a FSE, os quais são regularizados nos prazos de vencimento contratados.

## 18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de outras contas a pagar, é conforme segue:

Outras Contas a Pagar	31-12-2013	31-12-2012
<b>Passivo não corrente</b>		
Credores Diversos	512.702	512.702
<b>Total</b>	<b>512.702</b>	<b>512.702</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Pessoal	2.489	2.041
Fornecedores de investimentos	-	895
Credores por acréscimos de gastos	355.293	327.483
Credores por subscrição não liberadas	8.002.525	9.827.525
Credores diversos	34.396	45.353
<b>Total</b>	<b>8.394.703</b>	<b>10.203.297</b>

A rubrica de credores por acréscimos de gastos inclui o gasto do exercício inerente a gastos com o pessoal – férias, subsídios de férias e respetivos encargos para a Segurança Social, que se vencem em 01 de janeiro de 2014 - e cujo montante totaliza 260.258 euros.

A rubrica de credores por subscrições não liberadas corresponde principalmente a capital subscrito e não realizado em 6 Fundos que a Sociedade participa e gere (Notas 1 e 7).

A rubrica passivos não correntes em 31 de dezembro de 2013 reflete essencialmente credores diversos e os contratos de financiamento e refinanciamento abaixo identificados, sendo que no valor do balanço se encontra refletida a imputação da soma algébrica de mais e menos-valias potenciais atinentes às operações co-financiadas/refinanciadas, como se explicita:

**SINFEPEDIP (IAPMEI)** - A Sociedade firmou em 22 de abril de 1996 com o IAPMEI, um contrato destinado a ser aplicado na proporção de 50% do investimento realizado na aquisição de participações em empresas com projetos apoiados no âmbito do PEDIP II, ou de outras iniciativas que concorram para os objetivos da política industrial. O montante deste financiamento só se veio a concretizar em 50%, 3,741 milhões de euros, valor que foi totalmente aplicado em investimentos em participações de capital de risco.

Os reembolsos são efetuados à medida que a Sociedade procede ao desinvestimento de participações adquiridas com o referido financiamento, sendo as mais ou menos valias concretizadas imputadas na proporção prevista na respetiva regulamentação.

Nos casos em que o valor de alienação dos desinvestimentos ocorre com pagamento diferido, a quota-parte que cabe ao IAPMEI é reembolsada na medida dos respetivos recebimentos.

**FSCR PME – IAPMEI** – A sociedade firmou dois contratos de refinanciamento reembolsáveis no montante global de 97.647 euros, celebrados em 12 de março de 2008 ao abrigo do “PROGRAMA FINICIA” com o Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI (“FSCR PME-IAPMEI”), cuja entidade gestora é a Sociedade “PME Investimentos – Sociedade de Investimento, SA”, sendo que em 2009 se concretizou o desinvestimento de uma operação relativa a um destes contratos.

Em tais contratos a Portugal Ventures agiu por si e em representação de dois dos Fundos de Capital de Risco que gere, dado que as operações objeto do refinanciamento são operações comuns à Sociedade e aos Fundos.

O FSCR PME-IAPMEI intervém no Programa FINICIA partilhando o risco das operações realizadas ao abrigo deste programa com as Entidades Especializadas de Capital de Risco (“CR”) que adiram ao mesmo programa. A referida intervenção consiste, nomeadamente:

- No refinanciamento das CR, pela via de financiamento às mesmas; e
- Na partilha com as CR do capital por elas investido e da respetiva remuneração, através da repartição proporcional das mais-valias/menos-valias resultantes das operações efetuadas no âmbito do Programa FINICIA.

O reembolso de cada refinanciamento será efetuado aquando da concretização do desinvestimento da operação.

Assim, o valor em 31 de dezembro de 2013 dos citados contratos é como segue:

Outros passivos não correntes	SINFEPEDIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Valor de balanço	
	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2012
Saldo inicial	1.207.552	1.207.552	25.800	41.790	1.233.352	1.249.342
Reembolso	-	-	-	(15.990)	-	(15.990)
Desinvestimento – quota-parte menos valias	(199.519)	-	-	-	(199.519)	0
Imputação de mais e menos-valias potenciais	1.008.033	1.207.552	25.800	25.800	1.033.833	1.233.352
Passivo líquido	(1.008.033)	(1.207.552)	-	-	(1.008.033)	(1.207.552)
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25.800</b>	<b>25.800</b>	<b>25.800</b>	<b>25.800</b>

A variação no exercício da imputação das mais e menos-valias potenciais é como segue:

Variação da partilha de risco potencial	SINFEPEDIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Total geral	
	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2012
Saldo inicial	(1.207.552)	(1.207.716)	0	41.741	(1.207.552)	(1.165.976)
Utilização	199.519	-	-	-	199.519	0
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza negativa e/ou reversão dos de natureza positiva	-	-	-	(41.741)	-	(41.741)
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza positiva e/ou reversão dos de natureza negativa	-	165	-	-	-	165
Saldo final	(1.008.033)	(1.207.552)	0	0	(1.008.033)	(1.207.552)

## 19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Dadas as características da sua atividade a Sociedade não efetua vendas. As prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados		31-12-2013	31-12-2012
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO</b>			
<b>Prestações de Serviços</b>			
Mercado Interno			
Comissões Gestão dos FCRs	i)	5.965.318	6.583.292
Prestação de serviços - outros	ii)	427.629	660.493
Mercado Externo			
Prestação de serviços - outros		18.151	10.655
<b>Total</b>		<b>6.411.098</b>	<b>7.254.440</b>

Os serviços prestados têm o seguinte detalhe:

- i) As comissões de gestão sobre os Fundos sob gestão constituem a forma de remuneração da entidade gestora pelo exercício das respetivas funções. Conforme o disposto nos Regulamentos de Gestão dos Fundos geridos pela Portugal Ventures deve ser paga à entidade gestora uma comissão de gestão com referência ao último dia útil, a suportar pelo respetivo Fundo.

Estas comissões são calculadas em base trimestral sendo exceção as relativas aos FCR Portugal Ventures Inter-Regional, FCR Portugal Ventures ACTec, e o FCR Portugal Ventures GPI que são calculadas em base semestral e a do FCR Portugal Ventures FIAEA, calculada em base anual;

- ii) Esta rubrica refere-se a serviços prestados a sociedades participadas diretamente pela Portugal Ventures ou pelos Fundos sob gestão.

Adicionalmente, os Regulamentos preveem, em alguns casos, a possibilidade de ser atribuída, no final do exercício, uma percentagem sobre o saldo positivo acumulado das mais-valias líquidas realizadas por cada um dos Fundos na alienação das suas investimentos financeiros.

O detalhe das comissões de gestão por Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Comissões de gestão por Fundo	2013	2012
FCR Portugal Capital Ventures	106.000	101.029
FCR Portugal Capital Ventures Valor	375.380	574.994
FCR Portugal Capital Ventures Global	332.446	443.262
FCR Portugal Capital Ventures Inter-Regional	27.101	31.218
FCR Portugal Capital Ventures Finicia	115.202	114.686
FCR Portugal Capital Ventures Energias	117.205	166.605
FCR Portugal Capital Ventures ACTec	41.000	41.000
FCR Portugal Capital Ventures 2	322.473	429.964
FCR Portugal Capital Ventures Valor 2	1.233.129	1.233.129
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	519.680	504.789
FCR Portugal Capital Ventures TIEC	49.568	66.091
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	30.000	30.000
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	66.946	33.000
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	29.841	37.565
FCR Portugal Capital Ventures ACTEC II	41.204	45.373
FCR Portugal Capital Ventures Universitas	23.661	29.884
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	25.181	24.678
FCR Portugal Capital Ventures II	-	128.253
FCR Portugal Capital Ventures III	-	56.669
FCR Portugal Capital Ventures GPI	1.163.497	1.073.643
FCR Portugal Capital Ventures FIEP	250.000	250.000
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	98.943	113.250
FCR Portugal Capital Ventures Turismo	738.384	752.091
FCR Dinamização Turística	242.896	258.539
Turismo Inovação – FCR	13.583	43.583
	<b>5.965.318</b>	<b>6.583.292</b>

## 20. GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A rubrica de ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos que não os relacionados com o justo valor são assim decompostos:

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31-12-2013	31-12-2012
Alienações, cedências, abates	72.443	26
Dividendos	134.622	84.138
<b>Total</b>	<b>207.064</b>	<b>84.165</b>

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos apresentam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2013	31-12-2012
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	i)	611.427	585.062
Publicidade e propaganda		80.794	54.604
Vigilância e segurança		4.141	8.953
Honorários	ii)	102.559	224.088
Conservação e reparação		41.352	48.146
Materiais			
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		899	1.492
Livros e documentação técnica		3.106	2.772
Material de escritório		10.652	18.609
Artigos para oferta		251	417
Energia e fluidos			
Electricidade		21.807	25.306
Combustíveis		45.466	55.183
Água		1.257	1.592
Outros		-	46
Deslocações, estadas e transportes			
Deslocações e estadas	iii)	105.449	85.659
Transportes de pessoal		-	807
Outros		852	4.569
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	iv)	133.174	115.300
Comunicação		44.682	50.916
Seguros		13.848	23.571
Contencioso e notariado		7.867	9.715
Despesas de representação		37.315	14.013
Limpeza, higiene e conforto		38.031	39.036
Outros serviços		15.833	19.299
<b>Total</b>		<b>1.320.763</b>	<b>1.389.155</b>

- i) Trabalhos especializados: inclui o gasto suportado com o trabalho realizado pelos Auditores, Revisor Oficial de Contas, consultadoria jurídica, fiscal e informática e outros serviços de consultadoria solicitados ao longo do ano.
- ii) Honorários: os principais valores referem-se aos honorários dos representantes em Conselhos de Administração de sociedades participadas.
- iii) Deslocações, estadas e transportes: inclui os gastos com as deslocações dos colaboradores ao serviço da empresa, em Portugal e no estrangeiro. Em 2013, intensificaram-se as ações desenvolvidas no estrangeiro, com principal enfoque nos EUA.
- iv) Rendas e Alugueres: refere-se essencialmente às rendas dos escritórios de Lisboa e respetivos estacionamento.

## 22. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2013, foram como segue:

Gastos com o pessoal	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos órgãos sociais	236.906	327.325
Remunerações do pessoal	1.507.595	1.340.638
Indemnizações	60.477	294.605
Encargos sobre remunerações	389.702	344.761
Seguros - Acidentes de trabalho	8.015	9.753
Gastos de ação social	2.117	173
Outros	110.767	151.703
<b>Total</b>	<b>2.315.579</b>	<b>2.468.958</b>

Os gastos com o pessoal refletem a redução remuneratória das remunerações, dos membros dos órgãos sociais e colaboradores, em conformidade com o disposto no artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como a manutenção da redução de 5% das remunerações base dos Administradores pela aplicação do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Em 2013 houve lugar ao pagamento e registo como gasto do exercício do subsídio de natal de 2013, nos termos do artigo 28º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e do subsídio de férias de 2012, em conformidade com o artigo 2º da Lei 39/2013, de 21 de junho. Reconheceram-se também os gastos com o subsídio de férias de 2013 que se vence em 1 janeiro de 2013 (Nota 18).

O número de colaboradores à data de 31 de dezembro de 2013 da Portugal Ventures era 38, sendo 3 administradores e 35 colaboradores.

No exercício de 2013, celebraram-se contratos com 2 estagiários ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do IEF – Instituto do Emprego e Formação Profissional, com duração de 1 ano.

### 23. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica registou os seguintes movimentos:

Imparidade de dividas a receber (gastos/reversões)	31-12-2013		31-12-2012	
	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber
Clientes	(283.600)	27.353	(507.925)	31.413
Outras contas a receber				
De Outros Devedores - Participadas	(25.033)	648	(324.009)	168
De Outros Devedores	(167.564)	5.727	(92.335)	189
<b>Total</b>	<b>(476.197)</b>	<b>33.728</b>	<b>(924.268)</b>	<b>31.770</b>

### 24. PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica não teve movimento. Em 2012, o movimento efetuado foi a anulação da provisão referente a um processo fiscal.

### 25. IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS

As perdas por imparidade e reversões de investimentos não depreciáveis / amortizáveis registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram:

Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	31-12-2013	31-12-2012
Investimentos financeiros (registados ao custo)		
Perdas		
Prestações suplementares	(25.757)	(1.099.813)
Suprimentos	(279.235)	(2.044.587)
Reversões		
Prestações suplementares	210.863	70.660
Suprimentos	258.948	177.095
<b>Total</b>	<b>164.819</b>	<b>(2.896.645)</b>

### 26. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Os aumentos e reduções de justo valor são assim decompostos:

Aumentos / reduções de justo valor	31-12-2013	31-12-2012
<b>Ajustamentos Positivos</b>		
Participações Financeiras		
Partes de capital	664.384	979.467
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	469.194	609.142
	1.133.578	1.588.610
<b>Ajustamentos Negativos</b>		
Participações Financeiras		
Partes de capital	1.274.754	1.592.809
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	484.573	1.273.264
	1.759.327	2.866.073
<b>Total</b>	<b>(625.749)</b>	<b>(1.277.463)</b>

## 27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é decomposta do seguinte modo:

Outros rendimentos e ganhos operacionais		31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos suplementares			
Desempenho cargos sociais noutras empresas		30.563	52.195
Outros rendimentos suplementares	i)	6.151	29.891
Recuperação de dívidas a receber		18.666	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros			
Diferenças de câmbio favoráveis		0	3
Alienações	ii)	9	52.751
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações		4.244	5.715
Restituição de impostos		-	816
Outros			
Excesso da estimativa para impostos		203.586	-
Pessoal	iii)	-	48.978
Outros		3.339	23.392
<b>Total</b>		<b>266.559</b>	<b>213.743</b>

- i) Outros Rendimentos suplementares: evidencia os valores faturados relativos a recuperação de gastos.
- ii) Alienações: refere-se à alienação de uma participada.
- iii) Pessoal: em 2012, reflete a anulação dos subsídios de férias de uma das sociedades incorporadas por fusão.

## 28. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

Outros gastos e perdas operacionais		31-12-2013	31-12-2012
Impostos		11.615	57.930
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	i)	73.789	157.035
Correcções relativas a períodos anteriores		-	1.326
Quotizações		10.583	15.652
Insuficiência da estimativa para impostos		-	13.814
Outros			
Partilha de Risco - Imputação		-	186
Perdas na cedência de "O. créditos"		1.505	86.246
Outros		11.499	61.993
<b>Total</b>		<b>108.991</b>	<b>394.183</b>

- i) Gastos e perdas em investimentos não financeiros: o valor é referente à alienação de Ativos Fixos Tangíveis - "Edifícios e outras construções" e "Terrenos e recursos naturais" (Nota 5).

## 29. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

O detalhe desta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, é como se segue:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2013	31-12-2012
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	48.519	55.629
Equipamento de transporte	7.500	22.878
Equipamento administrativo	41.951	59.043
Outros ativos fixos tangíveis	1.459	2.465
	99.429	140.015
<b>Ativos intangíveis</b>		
Com vida útil finita	84.235	88.077
	84.235	88.077
<b>Total</b>	<b>183.664</b>	<b>228.092</b>

## 30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares obtidos do exercício findo a 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Juros obtidos</b>		
Depósitos em instituições de crédito	890.928	1.144.379
Financiamentos concedidos a associadas	16.804	30.390
Outros financiamentos concedidos	19.384	109.728
<b>Dividendos obtidos</b>		
Outras empresas	11.035	5.163
<b>Total</b>	<b>938.151</b>	<b>1.289.661</b>

## 31. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Impostos sobre o rendimento (DR)	31-12-2013	31-12-2012
<b>Imposto corrente e ajustamentos:</b>		
Imposto corrente do exercício	1.061.972	1.388.952
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	72.899	(630)
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>1.134.871</b>	<b>1.388.322</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), à revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais.

Assim, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2010 a 2013, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a inspeções das Autoridades Fiscais. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012, são reportáveis durante um período de 5 anos (6 anos para os incorridos até 2009 e 4 anos para 2010 e 2011) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, mas a sua utilização encontra-se limitada a 75% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2013 tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Resultado antes de imposto	2.991.426	(656.540)
	2.991.426	(656.540)
Valores a acrescentar à matéria coletável	2.783.206	7.059.268
Valores a deduzir à matéria coletável	(2.001.411)	(1.662.484)
Matéria coletável	3.773.221	4.740.244
Taxa nominal de imposto	25,0%	25,0%
Coleta	943.305	1.185.061
Dedução à coleta	34.706	-
Derrama	56.598	71.104
Derrama Estadual	68.197	97.207
Tributação autónoma	28.577	34.950
Imposto Corrente	1.061.972	1.388.322
Imposto s/ rendimento diferido	72.899	-
Imposto s/ rendimento	1.134.871	1.388.322
Taxa efetiva de imposto	37,9%	-211,5%

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como o segue:

Ativos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2012		194.077		194.077
Imposto s/rendimento			4.797	4.797
Saldo em 01-01-2013		194.077	4.797	198.874
Imposto s/rendimento		40.553		40.553
Saldo em 31-12-2013		234.630	4.797	239.427
Passivos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2012	18.135		235.718	253.853
Imposto s/rendimento	(630)			(630)
Saldo em 01-01-2013	17.505		235.718	253.223
Imposto s/rendimento	(1.904)		114.082	112.179
Saldo em 31-12-2013	15.602		349.800	365.402
Impostos diferidos líquidos a 2013	(15.602)	234.630	(345.003)	(125.975)

## 32. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

### 32.1. Remunerações do Conselho de Administração

As remunerações do pessoal chave da gestão da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2013 foram as seguintes:

Remuneração	31-12-2013	31-12-2012
Remuneração total	236.906	302.427
	<b>236.906</b>	<b>302.427</b>

Estas remunerações correspondem ao valor dos respetivos gastos reconhecidos no exercício dos membros do Conselho de Administração.

### 32.2 Transações realizadas e saldos resultantes de transações

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas durante o ano de 2013 e de 2012:

Partes relacionadas - transações	31-12-2013		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	-	-	(1.682)
Serviços prestados	-	5.965.318	36.820
Juros obtidos	-	-	8.065
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	1.705	9.247	-
	1.705	5.974.566	43.203

Partes relacionadas - transações	31-12-2012		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	(76.817)	-	(13.509)
Vendas de bens	5.005	-	-
Serviços prestados	-	6.583.292	53.371
Juros obtidos	-	-	14.754
Redução de Capital	(19.785.996)	-	-
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	6.972	3.614	85
	(19.850.836)	6.586.906	54.701

Os serviços prestados aos Fundos geridos pela Sociedade correspondem aos valores das comissões de gestão dos 25 Fundos (Nota 19).

No final do exercício de 2013, os saldos com partes relacionadas decompõem-se da seguinte forma:

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2013		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	-	763.636	694.185
Ajustam. dívidas	-	-	590.801
Contas a receber líquidas	-	763.636	103.384
Contas a pagar correntes	(593)	(7.964.277)	(42.791)
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(593)	(7.964.277)	(42.791)

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2012		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	2.486	2.423.373	678.784
Ajustam. Dívidas	-	-	578.099
Contas a receber líquidas	2.486	2.423.373	100.685
Contas a pagar correntes	(3.747)	(9.787.500)	(48.517)
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(3.747)	(9.787.500)	(48.517)

O valor inscrito na rubrica de contas a receber correntes relativo aos Fundos respeita essencialmente aos valores em dívida das comissões de gestão (Nota 9).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

No exercício de 2013, não foram registados gastos com ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com saldos pendentes relativos a entidade relacionadas.

A Sociedade não prestou garantias a terceiros por responsabilidades assumidas por partes relacionadas.

Não existem garantias prestadas por partes relacionadas a terceiros por responsabilidades assumidas pela Sociedade.

### 33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Portugal Ventures confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, mais informa, não ser devedor de qualquer dívida vencida perante o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas é de 12.285 euros (bruta de 13.650 e redução (Lei OE) de 1.365). No ano de 2013, foi pago o valor da remuneração ao Revisor Oficial de Contas relativa ao período de 2012 (bruta de 6.825 euros e redução (Lei OE) de 682,50 euros). Estes valores são sujeitos a IVA à taxa normal.

Nos termos do nº 2 do artigo 6º da Lei 49/2013, de 16 de julho – CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento – a sociedade teve um benefício fiscal de 755,96.

### 34. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram emitidas em 20 de março de 2014.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2013 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2013.

Porto, 20 de março de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa M. S. da Silva

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca

Vice - Presidente

Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes

Vogal

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes

## PARTE IV - Relatórios, Certificações e Pareceres

Certificação Legal de Contas.....	105
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas.....	107
Relatório dos Auditores Externos.....	109
Parecer do Conselho Geral e de Supervisão.....	111

**ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS**

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53  
Registada na CMM com o n.º 1975*

*Contribuinte n.º 502 138 394*

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da "Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de 55.261.097 euros e um total de capital próprio de 45.673.102, incluindo um resultado líquido de 1.856.555 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Escritório: Rua do Campo Alegre, 606 – 2º Salas 201-203 - 4150-171 Porto Telef.(s): 226 003 808 / 226 064 026 Fax: 226 092 747  
Email: amagalhaessroc@sapo.pt www.amcs-sroc.pt

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53  
Registada na CMVM com o n.º 1976*

*Contribuinte n.º 502 138 394*

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

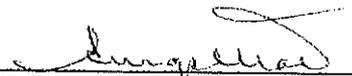
OPINIÃO

7. Em nossa opinião as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A." em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 28 de Março de 2013

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada por António Monteiro de Magalhães  
R.O.C. nº 179

ANTÓNIO MAGALHÃES &amp; CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53  
Registada na CMFM com o n.º 1975*

*Contribuinte n.º 502 138 394*

**RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS  
DA  
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.**

Senhores Accionistas,

**1 - INTRODUÇÃO**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

**2 - RELATÓRIO**

- 2.1 Ao longo do exercício, com a regularidade e a profundidade que se nos afiguraram adequadas, procedemos às verificações e controlos que por lei nos são cometidos, designadamente, examinando registos contabilísticos e testando, por escolha aleatória, a conformidade dos lançamentos com os documentos que lhes serviram de suporte.
- 2.2 Participámos em reuniões com os responsáveis pelos serviços, durante as quais nos foi dado conhecimento da actividade da empresa, o que nos permitiu o acompanhamento da sua gestão e nos prestaram todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.
- 2.3 Periodicamente fomos dando conhecimento das verificações realizadas. Nesta data, emitimos o Relatório Anual sobre os trabalhos realizados, onde são descritos os trabalhos executados e as recomendações sugeridas.
- 2.4 O Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para além de satisfazer os requisitos legais, faz uma exposição clara e elucidativa quanto à situação da Sociedade, alude aos factos mais relevantes ocorridos, sintetiza a evolução previsível e apresenta uma proposta de aplicação dos resultados.
- 2.5 O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o seu Anexo, estão apresentados em conformidade com os correspondentes preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos e apresentam a situação financeira da Sociedade.

Escritório: Rua do Campo Alegre, 606 - 2º Salas 201-203 - 4150-171 Porto Telef.(s): 226 002 808 / 226 054 026 Fax: 226 092 747  
Email: amagalhaessroc@sapo.pt www.amcs-sroc.pt

**ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS**

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53  
Registada na CMVM com o n.º 1975*

*Contribuinte n.º 502 138 394*

- 2.6 Tomámos conhecimento do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário e confirmámos que a informação corresponde ao disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro.
- 2.7 Foi submetido à nossa apreciação o relatório de auditoria, datado de 21 de Março de 2014, apresentado pelos Auditores Externos, de cujo conteúdo tomamos conhecimento e que mereceu a nossa concordância.
- 2.8 Salientamos que se encontra por fixar a remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização cuja competência é, nos termos do artigo 22º dos Estatutos, da Assembleia Geral.
- 2.9 Agradecemos ao Conselho de Administração a disponibilidade e o apoio que nos concedeu, o que contribuiu para o regular desempenho das nossas funções. Manifestamos, também, o nosso reconhecimento pelas palavras com que nos distinguiu no seu relatório.
- 2.10 Expressamos, igualmente, os nossos agradecimentos aos colaboradores da Empresa, com quem tivemos de contactar, salientando a valiosa ajuda que nos prestaram, o que facilitou o desempenho do nosso cargo.

**3 – PARECER**

Em conclusão e como corolário dos exames efectuados, somos de PARECER:

- 3.1 que podem ser aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e os seus Anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- 3.2 que pode ser aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração;
- 3.3 que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 28 de Março de 2014

António Magalhães & Carlos Santos- SROC  
representada por António Monteiro de Magalhães  
R.O.C. nº 179



Tel: +351 217 990 420  
Fax: +351 217 990 439  
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º  
1069-211 Lisboa

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA (adiante também designada por Portugal Ventures), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 55 261 097 euros e um total de capital próprio de 45 673 102 euros, incluindo um resultado líquido de 1 856 555 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Ventures: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito do exame

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069 211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.  
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

dd  
TF #



adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, objetiva e lícita.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de março de 2014



Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.  
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 1122)

## ANEXO I

### Grelha do Relatório de Governo Societário 2013

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>I. Missão, Objetivos e Políticas</b>							
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		Capítulo I., nº 1 do Relatório de Governo Societário (RGS)	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		Capítulo I., nº 2 do RGS	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X			X	Capítulo I., nº 3 do RGS	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X			X	Capítulo I., nº 4 do RGS	
<b>II. Estrutura de Capital</b>							
1.	Estrutura de capital	X		X		Capítulo II., nº 1 do RGS	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X				Capítulo II., nº 2 do RGS	Não aplicável
3.	Acordos parassociais.	X				Capítulo II., nº 3 do RGS	Não aplicável
<b>III. Participações Sociais e Obrigações detidas</b>							
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X			X	Capítulo III., nº 1 do RGS	Remetido aos órgãos competentes nos termos da Lei.
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		Capítulo III., nº 2 do RGS	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		Capítulo III., nº 3 do RGS	Divulgado no R&C da Sociedade
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X				Capítulo III., nº 4 do RGS	Não aplicável
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X				Capítulo III., nº 5 do RGS	Não aplicável
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X			X	Capítulo III., nº 6 do RGS	Anexo III contém Regulamento Interno e Código de Conduta
<b>IV. Órgãos Sociais e Comissões</b>							
<b>A. Mesa da Assembleia Geral</b>							
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		Capítulo IV.- A. nº 1. do RGS	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		Capítulo IV.- A. nº 2 do RGS	
<b>B. Administração e Supervisão</b>							
1.	Modelo de governo adotado	X		X		Capítulo IV.- B. nº 1 do RGS	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 2 do RGS	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 3 do RGS	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 3 do RGS	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 4 do RGS	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 5 do RGS	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 6 do RGS	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo..	X		X		Capítulo IV.- B. nº 7 do RGS	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X				Capítulo IV.- B. nº 8 do RGS	Não aplicável
<b>C. Fiscalização</b>							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável Ver Ponto ROC
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável Ver Ponto ROC
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável Ver Ponto ROC
4.	Funcionamento da fiscalização.	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável
<b>D. Revisor Oficial de Contas</b>							
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		Capítulo IV. - D. nº 1 do RGS	
2.	Indicação das limitações, legais.	X				Capítulo IV. - D. nº 2 do RGS	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X				Capítulo IV. - D. nº 3 do RGS	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X				Capítulo IV. - D. nº 4 do RGS	Não aplicável
<b>E. Auditor Externo</b>							
1.	Identificação.	X		X		Capítulo IV. - E. nº 1 do RGS	
2.	Política e periodicidade da rotação.	X		X		Capítulo IV. - E. nº 2 do RGS	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X			X	Capítulo IV. - E. nº 3 do RGS	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X			X	Capítulo IV. - E. nº 4 do RGS	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>V. Organização Interna</b>							
<b>A. Estatutos e Comunicações</b>							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X			X	Capítulo V. - A. nº 1 do RGS	
2.	Comunicação de irregularidades.	X			X	Capítulo V. - A. nº 2 do RGS	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X				Capítulo V. - A. nº 3 do RGS	Anexo III Contém Regulamento Interno e Código de Conduta
<b>B. Controlo interno e gestão de riscos</b>							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X				Capítulo V. - B. do RGS	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.					Capítulo V. - B. do RGS	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.					Capítulo V. - B. do RGS	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.					Capítulo V. - B. do RGS	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.					Capítulo V. - B. do RGS	
6.	Identificação principais tipos de riscos.					Capítulo V. - B. do RGS	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.					Capítulo V. - B. do RGS	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.					Capítulo V. - B. do RGS	
<b>C. Regulamentos e Códigos</b>							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X				Capítulo V. - C. nº 1 do RGS	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X				Capítulo V. - C. nº 2 do RGS	
<b>D. Sítio de Internet</b>							
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		Capítulo V. - D do RGS	<a href="http://www.portugalventures.pt">www.portugalventures.pt</a> <a href="http://www.dgaf.pt">www.dgaf.pt</a>
<b>VI. Remunerações</b>							
<b>A. Competência para a Determinação</b>							
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		Capítulo VI. - A do RGS	
<b>B. Comissão de Fixação de Remunerações</b>							
1.	Composição.	X				Capítulo VI. - B do RGS	Não aplicável
<b>C. Estrutura das Remunerações</b>							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X				Capítulo VI. - C do RGS	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.					Capítulo VI. - C do RGS	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X				Capítulo VI. - C do RGS	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X				Capítulo VI. - C do RGS	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X				Capítulo VI. - C do RGS	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.	X				Capítulo VI. - C do RGS	Não aplicável
<b>D. Divulgação das Remunerações</b>							
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		Capítulo VI. - D do RGS	Divulgado no R&C da Sociedade
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		Capítulo VI. - D do RGS	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X				Capítulo VI. - D do RGS	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X				Capítulo VI. - D do RGS	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade - // ROC.	X		X		Capítulo VI. - D do RGS	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X				Capítulo VI. - D do RGS	Não aplicável
<b>VII. Transações com partes Relacionadas e Outras</b>							
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.					Capítulo VII. do RGS	
2.	Informação sobre outras transações.	X				Capítulo VII. do RGS	
<b>VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>							
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X				Capítulo VIII. do RGS	
2.	Políticas prosseguidas.	X				Capítulo VIII. do RGS	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X				Capítulo VIII. do RGS	
<b>IX. Avaliação do Governo Societário</b>							
1.	Cumprimento das Recomendações					Capítulo IX. do RGS	Não aplicável
2.	Outras informações					Capítulo IX. do RGS	Não aplicável

## ANEXO II

### Informação da Carteira

od  
ff  
R



## Descrição do Projeto / Empresa

- Nome: ABRIGADA – Companhia Nacional de Refratários, S.A.
- Sede: Abrigada - Alenquer
- Setor de atividade: Indústria cerâmica
- Atividade: Fabricante de produtos cerâmicos refratários e antiácidos para aplicações industriais
- Data de entrada: dezembro de 1993
- Envolvimento financeiro (custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital social: € 341
- Exit: n.a.
- Colaboradores: 86 (2012)
- Volume de Negócios: € 4,8 M (estimativa 2013)
- Website: [www.abrigada.com](http://www.abrigada.com)
- Representação em CA: n.a.

Empresa fabricante de produtos cerâmicos refratários e antiácidos para aplicações industriais, nomeadamente para as indústrias de cimentos, celuloses, químicas, metalúrgicas, energias e cerâmicas.

## Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
Ginsete - Sociedade de Controlo	74,18
Outros Investidores	19,76
Portugal Ventures	6,06
<b>Total</b>	<b>100</b>

Equipa de Gestão	Função
João Brito	CEO

## Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Aumento do volume de negócios numa conjuntura desfavorável, com especial destaque para a componente de exportação.
- Encerramento/diminuição da atividade dos principais clientes em Portugal.



### Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: Alfama, Inc.
- Sede: Cambridge, Massachusetts (EUA)
- Setor de atividade: Biotecnologia
- Atividade: Desenvolvimento de produtos farmacêuticos
- Data de entrada: julho de 2005
- Envolvimento Financeiro (Custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital Social: € 5.705.763
    - **Portugal Ventures: € 143.933**
    - FCR Global 2: € 61.831
    - FCR GPI: € 999.999
    - FCR PV: € 4.500.000
  - Suprimentos/Mútuos: € 52.500
    - FCR Global 2: € 52.500
- Exit: Trade Sale
- Colaboradores: 0 (2013)
- Volume de Negócios: € 0 (2013)
- Website: [www.alfama.com.pt](http://www.alfama.com.pt)
- Representação em CA: n.a.

A Alfama desenvolveu uma classe completamente nova de fármacos, baseados na libertação controlada de monóxido de carbono, denominados CORMs (CO-Releasing Molecules). Após a aquisição dos seus principais concorrentes, a Alfama tornou-se líder mundial na área emergente das terapias por monóxido de carbono (CO).

Possui um portfólio de patentes internacionais sem rival ao nível global.

Resultados positivos, com diversos compostos, em modelos animais de mais de quinze doenças humanas (artrite reumatóide, esclerose múltipla, malária cerebral).

Uma molécula pronta para estudos de preparação de IND (entrada em ensaios clínicos) para tratamento de falha hepática.

dd

AR

## Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
Total Promotores	9,28
Carlos Romão	9,28
Werner Haas	9,28
Stan Kugell	9,28
Outros Investidores	41,78
Portugal Ventures e FCR	21,10
- Portugal Ventures	0,55
- FCR Global 2	0,24
- FCR GPI	3,25
- FCR PV	17,06
<b>Total Investidores</b>	<b>91</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>

Equipa de Gestão	Função
Nuno Arantes Oliveira	CEO

## Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Atualmente está a tentar vender ou licenciar o seu portefólio de propriedade intelectual.
- Necessidades financeiras a 18 meses: €800K para colocar primeira molécula em ensaios clínicos.
- Financiamento assegurado até ao momento: ~€15M (€10,4M venture capital; ~€4,5M "grants").
- Suspensão da atividade de I&D por incapacidade de angariar Série B de investimento.



## Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: Edigma.com – Gestão Projectos Digitais, SA
- Sede: Braga
- Setor de atividade: Tecnologias da Informação e Comunicação
- Atividade: Produção e comercialização de hardware e software multitouch com particular foco no segmento de digital signage
- Data de entrada: Junho de 2008
- Envolvimento Financeiro (Custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital Social: € 2.500.010
    - **Portugal Ventures: € 500.320**
    - FCR Global 2: € 999.845
    - FCR Valor: € 999.845
- Exit: Trade-sale. Em processo estruturado de exit
- Colaboradores: 52 (2013)
- Volume de Negócios: € 4.1 M (2013)
- Website: [www.edigma.com](http://www.edigma.com) / [www.displax.com](http://www.displax.com)
- Representação em CA: Heitor Benfeito

A empresa tem como seu principal produto desde Set.2011 a película skin multitoque, cuja tecnologia é proprietária da empresa e permite que com este filme polimérico, aplicado em qualquer superfície (incluindo vidro, plástico ou madeira), curva ou plana, de grande dimensão, tornar tal superfície interactiva com sistemas informáticos.

A empresa desenvolve e comercializa ainda uma plataforma informática "multi-touch enabled" para digital signage.

## Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
Total Promotores	51,47
Portugal Ventures e FCR	48,53
- Portugal Ventures	9,71
- FCR Global 2	19,41
- FCR Valor	19,41
<b>Total Investidores</b>	<b>49</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>

Equipa de Gestão	Função
Miguel Fonseca	CEO

ad  
#

---

## Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Crescimento da faturação de 36% face a 2012, com um peso do negócio internacional superior a 50%.
- Finalizada nova versão do skin-multitouch para integração com LCD manufacturers.
- Lançamento do novo produto na ISE em 7Fev2014 Amsterdam.
- Em novo processo de patenteamento tecnológico com apoio de equipa jurídica internacional especializada.
- Desafios Estratégicos a 18 meses: crescer na faturação face a 2013 no mínimo 40%.
- Estabelecer parcerias estratégicas com LCD Manufacturers.
- Terminar processo de exit estruturado.



FABRICGATE - SGPS, SA

### Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: Fabricgate-SPGS, SA
- Sede: Guimarães
- Setor de atividade: Têxtil
- Atividade: Gestora de participações
- Data de entrada: Fev. 2013
- Envolvimento financeiro (valor de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital social : € 0
    - **Portugal Ventures: € 0**
    - FCR PV: € 0
    - FCR Global 2: € 0
    - FCR GPI: € 0
- Exit: Recompra
- Colaboradores: 1
- Volume de Negócios: € 80 k
- Website: www.somelos.pt
- Representação em CA: Não

Esta holding surgiu no âmbito da reorganização empresarial efetuada no Grupo Somelos, que passou pela autonomização da área dos Tecidos.

A Fabricgate é a empresa que detém a participação na Somelos Tecidos, que por sua vez detém a totalidade da Somelos Tecidos Brasil.

### Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
Promotores (*)	72,50
Portugal Ventures	6,87
FCR PV	6,87
FCR Global 2	5,50
FCR GPI	8,26
<b>Total Investidores</b>	<b>27,50</b>
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Equipa de Gestão	Função
João Afonso	PCA

(\*) Inclui diversos promotores das Famílias: Costa Guimarães, Teixeira de Melo e Folhadela de Melo.

### Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Primeiro ano de atividade e sem contas consolidadas.

## Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: FiberSensing – Sistemas Avançados de Monitorização, S.A
- Sede: Maia
- Setor de atividade: Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida
- Atividade: Desenvolvimento e produção de sistemas de monitorização baseados em fibra ótica
- Data de entrada: abril de 2004
- Envolvimento Financeiro (Custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital Social: € 2.060.574
    - **Portugal Ventures: € 694.479**
    - FCR Global 2: € 1.286.095
    - FCR Valor: € 80.000
  - Prestações Acessórias: € 2.815.280
    - **Portugal Ventures: € 1.120.097**
    - FCR Global 2: € 1.695.183
  - Suprimentos/Mútuos: € 514.189
    - **Portugal Ventures: € 304.189**
    - FCR Valor: € 210.000
- Exit: Trade Sale
- Colaboradores: 38 (2013)
- Volume de Negócios: € 2.4 M
- Website: [www.fibersensing.com](http://www.fibersensing.com)
- Representação em CA: Miguel Botto

A FiberSensing desenvolve e produz sistemas sensores baseados em tecnologia de redes de Bragg em fibra ótica (FBG) para aplicações avançadas de monitorização.

Os principais mercados de actuação são os da Construção, Energia, Aeroespacial, Industrial e Investigação.

Suportada por competências que vão desde a tecnologia de fibras óticas à opto-electrónica, electrónica digital e instrumentação, a empresa comercializa um vasto portfólio de sensores, unidades de medição e aplicações de software, bem como soluções completas de monitorização (à medida e sistemas OEM).

## Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista	Equipa de Gestão	Função
Total Promotores	14,53	Luis Ferreira	CEO
Portugal Ventures e FCR	76,32		
- Portugal Ventures	25,72		
- FCR Global 2	47,63		
- FCR Valor	2,96		
Fundo Sindicação	7,83		
Outros	1,32		
<b>Total Investidores</b>	<b>85,47</b>		
<b>Total</b>	<b>100</b>		

## Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- A empresa atingiu o break-even em 2013 e prevê um forte crescimento baseado no aumento da base de clientes OEM.
- Renovação da certificação ISO9001 no seguimento da sua política de qualidade e rigor.
- Obtenção do Estatuto de PME Líder que distingue empresas nacionais com perfis de desempenho superiores, no âmbito do Programa FINCRESCE do IAPMEI.
- Estabelecimento de contrato OEM no valor de ~4.5M€ com o grupo alemão.

dd  
#

## HOTTRADE - REPRESENTAÇÕES, GESTÃO E SERVIÇOS, S.A.

### Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: Hottrade – Representações, Gestão e Serviços S.A.
- Sede: Porto
- Setor de atividade: Gestão de espaços comerciais
- Atividade: Gestão de espaços comerciais
- Data de entrada: dezembro de 2000
- Envolvimento financeiro (custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital social: € 25.000
  - Suprimentos/Mútuos: € 1.230.000
- Exit: Trade sale
- Colaboradores: 1
- Volume de Negócios: € 0,3 M (estimativa 2013)
- Website: <http://www.edificiotransparente.com/>
- Representação em CA: Administrador Externo (Mariana Lencastre)

Concessionária do Edifício Transparente. Gestão e arrendamento de espaços comerciais.

### Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
Marco Almeida	45,00
Lúcio Fernandes	5,00
Change Partners	25,00
Portugal Ventures	25,00
<b>Total</b>	<b>100</b>

Equipa de Gestão	Função
Mariana Lencastre	PCA
Alice Fernandes	Vogal
Marco Almeida	Vogal

### Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Encontra-se em curso processo de captação de um novo investidor.



## HOTEL RAUCHSTRASSE

**Descrição da Empresa / Projeto**

- Nome: Hotel Rauchstrasse 22, SARL
- Sede: Luxemburgo
- Setor de actividade: hotelaria
- Actividade: Propriedade do hotel Pestana Berlin
- Data de entrada: maio de 2010
- Envolvimento financeiro (custo aquisição a 31/12/2013)
  - Capital Social: € 1.722.500
- Exit: Put option
- Colaboradores: 1 (2012)
- Volume de Negócios: 1.250k€ (2012)
- Website: [www.pestana.com/pt/pestana-berlin-hotel/](http://www.pestana.com/pt/pestana-berlin-hotel/)
- Representação em CA: não aplicável

A Hotel Rauchstrasse detém a propriedade do imóvel onde está instalado o Hotel Pestana Berlin, unidade do Grupo Pestana, com 142 quartos, situada no centro de Berlim (Alemanha), explorada e gerida pela Pestana Berlin (empresa também participada pela Portugal Ventures).

**Estrutura Acionista e Equipa de Gestão**

Acionista	% Acionista
Hotéis Atlântico - Soc. Imob. e de Gestão Hotéis, S.A.	58,50%
Pestana Luxembourg, S.A.	15,00%
Portugal Ventures	26,50%
<b>Total Investidores</b>	<b>26,50%</b>
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Equipa de Gestão	Função
Hermanus Troskie	Administrador
José Roquette	Administrador
José Theotonio	Administrador





## Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: HOZAR SGPS SA
- Sede: Leça do Balio
- Setor de atividade: Holding
- Atividade: Gestora de participações sociais
- Data de entrada: março de 2001
- Envolvimento financeiro (custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital social: € 3.061.663
    - **Portugal Ventures: € 580.640**
    - FCR GPI: € 2.481.023
  - Suprimentos/Mútuos: € 495.000
    - FCR GPI: € 495.000
- Exit: Trade sale
- Colaboradores: 207
- Volume de Negócios: € 14 M (2012)
- Website: N/A
- Representação em CA: Observador

Comercialização de vestuário das marcas Throttleman e Red Oak.

## Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista	Equipa de Gestão	Função
Nuno Gonçalves	10,97	Pedro Pinheiro	CEO
Pedro Pinheiro	9,75	Eduardo Barros	Administrador
Eduardo Barros	10,97	Nuno Gonçalves	Administrador
FIQ CAPVEN	23,32		
Portugal Ventures	6,78		
FCR GPI	33,57		
Outros	4,64		
<b>Total</b>	<b>100</b>		

## Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- O principal ativo detido pela empresa reporta-se às participações indiretas na Brasopi (Throttleman) e Red Oak
- Empresa em processo de insolvência e possível liquidação.

## ME3i, SGPS

### Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: ME3i, SGPS, S.A.
- Sede: Oeiras
- Setor de actividade: Gestão de Participações
- Actividade: Investimento em projetos de base industrial, de elevado potencial de crescimento e promovidos por empresas nacionais em mercados externos.
- Data de entrada: outubro de 2011
- Envolvimento financeiro (custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital social: €67.900
  - Prestações: €19.400
  - Suprimentos: €14.550
- Exit : Liquidação da sociedade em 2020
- Colaboradores: -
- Volume de Negócios: -
- Website: -
- Representação em CA: se aplicável

Iniciativa promovida pela Mota Engil, CGD e AICEP Portugal (Parceria) com vista ao investimento em projetos inovadores e diferenciadores de base industrial, promovidos por empresas nacionais em mercados externos.

Este modelo de parceria procura acima de tudo garantir às empresas nacionais, tipicamente menos estruturadas e com menor capacidade de intervenção no exterior, deter o apoio financeiro e operacional no processo de internacionalização na fase inicial a qual é a mais crítica do processo, permitindo que após o prazo previsto de saída, as empresas promotoras desenvolvam o negócio de forma autónoma.

A criação da ME3i, SGPS surge como sociedade dinamizadora dos objetivos da Parceria para investimentos de pequena e média dimensão.

### Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
MOTA-ENGIL, Ind. e Inovação, SGPS	61,0%
MOTA-ENGIL, Eng. e Construção, SA	0,1%
MOTA-ENGIL, SGPS S.A	0,1%
FCR Caixa Capital	19,4%
Portugal Ventures	19,4%
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Equipa de Gestão	Função
Gonçalo Amorim	ADM
Pedro Rangel	ADM
Filomena Pastor	ADM




---

## Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Desde a constituição do Programa, foram analisados mais de uma centena de candidaturas, tendo já arrancado 2 projectos, um para o Peru na área da Metalomecânica e outro para Angola na área da recauchutagem de pneus, estando um outro já aprovado para Angola na área da transformação e comercialização de rochas ornamentais:
  - Sangobiar Peru: Investimento de 1,7 milhões de USD na construção de uma unidade fabril dedicada à metalomecânica, em que a parceria detém 49% da sociedade de direito peruano, enquanto que os restantes 51% pertencem à empresa Via Solar. As instalações fabris, localizadas nos arredores de Lima, ficaram concluídas em outubro de 2013, apesar da empresa já estar a laborar desde maio desse ano.;
  - Pneuang: A empresa operacional, angolana, irá dedicar-se-á à recauchutagem, reparação e comercialização de todo o tipo de pneus para o mercado em Angola. Com um investimento de 2,3 milhões de USD a parceria detém também 49% do capital deste projecto ficando os 51% a cargo da Recnor, SGPS, holding detentora da Recauchutagem Nortenha, líder no mercado português dos pneus recauchutados. Após as obras de adaptação das infraestruturas identificadas para a implementação da empresa, prevê-se que a actividade se inicie no final do primeiro trimestre de 2014.
- 3 novos projetos com potencial para investimento pela ME3i.



## PESTANA BERLIN

### Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: Pestana Berlin, SARL
- Sede: Luxemburgo
- Setor de actividade: Hotelaria
- Actividade: Gestão do Hotel Pestana Berlin
- Data de entrada: maio de 2010
- Envolvimento financeiro (custo aquisição a 31/12/2013)
  - Capital Social: € 265.000
- Exit: Put option
- Colaboradores: 37 (2012)
- Volume de Negócios: 4.631k€ (2012)
- Website: [www.pestana.com/pt/pestana-berlin-hotel/](http://www.pestana.com/pt/pestana-berlin-hotel/)
- Representação em CA: não aplicável

A Pestana Berlin tem como objeto a exploração e gestão do hotel Pestana Berlin, unidade do Grupo Pestana, com 142 quartos, situada no centro de Berlim (Alemanha) e cujo ativo é detido pela Hotel Rauchstrasse 22 (empresa também participada pela Portugal Ventures).

### Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista	Equipa de Gestão	Função
Hotéis Atlântico - Soc. Imob. e de Gestão Hotéis, S.A.	58,50%	Hermanus Troskie	Administrador
Pestana Luxembourg, S.A.	15,00%	José Roquette	Administrador
Portugal Ventures	26,50%	José Theotonio	Administrador
<b>Total Investidores</b>	<b>26,50%</b>		
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>		

### Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- A unidade hoteleira tem apresentado um crescimento progressivo da sua atividade, em linha com a crescente atratividade turística da cidade de Berlim.
- Estima-se que existe margem de progressão para a continuação do crescimento da operação, sobretudo assente num evolução positiva do preço médio por quarto.

### Descrição da Empresa / Projeto

- Nome: Somelos SGPS, SA
- Sede: Guimarães
- Setor de atividade: Têxtil
- Atividade: Gestora de participações
- Data de entrada: julho de 2005
- Envolvimento financeiro (custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital social: € 63.719
    - **Portugal Ventures: € 15.936**
    - FCR Global 2: € 12.743
    - FCR GPI: € 19.114
    - FCR PV: € 15.931
- Exit: Recompra
- Colaboradores: 1.155
- Volume de Negócios: € 53 M
- Website: www.somelos.pt
- Representação em CA: n.a.

Em 2013 o Grupo Somelos passou por uma reorganização empresarial que se sintetizou na autonomização da área dos Tecidos e na entrada em PER das várias fiações do Grupo.

Atualmente, o grupo conta com empresas, nas seguintes áreas de negócio: Fiação, tinturaria e acabamentos, imobiliária e serviços de apoio (informática, controlo de gestão e manutenção industrial).

### Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
Promotores (*)	97,61
Portugal Ventures	0,60
FCR GLOBAL2	0,48
FCR GPI	0,71
FCR PV	0,60
<b>Total Investidores</b>	<b>2,39</b>
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Equipa de Gestão	Função
Mário Domingues	PCA

(\*) Inclui diversos promotores das Famílias: Costa Guimarães, Teixeira de Melo e Folhadela de Melo.

### Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Não existem contas consolidadas de 2013 e o perímetro de consolidação é diferente do de 2012.
- Homologação do PER das fiações.
- O Grupo conforma-se atualmente com fortes restrições de crédito.



## SOMELoS TECIDOS, S.A.

**Descrição da Empresa / Projeto**

- Nome: Somelos Tecidos, SA
- Sede: Guimarães
- Setor de atividade: Têxtil
- Atividade: Produção de tecidos para camisas
- Data de entrada: julho de 2005
- Envolvimento financeiro (custo de aquisição a 31/12/2013)
  - Capital social: € 1.481.261
    - **Portugal Ventures: € 169.834**
    - FCR Global 2: € 296.246
    - FCR GPI: € 444.385
    - FCR PV: € 285.398
    - FCR Valor: € 285.398
  - Prestações: € 172.180
    - FCR PV: € 172.180
  - Suprimentos: € 8.815.890
    - **Portugal Ventures: € 1.788.358**
    - FCR Global 2: € 1.577.644
    - FCR GPI: € 4.216.433
    - FCR Valor: € 616.760
    - FCR PV: € 616.695
- Exit: Recompra
- Colaboradores: 442
- Volume de Negócios: € 33 M
- Website: [www.somelos.pt](http://www.somelos.pt)
- Representação em CA: n.a.

Empresa de tecelagem que produz tecidos tinto-em-fio para camisaria de alta qualidade. As suas coleções são criadas e desenvolvidas internamente por uma equipa de designers em cooperação com alguns especialistas internacionais.

Empresa exporta cerca de 80% da sua produção, com destaque para os países do centro e norte da europa e também USA.

dd  
#

## Estrutura Acionista e Equipa de Gestão

Acionista	% Acionista
Total Promotores	95,24
Portugal Ventures	0,54
FCR GLOBAL2	0,95
FCR GPI	1,43
FCR VALOR	0,92
FCR PV	0,92
<b>Total Investidores</b>	<b>4,76</b>
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Equipa de Gestão	Função
Mário Domingues	PCA

### Status do Projeto

- *Procurement* de outros investidores.

### Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras

- Parceria com a Têxtil Manuel Gonçalves, responsável pelo crescimento no mercado nacional.
- Restrições de crédito do Grupo Somelos.
- Eventual venda de ativos.



## SGGHM

**Descrição da Empresa / Projeto**

- Nome: S.G.G.H.M. - Soc. G. Gest. Hóteis Moçambique, S.A
- Sede: Lisboa
- Setor de actividade: Hotéis com restaurante
- Actividade: Propriedade, gestão e exploração (via subsidiária) do Hotel Turismo em Maputo (Moçambique)
- Data de entrada: abril de 2003
- Envolvimento financeiro (custo aquisição a 31/12/2013)
  - Capital Social: € 196.230
  - Prestações: € 803.770
- Exit: Put option
- Colaboradores: 49 (Hotel Turismo | 2012)
- Volume de Negócios: 2.218k€ (Hotel Turismo | 2012)
- Website: não aplicável
- Representação em CA: não aplicável

A SGGHM (via a subsidiária Hotel Turismo SARL) detém a propriedade, gestão e exploração do Hotel Turismo, hotel de 2\*\*, com 156 quartos localizado no centro de Maputo (Moçambique).

**Estrutura Acionista e Equipa de Gestão**

Acionista	% Acionista
Turyleader, SGPS, SA	78,40%
Portugal Ventures	19,62%
<b>Total Investidores</b>	<b>19,62%</b>
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Equipa de Gestão	Função
Jorge Armindo	Administrador
Alfredo Reis	Administrador

**Desenvolvimentos Recentes e Perspetivas Futuras**

- Nos últimos anos, o Hotel tem registado uma perda de atividade motivada pela degradação progressiva das infraestruturas, aliada ao crescimento da concorrência instalada;
- Está em análise um projeto de investimento que permitirá reposicionar o hotel tornando-o mais competitivo.



